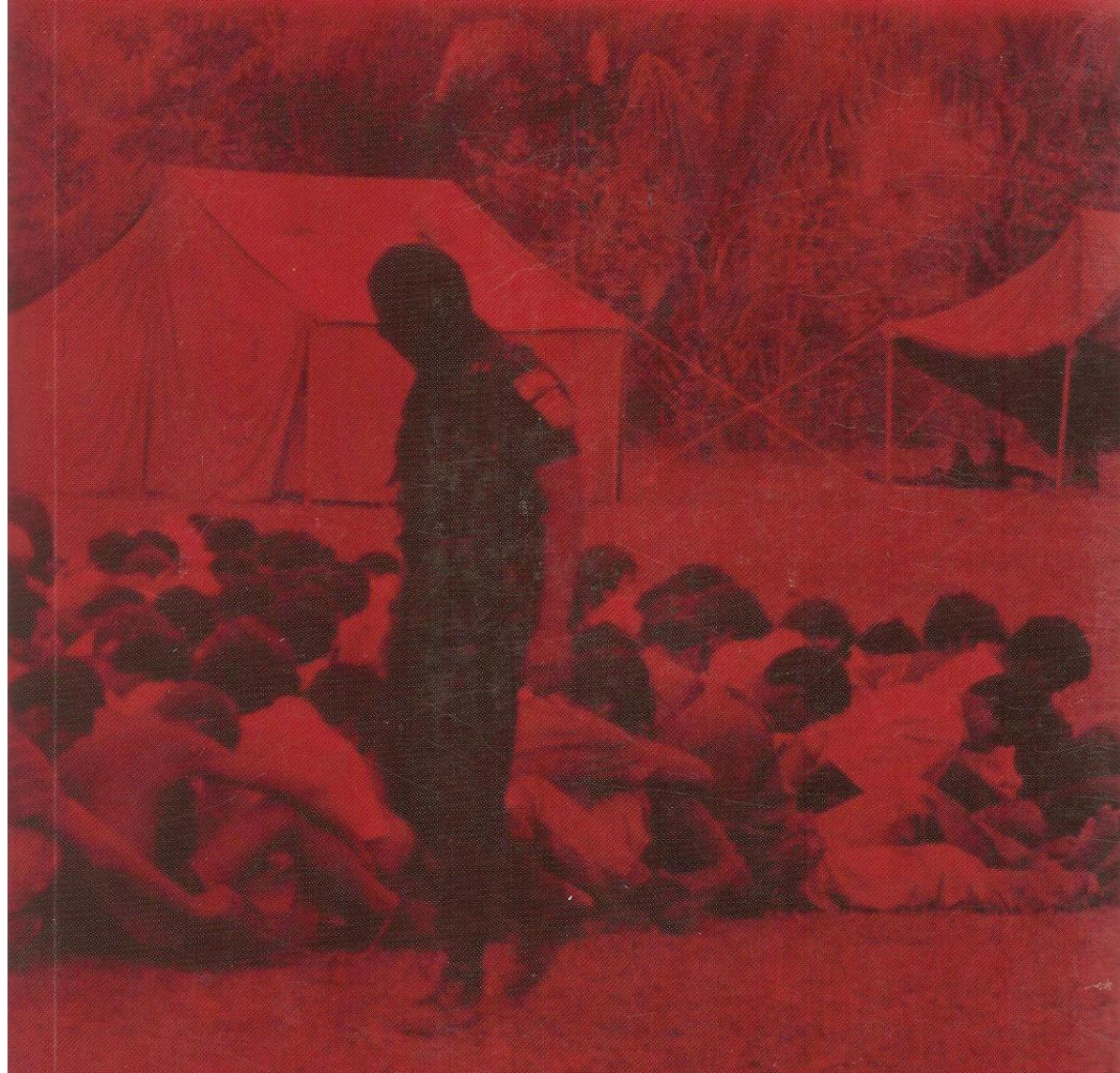


Helena Angélica de Mesquita

A LUTA PELA TERRA NO PAÍS DO LATIFÚNDIO:
o massacre de Corumbiara/Rondônia



A LUTA PELA TERRA NO PAÍS DO LATIFÚNDIO:
O MASSACRE DE CORUMBIARA/RONDÔNIA



Universidade Federal de Goiás

Reitor

Edward Madureira Brasil

Vice-Reitor

Eriberto Francisco Bevilaqua Marin

Diretor do CAC/UFG

Manoel Rodrigues Chaves

Diretora do Departamento Editorial CAC/UFG

Regma Maria dos Santos

Conselho Editorial do DEPECAC:

Cleves Mesquita Vaz, Eliane Justino, Gleyce Alves Machado, Ivânia Vera, Luanna Lopes Lobato, Luciana Borges, Maria Aparecida Lopes Rossi, Nádia Campos Pereira, Regma Maria dos Santos.

Helena Angélica de Mesquita

A LUTA PELA TERRA NO PAÍS DO LATIFÚNDIO:
O MASSACRE DE CORUMBIARA/RONDÔNIA



Quero, com este livro, prestar tributo aos camponeses do Brasil na homenagem que faço a Cícero Pereira Leite Neto, aquele que, por sonhar e ousar ir à luta para concretizar seu sonho, foi condenado. Mas Cícero não sonhou sozinho. Este sonho, partilhado por milhares de sem-terra neste país, com certeza, se tornará um dia realidade.

São muitas as pessoas às quais eu gostaria de dedicar este livro, mas como seria impossível citar todas, cito aquele que, entre todos, está mais perto do meu coração: o pequeno João, que, ao vir à luz, encheu de luzes o meu caminho.

Sumário

- 11 Apresentação
- 17 Introdução
- 33 Capítulo 1 - A produção do espaço agrário
 - Algumas considerações acerca do campo no Brasil
 - A produção do espaço em Rondônia
 - A Fazenda Santa Elina
- 73 Capítulo 2 - O conflito da Santa Elina/o massacre de Corumbiara
 - O conflito na Fazenda Santa Elina
 - O massacre de Corumbiara
 - Quem estava no acampamento da Santa Elina?
- 121 Capítulo 3 - O sonho não acabou
 - Os camponeses subvertem o “xadrez das terras”
 - O PA Nova Vanessa (para os assentados) ou PA Guarajus (para o Incra)
- 139 Capítulo 4 - Corumbiara: o massacre dos camponeses no júri popular
 - Julgamento: Porto Velho, 14 de agosto a 6 de setembro de 2000

165 Algumas considerações a mais

171 Em tempo

173 Referências

Encarte

A luta documentada em fotos (40 fotos)

A luta documentada em vídeo (40 minutos)

Apresentação

O livro *A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara/Rondônia* da pesquisadora Helena Angélica de Mesquita é um relato vivo das atrocidades cometidas pelo latifúndio neste país. A pesquisadora mergulhou profundamente nos dados estudados, tentando compreender o *incompreensível* a partir dos sujeitos sócio-históricos que sofreram as agruras de serem camponeses no Brasil.

Antes de prosseguir nesta tarefa hercúlea e por isso tão honrosa, destaco que ler o livro e assistir ao documentário realizado por Helena Angélica constitui um aprendizado em lidar com as emoções diante da intolerância, da estupidez e da ousadia da impunidade. São cenas que ficam remoendo o íntimo de cada um que se propõe a sentir e se indignar com a banalização e a naturalização da questão agrária brasileira.

A obra, carregada de sentidos, expressa rica pesquisa de campo, inigualável como expressão da capacidade de registro e análise geográfica, sobre um dos acontecimentos mais trágicos na história recente da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Escancara as ações políticas que nortearam o conflito pela terra e o massacre dos camponeses em Corumbiara/Rondônia. O silêncio da mídia é justificável, pois, como dizia

Marx, “as ideias de um tempo são as ideias das classes dominantes”, mas o silêncio de grande parcela dos movimentos sociais que lutam pela terra não é aceito e deve ser indagado permanentemente, para que outras *Corumbiaras* sejam evitadas.

Nesta obra, pesquisa e pesquisadora se mesclam, trazendo à tona questões indesejáveis aos pesquisadores e intelectuais que olham para o campo a partir de lunetas e/ou olhares apressados e, assim, tecem avaliações quase sempre desprovidas dos fundamentos da empiria e de compromisso ético com os sujeitos pesquisados.

Apresentar a obra implica apresentar, ainda que brevemente, a pesquisadora, a mulher, a militante corajosa, que abdicou de uma pesquisa praticamente concluída em Goiás para se aventurar em terrenos nunca antes visitados, enfronhar-se na Amazônia e conhecer as múltiplas expressões geográficas do território rondoniense. Implica falar da ousadia e da necessidade de (des)velar o escondido, o não dito. Escarafunchar documentos, arquivos, memórias, conviver e sentir nos depoimentos e relatos as dores, mas também a utopia de ter a terra como elemento fundante de suas vidas.

O livro é apresentado em quatro capítulos. A divisão é meramente didática e tem por objetivo mostrar o massacre de Corumbiara como processo, com suas causas diretas e indiretas, remotas e próximas, assim como alguns desdobramentos na vida dos sobreviventes e as transformações sociais, políticas e econômicas que derivam direta ou indiretamente do massacre de Corumbiara.

O primeiro capítulo, “A produção do espaço agrário”, aborda a questão agrária e a questão do campesinato no Brasil no contexto da ocupação capitalista de Rondônia. Assim é possível compreender quem esteve envolvido, como e por que aconteceu o massacre de Corumbiara, entendendo que esse episódio não é algo isolado no tempo ou no espaço, mas se constitui como momento de explicitação da luta pela terra, que é secular. Para dar conta dessa opção teórica foi necessária uma importante revisão bibliográfica que permitiu uma reflexão sobre as abordagens teóricas acerca da agricultura, do campo brasileiro, da criação e recriação do campesinato e do latifúndio, com toda a complexidade desse processo.

No segundo capítulo, “O conflito da Santa Elina/o massacre de Corumbiara”, aparece a ideia central, o massacre de Corumbiara, não interessando quem deu o primeiro tiro ou mesmo quantos morreram, pois se morreu um, dezenove¹ ou 25 mil,² não é o número que faz a diferença, é a violência e a injustiça que geram a morte. Nessa parte, as fontes principais são os processos Inquérito Policial Militar (IPM) e Inquérito Civil Público (IPL) do “Caso Corumbiara”, assim como o processo do assassinato do vereador Manoel Ribeiro (o Nelinho), morto em 16 de dezembro de 1995, em Corumbiara, além do processo das mortes que aconteceram na Fazenda Cabixi (RO) em 1982. O contraponto são as entrevistas com as pessoas envolvidas diretamente, especialmente vizinhos, amigos, familiares e os próprios camponeses que estiveram na Santa Elina.

O uso de fontes orais e documentais revelou-se procedimento metodológico de grande valia na pesquisa. Foram entrevistados parentes, amigos, correligionários e até adversários do Nelinho, entre eles, um dos coordenadores da ocupação da Fazenda Cabixi, em 1982, quando morreram três pessoas. Essa parte contém os depoimentos e os testemunhos que evidenciam as contradições dos processos judiciais e mostra como os mesmos foram construídos de forma a garantir a condenação dos sem-terra, a impunidade dos fazendeiros articuladores do massacre, a absolvição dos policiais, minimizando, assim, a omissão do Estado e das autoridades, que são os principais responsáveis pelo massacre de Corumbiara. Conduz, ainda, o leitor ao acampamento da Fazenda Santa Elina e propõe que ouçamos os camponeses, para que possamos compreender o que aconteceu durante o massacre e também naqueles 25 dias, quando centenas de pessoas viveram a grande esperança da terra prometida e em seguida abismaram-se num inferno dantesco.

No terceiro capítulo, intitulado “O sonho não acabou”, a autora apresenta parcela das consequências e desdobramentos do massacre na vida dos camponeses. Para alcançar esse objetivo, foi necessário visitar

1 Eldorado dos Carajás.

2 Canudos.

os assentamentos onde os camponeses expulsos da Santa Elina foram assentados, ir até as cidades de Corumbiara, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Theobroma, e, dentro das possibilidades, a todos os lugares onde eles estão. Apresenta-se, também, uma leitura das transformações espaciais ocorridas em Rondônia por conta dos acontecimentos da Santa Elina.

“Corumbiara: o massacre dos camponeses no júri popular”, quarto capítulo do livro, constitui um texto especial, no qual a autora aborda o julgamento dos envolvidos no “Caso Corumbiara”. O júri popular ocorreu de 14/8 a 6/9 de 2000, em Porto Velho (RO) e, conforme a pesquisadora menciona, foi a continuação do massacre sobre os camponeses, sobre as organizações e instituições que os apoiavam e, por extensão, deu força à criminalização dos movimentos sociais. Durante o júri popular, um promotor de justiça bradou em plenário: “ou o Brasil acaba com os sem-terra ou os sem-terra acabam com o Brasil”. Nesse mesmo júri, altas horas da madrugada, depois de exaustivos debates e tensos momentos de angústia na espera da sentença, o veredicto anunciado condenava os dois sem-terra. Helena Angélica participou desse processo do início ao fim e, em suas palavras, relata: “então atônita, vi Cícero ouvir a sentença e depois olhar para o advogado e perguntar: o que aconteceu? Em seguida, ele ergueu os braços e com um olhar desesperado me indaga: o que aconteceu? Naquele momento eu não tinha uma palavra para dizer àquele homem acabrunhado, desesperado e literalmente condenado. Aos poucos fui compreendendo o significado de tudo aquilo e pude entender que Cícero e Claudemir já estavam condenados desde que ousaram sonhar e ir à luta para concretizar aquele sonho”.

A atitude mais importante da pesquisadora, além da assistência ao júri, foi a de buscar nos autos informações para a sua análise. O desencantamento com o sistema judiciário, já notório, torna-se maior nesse processo, que revela como funciona a justiça, o tratamento privilegiado destinado ao latifúndio e, paradoxalmente, a criminalização dos que sonham com o direito à terra.

Acompanha o livro um Encarte, na forma de um DVD que contém duas partes: a primeira é uma iconografia da luta pela terra em Corumbiara, constituída de quarenta fotos que ilustram o livro. A segunda parte do DVD

é um documentário de 40 minutos, produzido a partir de imagens (VHS e fotos) recolhidas junto a pessoas e entidades envolvidas, que dão visibilidade ao massacre de Corumbiara. O documentário é composto de três partes: a véspera do massacre (dia 8 de agosto), alguns acontecimentos dos dias 9 e 10 e, por último, os desdobramentos do massacre. Embora produzido em 1998, o documentário está atualizado, visto que apresenta a denúncia de um massacre que não aconteceu apenas em 1995, mas começou junto com a história da usurpação da terra no Brasil e ainda não terminou. O latifúndio continua fazendo vítimas e continua impune. E apesar disso, ou por causa disso, os camponeses do Brasil continuam sua trajetória de luta e de esperança.

A obra de Helena Angélica de Mesquita traz, sem dúvida, um pouco da vida e da alma de uma mulher camponesa que, acima de tudo, acredita no porvir de novas possibilidades para os camponeses e trabalhadores deste país. Fazer desta leitura uma ação político-pedagógica, a partir do olhar de uma geógrafa/historiadora, seria uma grande contribuição para a Geografia brasileira, mais precisamente para a Geografia Agrária. Talvez a grande diferença deste livro seja a presença, em suas páginas, de homens e mulheres, suas falas, seus anseios, suas tragédias e seus sonhos. Creio que essa é a grande diferença no exercício de *fazer Geografia*: a construção coletiva a partir das tramas, das teias urdidas e tecidas no processo de apropriação/produção dos territórios.

Marcelo Rodrigues Mendonça
Catalão, primavera chuvosa de 2009

Introdução

“Lutou contra cercas
Todas as cercas
As cercas do medo
As cercas do ódio
As cercas da terra
As cercas da fome
As cercas do campo
As cercas do latifúndio”.

Pedro Tierra

Quando o poeta escreveu esses versos, estava falando sobre a morte do Padre Josimo Tavares ocorrida no dia 10 de maio de 1986 em Imperatriz, no Maranhão. O poeta fala da luta pela terra como uma luta pela liberdade e dignidade humana. A morte de Josimo não começou e nem encerrou a longa lista de mortos na luta pela terra no Brasil. A questão agrária envolve as políticas agrícolas e agrárias e sobretudo os problemas de acesso e uso da terra. “A transformação da terra em mercadoria ou em âmbito mais geral, a metamorfose da natureza em história não é um processo pacífico. Ele

envolve tanto violência dos homens contra a natureza como dos homens entre si” (Ianni, 1981, p. 164).

No Brasil, em todos os tempos, a ocupação capitalista da terra tem sido marcada pela violência contra os historicamente expropriados, marginalizados, como se não bastasse a expropriação e a marginalização já serem, por si mesmas, expressões de violência. A pobreza é uma violência gerada não pelos pobres, que são as vítimas, mas pelos séculos de políticas que legitimam o latifúndio e tudo o que ele representa. “A rigor, a luta pela terra envolve uma gama bastante diferente de categorias sociais [...] mas os que sobressaem, nesse conjunto de definições e configurações das gentes e das terras, são o posseiro e o fazendeiro” (Ianni, 1981, p. 189-190).

Embora na maioria dos tratados, dos estudos e das informações sobre a luta pela terra, as categorias que mais aparecem sejam a do posseiro e do fazendeiro, é preciso ter em conta que o Estado e o Capital são partes consideráveis deste mesmo processo.

A proposta de um estudo mais aprofundado, ou uma *vista dal basso* sobre a luta pela terra no país do latifúndio, poderia ser sobre Canudos, Contestado, Corumbiara ou Eldorado dos Carajás, porque essa luta é secular e são vários os momentos de grandes tensões e mortes “no atacado e no varejo” em todo o Brasil, onde os conflitos estão presentes junto às cercas do latifúndio.

Ao fazer um recorte espaço-temporal dessa realidade, elegi o estado de Rondônia, especialmente o sudeste, onde se localiza o município de Corumbiara. O período abordado é de 1970 em diante.

É na década de 1970 que o Estado aprofunda sua interferência no processo de “ocupação” da fronteira geográfica, que passa a ser fronteira geopolítica, e se intensifica a produção capitalista do espaço. Em Rondônia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) foi o agente oficial que cuidou de “modelar o território”, criando o que Cunha (1985) chamou de “xadrez da terra”. Promoveu um intenso processo de atração de populações de outras regiões, mas a maioria dos migrantes não teve acesso à terra.

As populações que sobraram dos projetos de colonização do governo redesenham o mapa de Rondônia. No Capítulo III, mostro o grande número de Projetos de Assentamentos (PAs) implementados. A maioria deles foi

criada a partir da pressão feita pelas populações que sobraram dos Projetos Integrados de Colonização (PICs) e dos Projetos de Assentamento Dirigido (PADs). Os PAs surgiram a partir de 1980 e foram uma maneira de o governo tentar minimizar os conflitos por terra em todo o território.

Rondônia, como área de ocupação capitalista recente, é fronteira econômica transitória entre Mato Grosso e a parte sudoeste da Amazônia, sendo, inclusive, importante corredor de migrações.

No alto rio Madeira e seus afluentes, Mamoré e Guaporé, foi criado o território de Guaporé depois denominado Rondônia. Tratava-se de terra rica em seringueira e em ipeca, bem como em ouro e próximo à fronteira boliviana. Nessa área já haviam sido feitos grandes investimentos na época da borracha, quando foi construída com dificuldades enormes e grande perda de vidas e dinheiro a famosa estrada de ferro Madeira-Mamoré, que deu origem às duas cidades: Porto Velho e Guajará-Mirim. (Andrade, 1979, p 173)

O texto de Manoel Correia de Andrade mostra o começo da ocupação capitalista em Rondônia, que se concentrou na área nordeste do estado, no eixo Guajará-Mirim-Porto Velho. A parte sudeste, onde se localiza a cidade de Vilhena, teve ocupação posterior.

Segundo Becker (1990, p. 46),

a partir da década de 70, a intensificação da apropriação privada das terras e o controle das terras virgens pelo governo impedem o movimento espontâneo de ocupação. Simultaneamente, a migração passa a ser fortemente induzida e orientada pelo governo e é acrescida de pequenos e médios produtores e pequenos investidores do Sul que se destinam a Mato Grosso e Rondônia. Isto porque a migração constitui condição não só do povoamento mas também da formação da força de trabalho. Rondônia tem sido área de afluxo de populações de diversas partes do Brasil.

Isso fica claro, pois grande parte da população de Corumbiara é oriunda de outras partes do país, principalmente os sem-terra e os proprietários das grandes fazendas. O proprietário da Fazenda Santa Elina, local do confronto enfocado neste livro, por exemplo, era do estado de São Paulo e lá residiu até sua morte.¹

1 Hélio Pereira de Moraes faleceu em 2/9/1998 em Araçatuba (SP).

O conflito da Fazenda Santa Elina tem a mesma gênese histórica de muitos outros que ocorreram em períodos diferentes e lugares diferentes, sob conjunturas diversas. Ao eleger esse caso para pesquisa, busco uma análise histórico-geográfica, em um exercício de multidisciplinaridade. Milton Santos (1988) refere-se a esse método da seguinte forma:

O conhecimento de uma fração da realidade exige a análise de sua estrutura interna, das diversas articulações concretas que regem sua existência, seu funcionamento e sua estrutura.

A estrutura interna, assim considerada, permite verificar as articulações do fenômeno estudado com outros fenômenos.

É, por isso, um bom método de trabalho. (p. 71)

Ao eleger como objeto de estudo o massacre de Corumbiara, não pretendi estudar o conflito por ele mesmo e nem como algo restrito a um lugar ou a um momento, mas, sobretudo, entender todo o processo de luta pela terra no Brasil, considerando o modelo desenvolvimentista adotado, que é concentrador e excludente. Rondônia é expressão clara de como se dá, nesse modelo, a correlação de forças no processo de apropriação do território.

O Massacre de Corumbiara não foi o primeiro grande conflito na luta pela terra no sul de Rondônia. Em 1982, um grupo de famílias ocupou a fazenda Cabixi e plantou algumas roças. Mas, antes que pudessem fazer a colheita, houve um violento confronto entre jagunços do fazendeiro e camponeses, o que resultou em três mortes. O episódio teve pouca repercussão e o processo de apuração dos crimes se estendeu até o ano 2000. Muitos outros conflitos marcam a história da luta pela terra naquela região, mas o de Corumbiara destaca-se por ter sido um massacre anunciado.

Na madrugada do dia 9 de agosto de 1995, a pequena cidade de Corumbiara entrou, pela porta da violência, no mapa do Brasil. Corumbiara é um município novo, como a maioria das cidades de Rondônia, e já é destaque no mapa da violência da luta pelo acesso e uso da terra. É mais um local onde a luta pela terra se transformou em caso de polícia, onde um conflito se transformou em brutal massacre de trabalhadores.

A imprensa tratou logo de cobrir os acontecimentos e, na velocidade própria e característica do universo da globalização, rapidamente o Brasil

já se consternava com a tragédia. E começava, então, a confusão acerca dos números de mortos, de desaparecidos, de feridos, contraditórios nos noticiários em geral.²

O Brasil todo “descobria” Corumbiara, em Rondônia, como em 22 de dezembro de 1988 descobriu-se Xapuri, no Acre, com a morte de Chico Mendes. Houve comoção nacional, e os meios de comunicação de massa, principalmente os que representam o pensamento de parte da classe média, “informaram tudo” o que aconteceu, como aconteceu, o número de pessoas envolvidas, o número de mortos, o local, quem deu o primeiro tiro, a hora em que começou e o momento exato em que terminou...

Era como se o conflito de Corumbiara tivesse começado naquela manhã ou, no máximo, na véspera, quando a fazenda foi ocupada pelos sem-terra, e tivesse acabado logo que se enterraram os mortos. Aí, então, foi como se terminasse tudo. E, do mesmo jeito que o conflito ganhou rapidamente contornos de tragédia, foi jogado mais rápido ainda no espaço do esquecimento. Esqueceu-se, especialmente, de questionar o papel do Estado, representado pelo Judiciário e pelo Executivo, e, sobretudo, não se questionou a ingerência do latifúndio em todo o episódio de Corumbiara.

No caso Corumbiara, a Justiça foi rápida e eficiente, pois a ocupação da Fazenda Santa Elina aconteceu no dia 14 de julho de 1995, e no dia 9 de agosto a área já estava desocupada. No dia 15 do mesmo mês, toda a área havia sido “arrasada” com tratores para que todos os sinais do massacre fossem apagados da terra.

O noticiário da imprensa, ao relatar o conflito, provocou na população reações de indignação e revolta, pois foi mais uma injustiça que se cometeu contra os posseiros tidos como menos favorecidos pela sorte, os quais, na luta pela propriedade da terra, encontraram a morte pela frente. A imprensa normalmente tem cuidado mais da história dos mortos que dos vivos.

2 Alguns exemplos:

“Conflito em Rondônia deixa pelo menos 17 mortos” – *Folha de S. Paulo*, 10/8/1995;

“Lista indica que 52 estavam desaparecidos” – *Folha de S. Paulo*, 19/8/1995;

“Políciais e posseiros travam luta e 38 morrem” – *Alto Madeira*, 10/8/1995;

“Mortos seriam mais de 40” – *Diário da Amazônia*, 10/8/1995.

Outra reação gerada pelos noticiários foi o sentimento de impotência diante da tragédia. Afinal, não se podia fazer nada porque isso sempre aconteceu na história (nesses momentos se fazem listas e listas de outras tragédias) e certamente aquela não seria a última.

Houve ainda uma reação que tem sido muito comum e que, às vezes, decorre dos elementos citados anteriormente, a indiferença. Os fatos foram mostrados como algo que estava fora do universo de vivência individual e eram, então, problema do governo, das autoridades...

De modo geral, a imprensa tratou os envolvidos na questão como indivíduos descolados e deslocados de seu contexto, e, por meio de um processo de relativização, acabou por minimizar ou avultar os fatos conforme interesse comercial.

A mídia apropriou-se da tragédia e deu a ela a interpretação e a dimensão que o “calor da hora” deveria imprimir-lhe e, na mesma proporção, colocou-a na vala do esquecimento e da desmemória. Aquela tragédia, que envolveu homens, lugares, ações vivas, acabou no espaço do silêncio. A mesma imprensa se encarregou de ir “apagando” o conflito, primeiro das manchetes, depois dos noticiários de modo geral, criando assim um processo de esquecimento, de destruição da memória, de negação da história, personagens e situações. É a negação do tempo e do espaço, negação da própria história e dos seus sujeitos, negação da trajetória secular dos trabalhadores brasileiros na luta por terra de trabalho.

O conflito de Corumbiara despertou a atenção e foram feitas manifestações por diversos órgãos, instituições, associações e outros segmentos organizados da sociedade. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e setores da Igreja Católica se manifestaram e fizeram alguns questionamentos acerca do desenrolar dos fatos, principalmente em relação aos inquéritos policial e civil e à punição dos culpados. O que ficou claro é que pouco se discutiu sobre os verdadeiros responsáveis por tantas mortes, tanto desrespeito à vida, sobre o direito de se ter um pedaço de terra para plantar e colher alimentos e de se cultivar a dignidade. “Não se discute a profundidade

e abrangência de um problema que atinge a dignidade de milhões de seres humanos e priva o nosso mundo de uma perspectiva de paz”.³

O Bispo de Guajará-Mirim, Dom Gerard Verdier,⁴ visitou o local do massacre e recolheu fragmentos de ossos nas fogueiras do acampamento. Os ossos foram encaminhados à Universidade de Campinas (Unicamp), que concluiu que eram ossos de animais. Mas as amostras enviadas pelo Bispo à Faculté de Médecine Paris-Ouste confirmaram que eram ossos humanos. As autoridades ignoraram os resultados vindos de Paris e consideraram somente os exames da equipe de Fortunato Antônio Badan Palhares.⁵

As críticas e denúncias não foram além do imediatismo e não tocaram nas razões profundas do conflito de Corumbiara e de vários outros conflitos com mortes coletivas ou individuais, razões que têm levado a grande massa de excluídos a estar sempre exposta à violência. O que não se percebeu, através dos noticiários, é que os conflitos, os massacres, a violência em geral explicitam uma luta que é secular.

A História do Brasil é uma história de concentração e exclusão: concentração de terras e de rendas e, conseqüentemente, exclusão de considerável massa de trabalhadores da possibilidade de acesso à terra, ao trabalho e à cidadania.

A história da exclusão começou junto com a própria história do país. Inicialmente os excluídos foram os índios, primeiros habitantes, mas tidos como inexistentes, pois mesmo recentemente as referências feitas à Região Amazônica falam de “vazio demográfico” que precisa ser “ocupado”. Em seguida, são excluídos os negros que, trazidos na condição de escravos, são

3 O Vaticano divulgou, no fim de 1997, um documento no qual fez críticas sobre a forma como a reforma agrária é tratada nos países em desenvolvimento. O Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou então que as críticas não eram diretamente para o Brasil “porque no meu governo a reforma agrária está sendo executada...”

4 O Bispo Dom Gerard Verdier, de Guajará-Mirim, é muito estimado pelos trabalhadores de Rondônia e em especial pelos camponeses, por ter uma posição muito crítica em relação ao latifúndio e aos latifundiários. Fui até Guajará-Mirim em junho de 1998 e fui recebida pelo Bispo, com quem conversei longamente.

5 “No laudo feito pela Unicamp, divulgado no dia 15 de setembro, chega-se à conclusão de que os fragmentos pertenciam à tibia de um porco e ao fêmur de um boi”. *Diário da Amazônia*, Porto Velho, 9/11/1995.

excluídos antecipadamente e saem da história do Brasil no dia 13 de maio de 1888, quando deixaram de existir como escravos mas não começaram a existir como cidadãos. Para confirmar tudo, com a República veio o poder dos latifundiários, das oligarquias agrárias já antecipadamente legitimadas pela Lei de Terras de 1850. Todavia, os excluídos reagem de diversas formas e em vários campos de lutas, só que nem sempre isso é mostrado.

Conflitos no campo não são uma exclusividade de nossos tempos. São, sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país (Oliveira, 1996). As tensões e os conflitos acabam sendo expressões da luta pela terra. É óbvio que os meios de comunicação sempre noticiam apenas os conflitos de maior intensidade, principalmente quando é possível mostrar a violência por parte dos sem-terra. É como se a guerra no campo fosse unilateral e inevitável.

A justiça exige o conhecimento do fato de que o modo por que quase toda a história foi escrita impõe uma espantosa divisão contra a violência revolucionária. Na realidade, essa divisão torna-se espantosa quando se compreende a sua profundidade. Equacionar a violência daqueles que resistem à opressão com a violência dos opressores seria bastante errôneo. Mas há muito mais. Desde os tempos de Espártaco, passando por Robespierre, até os tempos atuais, o emprego da força por parte dos oprimidos contra seus antigos senhores tem sido objeto de condenação quase universal. Entretanto, a repressão diária da sociedade “normal” desaparece vagamente na maioria dos livros de história. (Moore Jr., 1983, p. 497)

Barrington Moore fala do curso da história oficial, escrita e registrada pela classe dominante, uma história de mitos e heróis, sem povo, sem contexto. A História do Brasil tem sido pródiga nesse sentido. Neste livro procuro mostrar uma outra história, a história de homens que lutam e de lugares que se tornam campos de batalha.

A história oficial do Massacre de Corumbiara está registrada no processo-crime intitulado “Caso Corumbiara”, que tem trinta volumes e cerca de dez mil folhas, muitas com frente e verso, no qual as declarações e testemunhos são extremamente contraditórios. Sobre os motivos que levaram os sem-terra a agir daquela forma, está escrito que foi a “ambição”,

a “resistência” e a “desobediência”. As autoridades e os policiais foram “vítimas” de “emboscada” e agiram em defesa do direito à propriedade.

O Ministério Público, em abril de 1998, ofereceu denúncia contra 26 pessoas.⁶ Entre elas, o fazendeiro Antenor Duarte do Valle, o capataz de uma de suas fazendas, vinte policiais e quatro sem-terra tidos como líderes da ocupação.⁷ Depois de publicada a sentença de pronúncia, todos os denunciados recorreram, segundo o promotor de Colorado do Oeste, Elício de Almeida e Silva.

O Ministério Público recorreu, os advogados recorreram e em maio de 1999 saiu a pronúncia em segunda instância, que confirmou parte da denúncia em primeira instância e mandou a júri popular: dois sem-terra acusados de homicídios, cárcere privado, porte ilegal de armas, formação de quadrilha e desobediência à autoridade; doze policiais, entre eles o major, hoje coronel, José Pereira Ventura, responsabilizado pela morte do sem-terra Sérgio Gomes, que estava preso junto a centenas de posseiros no campo de futebol, foi retirado de lá e teve seu corpo encontrado quinze dias depois no Rio Tanaru, a 70 km do local em que fora preso. Foram ainda a júri o então Capitão Vitório Regis Mena Mendes, subcomandante da operação, dois oficiais da Companhia de Operações Especiais (COE) e mais sete soldados, que executaram dois camponeses e um homem não identificado. Entre os soldados está Geraldo Rodrigues, que atirou em um posseiro quando este já estava preso no caminhão que os transportaria para Colorado do Oeste.⁸

A Justiça entendeu que não tinha provas suficientes para manter a pronúncia contra o fazendeiro e o capataz... E a mesma Justiça entendeu que não podia responsabilizar ninguém pelas outras mortes, inclusive a da pequena Vanessa, que tinha apenas seis anos e morreu com um tiro nas costas, além da de outros cinco, porque morreram no “fogo cruzado”.

6 Poder Judiciário de Rondônia – vara criminal da comarca de Colorado do Oeste – feito n. 01291-000329-5 (antigo n. 187-96).

7 Os primeiros volumes do processo eram intitulados: “O Ministério Público do Estado de Rondônia contra Antenor Duarte do Valle e outros”. Depois, passam as capas de cada volume a ter a denominação “Caso Corumbiara”.

8 Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – caso Corumbiara – agenda de julgamento. Disponível em: <www.tj.ro.br/atal/pauta_julgamento.html>. Acesso em: 4/8/2000.

De 1995 a 1999 os soldados e os oficiais foram promovidos, e até hoje ninguém foi responsabilizado pelas torturas indescritíveis,⁹ pelas lesões permanentes, pelos órfãos e viúvas e pelos desaparecidos.

O fazendeiro que coordenou e financiou toda a operação - não se trata do proprietário da Fazenda Santa Elina, mas sim de uma fazenda limítrofe - diz que se fez “justiça”.

Imediatamente após o massacre, as famílias ficaram abrigadas no Salão Paroquial de Colorado do Oeste e depois foram alojadas precariamente em um acampamento nos arredores daquela cidade. Nem todos os que estiveram na Santa Elina foram para o acampamento, muitos preferiram “sumir” depois de terem passado por grandes torturas e humilhações. Naquele acampamento, muitas pessoas se juntaram ao grupo e, no final, conseguiram ser assentadas juntamente com aqueles que passaram pelo massacre. É exemplar o caso do Projeto de Assentamento (PA) Guarajus, onde o Incra diz ter assentado 115 famílias oriundas da Santa Elina; na verdade, somente 57 delas passaram pela Santa Elina. Nos outros PAs criados para abrigar os remanescentes da Santa Elina aconteceu o mesmo.

Segundo informações de Cícero Pereira Leite e de muitos outros, a entrada de novas pessoas no acampamento de Colorado do Oeste contribuiu para desarticular o movimento. Era proposta das lideranças que todos fossem assentados na região de Corumbiara, mas, segundo as fontes já citadas, as pessoas que entraram depois acabaram “aceitando” a proposta do Incra de distribuir as famílias por vários municípios em cinco assentamentos diferentes. O primeiro grupo a se deslocar foi assentado precariamente na fazenda Guarajus, em Corumbiara.¹⁰ Foram 115 famílias, que receberam lotes muito pequenos, na maioria sem água e com solos inadequados para lavoura. Outro pequeno grupo foi para Ariquemes, para o Assentamento Américo Ventura, e as demais famílias foram para os assentamentos de

9 Veja fotos 14, 15, 16, 17 e 18 no encarte.

10 Os assentados chamam o acampamento de “Nova Vanessa”, em homenagem à pequena morta no massacre, mas, como até 1999 a área ainda pertencia ao fazendeiro Garon Maria e se chamava Fazenda Guarajus, este é o nome oficial do PA.

Lagoa Nova, Santa Catarina e Rio Branco, no município de Theobroma, região central do estado.¹¹

Ao que tudo indica, os únicos punidos pelo Massacre de Corumbiara foram os próprios sem-terra, que pagaram muito caro pelo desejo de viver com dignidade.

Numa tentativa de compreender uma realidade que já parece “mostrada”, pretendi ir além do que foi veiculado pelos diversos meios de comunicação, ouvir mais do que o que já havia sido dito até então. Em muitos momentos, alcancei cantos e recantos nos quais poucos tinham chegado. Ouvi lamentos que estavam sufocados pela dor ou pelo medo. Percorri os caminhos por onde, naquele dia 9 de agosto de 1995, homens, mulheres e crianças foram arrastados como animais; vi as catanas da imensa figueira onde Ercílio e José Marcondes da Silva foram executados sob o olhar desesperado da adolescente Rose Gatti.¹²

A metodologia básica utilizada nesta pesquisa foi a consulta a fontes primárias e entrevistas que permitiram criar e recriar a história dos homens, dos lugares onde vivem os homens e, mais ainda, das relações dos homens entre si e com a natureza.

Faço, assim, neste trabalho, a análise de uma situação a partir dela mesma. O primeiro passo foi localizar e delimitar tal situação no tempo e no espaço. Procurei não seguir um processo simplista e positivista de tratar cada elemento isoladamente; tentei compreendê-los como totalidades em si mesmos, como algo que se insere em um campo mais complexo, evidenciando ou não as suas correlações, interações, especificidades e contradições no contexto do modo de produção vigente.

O trabalho está calcado também em pesquisa de outras fontes, como documentos da Igreja, de sindicatos, de Câmaras de Vereadores e de cartórios, além de fontes secundárias, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Fazenda de Rondônia (Sefaz/RO), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Plano de

11 Veja mapa no final do Capítulo 2.

12 Veja foto 37 no encarte.

Gerenciamento de Recursos Naturais de Rondônia (Planaflo), o Centro de Estudos da Pastoral do Migrante (Cetremi), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia (Fetagro), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) das cidades de Corumbiara, Vilhena, Colorado do Oeste, Ouro Preto e Jaru, as Prefeituras Municipais de Corumbiara, Colorado do Oeste, Vilhena e Cabixi. Em todo o Estado de Rondônia, enfim, foram visitados os lugares tidos como necessários para escrever a história mais próxima possível da realidade dos camponeses.

Muito importante também foi buscar compreender o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), este último criado logo após os acontecimentos da Fazenda Santa Elina.

Dentre as fontes oficiais de consulta está o processo judicial intitulado “Caso Corumbiara”. Outros dois processos judiciais também foram consultados, o que trata da morte do vereador Manoel Ribeiro e outro que trata das mortes na fazenda Cabixi. Os processos foram importantes fontes de consulta, pois ali estão as versões oficiais dos episódios.

Entretanto, são as pessoas envolvidas nos acontecimentos, ou os familiares dos mortos, as fontes vivas e os testemunhos que acabam por evidenciar que, além da história oficial registrada nos processos, existe outra história que, embora negada e desqualificada pelas elites, é a real História do povo brasileiro. Trata-se da história da vida dessas pessoas, e é esta que procurei resgatar. Os nomes dos camponeses que cito ao longo do texto são aqueles que aparecem nos autos e que já se tornaram públicos. Os outros nomes a que me refiro são dos entrevistados durante a pesquisa de campo, que autorizaram ou não fizeram objeção a que me referisse a eles. As citações que aparecem sem nome não são apócrifas; nelas os nomes dos autores foram omitidos para atender o desejo de anonimato das pessoas.

Não houve intenção de fazer uma investigação policial, ou seja, de restringir-me aos “fatos”. Entre as metas que se desejava atingir com um trabalho dessa natureza, está: (a) fornecer subsídios para compreender e demonstrar como os diversos segmentos do poder constituído agem e reagem diante das reivindicações dos camponeses, e (b) elaborar um novo

conhecimento calcado em informações, depoimentos e testemunhos dos sujeitos históricos envolvidos diretamente no massacre. Isso porque há escassez de informações acerca do tema e, mesmo quando elas existem, são filtradas e higienizadas de forma a mascarar a realidade.

O que pretendo é mostrar, sem retoques e sem máscaras, o que aconteceu em Corumbiara.

O meu mais importante instrumento foi a pesquisa memorial. Entrevistei 212 pessoas entre advogados, juízes, sindicalistas, assentados, professores, soldados, oficiais, até o comandante da operação. Todavia, o mais importante desse processo foi entrevistar mais de 180 camponeses que estiveram na Fazenda Santa Elina, os quais relataram suas experiências, permitindo, assim, reconstruir os acontecimentos daqueles dias.

Se o que pretendia era fazer o resgate da história do massacre de que aquelas pessoas foram vítimas, o meu primeiro passo devia ser estar junto delas, no seu cotidiano. Muitas vezes participei de festas de aniversários e de casamentos, de reuniões e manifestações, aproveitei todas as oportunidades para trocar experiências.

Pude perceber como os camponeses, mesmo os que estiveram juntos na Santa Elina, percebem e leem de formas diferenciadas aqueles acontecimentos. Os mais velhos eram quase sempre mais calados, hesitantes e emotivos. Os jovens, mais ressentidos e carregados de raiva e revolta, costumavam ser mais falantes. Muitas vezes formaram-se grupos com velhos, adultos, jovens e crianças para contar e lembrar as experiências de Corumbiara. Quando as crianças estavam por perto, eu normalmente não lhes dirigia perguntas diretas sobre o assunto, mas às vezes elas entravam na conversa, como fazia Romerito, irmão de Vanessa, uma das vítimas fatais do massacre, que sempre confirmava o que a mãe dizia. Talvez suas memórias estivessem sendo cultivadas, consciente ou inconscientemente, pela própria mãe¹³ enquanto ela relembrava o ocorrido. Uma senhora, mãe de nove

13 No dia 16 de maio de 1999 encontrei Maria, a mãe da Vanessa, com quem tive uma longa conversa. O encontro ocorreu em duas etapas. A primeira etapa foi a apresentação feita pela professora Dirce Campõe, professora no PA Vitória da União, em 1995, que era amiga da cunhada de Maria. No começo, a conversa foi difícil. Maria já se sentira muito explorada por pessoas que, segundo ela mesma, *só queriam usar as vítimas para fazer suas reportagens e ganhar dinheiro*. A conversa foi no alpendre da

filhos, disse que não falava no assunto perto das crianças para “não fazer elas sofrerem de novo, não resolve e não adianta”. Então não seria eu a remexer naquelas feridas.

Durante as conversas com os camponeses, eu tinha sempre de tocar em questões importantes como, por exemplo, de onde vieram, por que saíram de sua terra, há quanto tempo estavam em Rondônia. Não podia deixar de lado também a questão das atividades que exerciam para viver antes de ir para a ocupação na Fazenda Santa Elina, além de outras questões básicas: como e por que foram para a Santa Elina, como era a vida no acampamento e o que lhes aconteceu no dia 9 de agosto. A reconstituição dos dias de acampamento foi possível graças a esses testemunhos, já que só eles poderiam revelar o que aconteceu com eles.

Para realizar as tarefas, estive oito vezes em Rondônia, perfazendo um total de 189 dias. Nos cadernos de viagem, tenho anotados cada lugar que visitei e cada pessoa com quem falei. Alguns momentos foram dolorosos, como o dia em que conversei com dona Madalena e com sr. Davi, cujo filho ainda está desaparecido; e com Maria e Romerito, mãe e irmão de Vanessa. Houve momentos dramáticos, como as oitivas e o júri. Momentos de encontros políticos, como os debates sobre o Projeto Popular para o Brasil, quando participei de seis encontros em cidades diferentes. Horas alegres, em festas de aniversários, de casamentos e em outras comemorações. Fiz palestras e participei de debates, como no dia 15/6/1998 na Câmara de Vereadores de Theobroma, quando, convidada a falar sobre Reforma Agrária, falei sobre sua ausência no país. O que começou como palestra transformou-se em acalorado debate.

casa de Claudete, casada com Luiz, irmão de Maria. Quem começou a responder minhas perguntas foi Claudete, Luiz e Dirce, enquanto Maria e Romerito ficaram quietos e calados. Aos poucos, porém, foram entrando na conversa e, logo em seguida, estávamos em uma roda onde todos falavam de suas experiências e que durou cerca de duas horas. Em seguida, Dirce, Luiz e Claudete se retiraram e Maria e eu continuamos a conversar. Eu mais ouvia, pois ela falava e chorava compulsivamente. Claudete me havia dito que Maria não queria mais falar sobre o assunto desde que seu marido fora assassinado no patrimônio (povoado) de Guarajus. Quando ela começou a falar, as outras pessoas se retiraram para deixá-la mais à vontade. Maria estava sentada numa cadeira, Romerito no chão e eu no baldrame. Os dois choraram muito. Para mim esse foi um dos momentos mais importantes do trabalho: ouvir Maria e Romerito, dois sobreviventes do massacre de Corumbiara, me colocava dentro daquele drama.

Para chegar até os assentamentos, contei com a ajuda do Incra de Colorado do Oeste, que por duas vezes cedeu veículo e motorista para levar-me até o PA Guarajus, chamado “Nova Vanessa” pelos assentados.¹⁴ Contei também com o agente da CPT de Colorado do Oeste, que me levou a vários lugares e me apresentou a muitas pessoas. Andei de moto onde não havia estrada, com os técnicos do Projeto Lumiar/Incra de Corumbiara, andei a cavalo, de carroça e de bicicleta, andei muito a pé sob o sol ou sob a chuva... O Cambota me hospedou em sua casa no PA Nova Vanessa.¹⁵

Foram muitas as pessoas que me ajudaram, acompanhando, hospedando-me em suas casas, apresentando-me a outras pessoas. Todas elas são coautoras deste livro. Um livro de Geografia Humana, que considera as questões de tempo e espaço, o local e o global e, principalmente, o compromisso social, por compreender que os homens e os lugares em que vivem são lugares históricos, construídos por homens igualmente históricos.

O grande desafio deste trabalho foi dar conta de elaborar tudo isso e tentar fazer com que o leitor deste livro sinta a emoção daquelas mães, a dor daqueles filhos, ou, pelo menos, saiba que “Corumbiaras” existem e existe um Brasil e um conjunto de brasileiros que o próprio país teima em negar.

Trata-se de uma tentativa de compreender uma realidade infinitamente rica, complexa e contraditória, cuja universalidade é concreta e não foi diluída na opção pelo *estudo de caso*. Pelo contrário, tal estudo possibilitou o aprofundamento da compreensão de muitas questões – dentre elas, pude ver as contradições e divergências entre o que está registrado oficialmente nos processos e inquéritos judiciais e os testemunhos dos sobreviventes do massacre de Corumbiara.

As grandes contradições estão no Inquérito Policial Militar (IPM) e no Inquérito Civil Público (IPL), onde aparece escrito que os “posseiros agiram por ambição e desobediência às autoridades”, com o registro de que os policiais foram “emboscados”, que cercaram o acampamento às “6 da manhã” e assim por diante. Mas não cabe aqui fazer uma investigação

14 Veja fotos 25, 28, 29, 30 e 34 no encarte.

15 Veja foto 34 no encarte.

policial; o objetivo é resgatar a história, não a oficial, mas a história da vida e da luta. Este trabalho deve trazer luzes e provar que, na luta pela terra, em Corumbiara lutaram fracos contra mais fracos, enquanto os fortes e poderosos se locupletavam e se sentiam acima das leis – donos do poder, das terras e do Estado.

Capítulo 1 - A produção do espaço agrário

“No lugar que havia mata,
hoje há perseguição
Grileiro mata posseiro
só pra lhe roubar seu chão
Castanheiro, seringueiro já viraram até peão
afora os que já morreram como aves de arribação
Zé de Nana tá de prova
naquele lugar tem cova,
gente enterrada no chão.

Pois mataram o índio, que matou grileiro
que matou posseiro
disse o castanheiro para o seringueiro
que o estrangeiro roubou seu lugar.”

Vital Farias, Saga da Amazônia

1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CAMPO NO BRASIL

Na chamada sociedade pós-moderna, pós-industrial, a maioria das pessoas não consegue mais perceber o papel da agricultura – não do agro-negócio, vale ressaltar – porque já se perdeu a noção do que é essencial à sobrevivência humana – o alimento –, e do lugar de onde ele vem – o campo!

Dessa forma ganha a agricultura importância vital, assim como o seu estudo, embora o centro da economia esteja na indústria. Do mesmo modo, não se pode pensar a agricultura e o campo sem pensar o campesinato, que, segundo Martins (1996), é o lado moderno e revolucionário, enquanto

o latifúndio é o lado atrasado e arcaico da estrutura econômica, social e política no Brasil.

Para entender tudo isso, o olhar do geógrafo deve se valer também dos olhares de estudiosos de outras áreas, para compreender o processo de produção e reprodução do espaço geográfico como resultado da luta de classes e da correlação de forças dentro do contexto histórico.

É preciso conhecer as várias tendências teóricas para compreender melhor a realidade, embora nem sempre tais tendências sejam capazes de explicar determinada realidade. Muitos estudiosos seguem em seus estudos a teoria clássica, que trata da expansão do capitalismo com a consequente homogeneização das relações de produção. Para tal tendência o campesinato é algo do passado, pois o processo de diferenciação social se daria pela proletarização inexorável de todos os que não pudessem bancar os custos do processo de modernização.

Sob influência dos partidos comunistas, correntes clássicas consideram o caráter genético do modo de produção e sua necessária sucessão histórica. Na raiz desse pensamento, vem a necessidade de considerar o pré-capitalismo, ou seja, o feudalismo ou seus resquícios: tudo que não é capitalista seria feudal, portanto, o próprio latifúndio precisaria ser superado para que as forças capitalistas pudessem se desenvolver e permitir a “penetração” do capitalismo no campo.

Dentro de tal concepção do processo de modernização, a proletarização do campesinato seria resultado do próprio mercado, que se encarregaria de excluir o camponês do processo produtivo. Em se tratando do debate sobre as teses feudais, há aqueles que consideram que a gênese do modo de produção não está nele mesmo: o novo modo de produção nasceria das contradições do anterior. Assim, a transição não se faz em decorrência de uma sucessão necessária de modos de produção, e o capitalismo, em face de seu poder e de seu caráter internacional, acaba por utilizar formas de produção não capitalistas para sua acumulação. Os latifúndios, então, não precisam desaparecer, desde que assumam o caráter capitalista.

O pressuposto histórico de tais tendências é o desaparecimento do campesinato, visto que os camponeses entrariam em um processo de

diferenciação, tornando-se capitalistas ou se proletarizando. Ou seja, gradativamente seria suprimida a produção camponesa de base familiar.

Tais tendências, apesar de certa prevalência em alguns meios acadêmicos e políticos, parecem esbarrar na realidade brasileira, que está a evidenciar, por um lado, o recrudescimento do latifúndio e, por outro, a criação e a recriação do campesinato, por meio da expansão de suas lutas e resistência e do aumento da produção familiar.

Os processos recentes de transformação que permitem, em muitos casos, que o proprietário de terra e o capitalista sejam vistos de modo unificado, permitem-lhe obter lucro e renda fundiária. Então, se por um lado recriam as condições para a manutenção e mesmo para a expansão do latifúndio, por outro, contraditoriamente, criam e recriam o campesinato, ou seja, uma classe em oposição ao latifundiário.

É o campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências, ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. (Martins, 1986b, p. 16)

No Brasil, José de Souza Martins encabeça a tendência que procura explicações para a permanência e recriação do campesinato. Segundo ele, o próprio capitalismo mantém e cria as relações não capitalistas de produção. Como se observa a ampliação da produção familiar, combinada ou não, dentro da contradição capitalista, o campesinato e o latifúndio devem ser compreendidos dentro do capitalismo e não fora dele (Oliveira, 1986).

Para concluir que tais pressupostos são mais compatíveis com a realidade brasileira, basta ver os sujeitos sociais e políticos que vêm se constituindo no país, como a União Democrática Ruralista (UDR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os posseiros, os índios, os grileiros, os colonos, os latifundiários, os ruralistas etc., num processo capaz de evidenciar que a questão é mais complexa do que parece.

No nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação de capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital

que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. (Martins, 1986b, p. 17)

Martins (1986b) faz uma crítica às abordagens teóricas clássicas que consideram o campesinato como uma categoria em extinção, considerando o desenvolvimento das forças produtivas como sinônimo do processo histórico, o que equivale a não considerar as contradições do próprio capitalismo. Tais análises negam o campesinato como classe porque isso implicaria reconhecer a permanência da produção camponesa, o que seria um retrocesso histórico e impediria o desenvolvimento da grande empresa capitalista no campo.

O processo histórico é constituído pelas relações sociais, pelas relações e antagonismos de classe. Assim, para Martins (1986b), se o campesinato brasileiro é resultado e consequência do próprio desenvolvimento capitalista no campo, há que se considerar algumas questões como a sua resistência e suas formas de luta. As respostas às lutas e reivindicações camponesas têm sido sempre respostas e reações de classe, haja vista os conflitos mais intensos como Canudos, Contestado, Trombas e Formoso e, mais recentemente, Corumbiara e Eldorado dos Carajás, assim como os conflitos permanentes pelo acesso e posse da terra – tensões que, como disse o poeta,¹ estão onde estão as cercas do latifúndio.

Importante também é a abordagem acerca da lógica camponesa em relação a vários aspectos, tais como a questão da posse e propriedade da terra, da liberdade e da segurança. Para o camponês a terra é exclusivamente a garantia de um meio de produção da vida e a liberdade em relação ao trabalho.

Este livro trata da criação e recriação do latifúndio e do campesinato em área de ocupação capitalista recente, onde os conflitos são muitos e são ignorados ou minimizados pelas políticas e políticos que detêm o poder, e por isso muitas vezes são resolvidos de maneira brutal. Conflitos são

1 O poeta da referência é Pedro Tierra, pseudônimo de Hamilton Pereira, citado por Aldighieri (1993).

transformados em massacres de camponeses, os quais os detentores do poder decidem colocar no esquecimento.

A trama da luta de classes envolve não apenas práticas, atitudes, como também a memorização do acontecer social que também faz parte do exercício do poder. Faz parte do exercício do poder ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado e em contrapartida, o que deve ser esquecido. (Vieira, 1987, p. 27)

Com este livro, estou propondo dialogar com as evidências e ultrapassar as aparências para compreender a realidade como expressão do exercício do poder, o poder de ocultar, de esquecer, e o poder de mostrar e de não esquecer, o que seria um outro poder. Assim abordo o Massacre de Corumbiara.

Nos festejos dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil assistimos às tentativas de comemorações preparadas pelo governo, pela classe dominante, com o apoio da grande mídia. Mas as imagens mais evidentes foram os protestos dos índios e dos sem-terra, e a sua repressão violenta. Por mais que os meios de comunicação e o então ministro das Comunicações, como parte do governo, quisessem mostrar o que tinham para festejar, as imagens de um jovem índio ajoelhado em frente ao batalhão de soldados que avançava pisoteando trabalhadores sem-terra evidenciou a face cruel da realidade. Era o povo que estava ali protestando, sendo pisoteado e massacrado pelas forças do poder. Nada mais contundente para testemunhar a realidade brasileira. Os conflitos, os confrontos, os massacres não são tragédias recentes. Especialmente os conflitos no campo não são exclusividade dos tempos atuais. São, sim, marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país.

Os índios estão há quinhentos anos lutando, fugindo, morrendo e resistindo numa guerra contra o capital, representado por jesuítas, por senhores de engenho e, hoje, por grileiros, madeireiros, latifundiários. Praticamente todos esses grupos contaram e contam com o apoio do Estado.

Se a Amazônia era o último refúgio dos povos indígenas, “era” realmente e não é mais, porque, por exemplo, em Rondônia, os projetos de colonização dirigidos pelo Incra não têm considerado os seus territórios. Embora tenham sido criadas algumas “áreas de reserva indígena”, que são muito mais espaço de confinamento, tais áreas não são respeitadas e o massacre dos índios continua.

O índio, se não foi formalmente escravizado, foi e está sendo sistematicamente desterritorializado e, conseqüentemente, exterminado, em uma luta desigual. Assim como tem sido desigual a luta dos negros. Estes últimos chegaram ao Brasil na condição de escravos, ou seja, na situação de marginalizados *a priori*, e constituíram a força de trabalho que moveu a Colônia. Ao mesmo tempo em que era trabalhador, era mercadoria.

Os negros, que entraram na história do país já excluídos de qualquer direito, saem dela em 1888 com a Lei Áurea. Com o fim da escravidão como instituição, eles não chegaram a se tornar cidadãos, pois o que lhes garantiria tal possibilidade seria o acesso à terra. Qual terra, neste imenso território? A apropriação das terras já estava garantida aos senhores brancos e católicos, desde o tempo das capitânicas hereditárias e sesmarias, legitimadas pela Lei de Terras de 1850. A Lei n. 601/1850 instituiu o que Martins (1990) chama de “cativeiro da terra”, no momento da passagem da mão de obra escrava para a mão de obra livre, e, segundo o mesmo autor, livre mas não necessariamente assalariada, o que deveria decorrer da lógica capitalista. A contradição se estabeleceu quando, para se reproduzir, o capital passou a utilizar a propriedade privada da terra e a renda que ela podia proporcionar. A mão de obra, por sua vez, precisava também corresponder à nova ordem mundial de expansão de consumo e de produção de matérias-primas, demandadas pelas nações em processo de industrialização, especialmente a nova potência que emergia na própria América, os Estados Unidos, que também tinha sua lei de terras, mas com uma letra e um espírito muito diferentes da nossa legislação.

Emília Viotti da Costa (1994) analisa as diferenças e semelhanças entre a Lei de Terras brasileira (1850) e a dos Estados Unidos (1856). No Brasil, as forças mais conservadoras foram as que articularam e criaram o que lhes garantiu o poder *sobre a terra*, o poder *da terra* e o poder *sobre o poder*. Ao mesmo tempo, garantiu mão de obra, inicialmente escravizada, com a possibilidade de manejo dos “estoques” de escravos de uma região para outra, e depois pela imigração dos europeus pobres, especialmente italianos, que, de certa forma, também almejavam o acesso à terra que lhes fora antecipadamente dificultado pela Lei de 1850. Isso evidenciava que

havia um novo segmento de pessoas que também aspirava à terra como possibilidade de vida. Formava-se um novo grupo social que passava a engrossar e modificar os processos de luta pela terra.

As lutas dos índios já duram tanto quanto a história do país. Negros e índios, que lutavam contra o cativo, na nova ordem estabelecida pela Lei de Terras, teriam de lutar também contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores, fossem eles escravos, imigrantes, ou sejam eles camponeses sem-terra, conforme relata Fernandes (2000).

O fim da escravidão veio quase quarenta anos após a instituição do que Martins (1990) chamou de “cativo da terra”. Aos negros, que entraram no país como escravizados, o advento da República dificultou a cidadania por falta de uma política que lhes possibilitasse o acesso à terra. Mas eles sempre lutaram por terra, assim como os imigrantes europeus, que também aspiravam a isso. Este foi o caldo de muitos dos conflitos que aconteceram no país.

A República brasileira já nasceu sob o signo do latifúndio e da “ordem e progresso”, que inseriram o país no contexto do liberalismo. Mas a República, que resultou de um arranjo entre os latifundiários e os militares, foi “inaugurada” por um dos maiores movimentos de resistência dos trabalhadores, a Guerra de Canudos. Canudos foi combatido pela Igreja, pelos coronéis/latifundiários e pelo Estado positivista da “ordem e progresso”. A ordem em Canudos era construir uma comunidade solidária e o progresso seria entendido como o bem-estar de todos. Tratava-se de uma comunidade de lutadores que se negou a sucumbir ao latifúndio.

Se Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Corumbiara² e Eldorado dos Carajás, enquanto movimentos e momentos da luta pela terra e pela liberdade, são memórias da capacidade de resistência e de contestação (Oliveira, 1996), são também memórias da capacidade destruidora do capital e dos capitalistas.

Já em meados do século XX, a estratégia de modernização adotada no país é claramente conservadora e tem como objetivo básico o aumento da

2 Na edição renovada de *A geografia das lutas no campo* (Oliveira, 1996), o autor acrescenta uma parte sobre o Massacre de Corumbiara.

produção e da produtividade da terra e do trabalho até limites extremos. Ocorreu uma renovação tecnológica com a utilização de equipamentos, insumos, técnicas e métodos modernos e o emprego mínimo de mão de obra, com tendência à especialização da mesma. Não se modificou a estrutura fundiária; pelo contrário, a opção foi pelo modelo concentrador.³ A opção por esse modelo começou a ser evidenciada a partir de 1950, primeiramente com a cultura de arroz e trigo e, posteriormente, com a soja, cujo incremento de cultivo se deu na década de 1970 e coincidiu com as crises do petróleo – período em que o país necessitava de novos produtos para o equilíbrio da balança de pagamentos. No mesmo período, houve um avanço também das lavouras de cana-de-açúcar para a produção de combustível alternativo. Esses cultivos, altamente capitalizados e multiplicadores de capital, expandiram-se pelas regiões centrais do país, em substituição a cultivos tradicionais; ocuparam áreas de Cerrado, incorporando essas terras ao processo capitalista, modificando ecossistemas, destruindo veredas, contaminando mananciais, erodindo longas extensões de solo e alterando completamente as paisagens com os “mares de soja”.

A expansão territorial da modernização se fez em ondas concêntricas a partir do Sul-Sudeste e atingiu, de forma diferenciada, os diversos segmentos sociais, desencadeando um movimento migratório de dois tipos distintos. O primeiro movimento, que atingiu um número maior de pessoas, foi constituído pelos que ficaram marginalizados no processo produtivo que se instalava: foram os posseiros, agregados e pequenos proprietários que ficaram alijados do contexto modernizante. O segundo movimento (ou segmento social) que se deslocou foi o dos empresários bem-sucedidos. Estes, após verem diminuir suas possibilidades de expansão no lugar de origem, estavam aptos a “ocupar” outras áreas onde as terras eram mais baratas e onde podiam expandir seus empreendimentos e, depois, estendê-los sobre terras indígenas e de posseiros em um processo predatório com

3 O processo de modernização da agricultura no Brasil foi significativo no sentido do deslocamento de população e prosseguimento do modelo político concentrador da renda e de terras. Onde estariam os camponeses que perderam suas terras? Alguns se tornaram empregados dos latifundiários, outros foram para a cidade “tentar a sorte” e, certamente, milhares estão engrossando o movimento dos que lutam por terra.

total apoio do Estado. Normalmente tais empresários dispunham de vultoso capital financeiro e *know how* aliados a uma legislação agrária e agrícola que incentivava e privilegiava a grande produção, principalmente aquela destinada à exportação.⁴

O processo de modernização teve, no Brasil, a participação de grupos transnacionais norte-americanos e, por isso, se constituiu como um processo de integração dependente, instrumentalizada na “Revolução Verde”. Dentre os vários grupos que atuaram no país, destaca-se o Grupo Rockefeller, que se expandiu e promoveu a fundação de instituições próprias, que possibilitaram sua consolidação nas regiões periféricas. Exemplo evidente desse processo é a criação da Cargill e da Agrocerec, com a finalidade principal de promover o desenvolvimento da pesquisa genética para a produção de sementes de cereais e de incrementar a comercialização e a posterior fabricação de equipamentos para lavouras.

Isso tudo corresponde ao “pacote tecnológico” que, segundo seus adeptos, ainda devia se fazer acompanhar de um amplo processo de mudanças dos hábitos alimentares da população. Foi incentivada a utilização da farinha de trigo em substituição a outras farinhas, abundantes no Brasil, como a de milho, mandioca e araruta, assim como a substituição de gorduras animais por óleo vegetal e margarinas.

A partir de 1965 foram introduzidas no Brasil novas variedades de trigo, arroz e milho. Os produtores foram induzidos a usar novas técnicas de “correção” dos solos, novos fertilizantes, novas formas de combate às “pragas” e doenças, assim como equipamentos e técnicas mais modernos, cujo mercado produtor estava em plena expansão.⁵ O país conheceu então a modernização tecnológica, que caracterizava a articulação dos espaços monopolistas. O resultado inicial foi o controle sobre os produtores rurais, a introdução de novas culturas, de técnicas de cultivo e manuseio do solo

4 Em Rondônia isto fica muito claro, visto que os camponeses tiveram dificuldade em entrar na terra e mais dificuldade ainda em nela se manter. E os empresários rurais expandem, não tanto seus empreendimentos produtivos, mas principalmente suas áreas de especulação.

5 O mercado produtor de implementos e equipamentos agrícolas norte-americano estava em franca expansão, o que revela, então, uma sincronia entre a produção e a criação de um mercado consumidor de tais produtos no Brasil.

e uma reorientação alimentar integrados ao modelo econômico/agrícola internacional. Foi constituído também um embate ideológico, com o intuito de legitimar o “moderno” contra o “atrasado”, contra o “arcaico” modo de produzir e de viver do homem do campo. Desenvolve-se um processo artificial de valorização do urbano e de desvalorização do roceiro e da roça, ofuscados pelo fascínio urbano.

O Brasil confirmou sua opção pelo modelo modernizante internacional ao fazer, entre outras iniciativas, uma legislação compatível com tal opção. Destaca-se, então, o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que, de certa forma, estendia os benefícios sociais e trabalhistas dos operários urbanos aos trabalhadores rurais,⁶ embora tenha sido pouco eficaz. Significou, na verdade, uma pretensa valorização do trabalhador do campo e a legitimação de novas relações sociais. O Estatuto do Trabalhador Rural quis tratar como iguais categorias diferentes de trabalhadores.

No entanto, o instrumento mais específico para o avanço da modernização conservadora foi, sem dúvida, o Estatuto da Terra de 1964, cuja letra sugeria, inclusive, reforma agrária, mas cujo espírito era tão somente o de fortalecer e legitimar o poder dos empresários rurais. Nesse sentido, o Estatuto da Terra foi muito eficiente, pois possibilitou a implantação das empresas rurais e criou instrumentos eficazes para garantir maior articulação entre o processo produtivo e a expansão do latifúndio.

Na década de 1970 foram criados instrumentos específicos para atender o processo produtivo. Em 1971 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cuja atuação foi influenciada por centros internacionais. Foi criada também a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), vinculada ao Ministério da Agricultura, e suas subsidiárias nos estados, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Todos esses mecanismos institucionais colaboraram para viabilizar a opção modernizadora.

6 O Estatuto gerou, em muitos lugares, a expulsão dos trabalhadores que viviam na condição de moradores e agregados. Os proprietários trataram logo de “acertar” as contas com os trabalhadores nessas condições, com a justificativa de que eles poderiam “adquirir direitos” e viriam a ser uma ameaça à propriedade, com possibilidade de pleitear na Justiça a posse daquele lugar onde estava a casa, o quintal, a horta, enfim, aquele pedacinho da roça em que moravam há muitos anos.

Além dos centros de pesquisa, foram criados programas especiais para viabilizar mecanismos de financiamento para a produção. Dentre esses programas, destacou-se, na região Centro-Oeste, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), desenvolvido pelo Banco do Brasil, em 1973. O Proagro possibilitava ao produtor fazer investimentos sem riscos e o uso de tecnologias mais eficientes. Mas o acesso a ele era mais fácil para os grandes produtores; para os pequenos, os financiamentos implicavam, muitas vezes, a renúncia à sua condição de produtores independentes.⁷

Esse modelo de desenvolvimento expropriou pequenos produtores, expulsou moradores e agregados e reduziu postos de trabalho no campo. Mas os excluídos sempre reagiram no campo e nas cidades, embora tal reação tenha sido negada, quando não desqualificada pelas elites. A resistência dos trabalhadores foi evidenciada pela formação das Ligas Camponesas, que marcaram o Nordeste nos anos de 1950 a 1960.

Em 1964, o Golpe Militar tentou golpear também a resistência dos trabalhadores, caçando, matando e “sumindo” com as lideranças em uma tentativa de destruir qualquer movimento que questionasse o regime. Os latifundiários, que apoiaram a ditadura militar desde o seu nascedouro, fortaleceram-se legalmente, legitimados pelo Estatuto da Terra, que, segundo Oliveira (1996), foi uma espécie de bandeira do regime militar levada ao campo em luta para, através da guerra, impor a “paz na terra”.

O regime militar, com seus Atos Institucionais (AI-1 e AI-5) e outras arbitrariedades, embora tenha conseguido calar, literalmente, muitas vozes, não conseguiu impedir os camponeses de continuar a sua trajetória de luta por liberdade, por terra, por cidadania, por justiça.

Conflitos por acesso à terra emergem em muitos lugares do Brasil e continuaram crescentes as tensões sociais, especialmente na Amazônia,

7 Quando fiz a pesquisa de mestrado, registrei dois casos de concentração fundiária. Com a expansão da soja sobre as pequenas lavouras de café, em Maringá, em 1977, um empresário reuniu em sua unidade jurídica quatorze escrituras. O mesmo proprietário vem para Catalão (GO) e implanta uma fazenda que, em 1991, reunia três unidades jurídicas; a mesma área, em 1950, abrangia quinze pequenas propriedades. Em 2009, este mesmo proprietário já possui 35 mil hectares das melhores terras do município de Catalão. Isso é apenas uma amostra do brutal processo de concentração fundiária que tem como consequência deslocamentos das pessoas que viviam nas pequenas unidades incorporadas aos latifúndios.

relacionadas diretamente à natureza das migrações produzidas pela estrutura fundiária. Martins (1986a, p. 48-49) constatou:

Fala-se muito da concentração da propriedade da terra como um dos fatores da violência, o que é verdade. O recenseamento de 1980 revelou que 45% das terras do país estavam concentradas em menos de 1% dos estabelecimentos rurais e que metade dos estabelecimentos, que garantem a maior parte da produção, tinham apenas 2,4% da terra. O Estatuto da Terra, implantado pela ditadura militar, teria a suposta finalidade de resolver esse problema, se redistribuísse as terras dos grandes proprietários, como ocorreu em outros países, dando preferência aos pequenos agricultores sem-terra na ocupação de novas terras das regiões da Amazônia. No entanto, aconteceu o contrário. Antes do golpe militar, entre 1950 e 1960, as terras novas foram ocupadas do seguinte modo: 85% para estabelecimentos com menos de 100ha e 15% para estabelecimentos com mais de 100ha. Já na vigência do Estatuto, entre 1960 e 1970, essa distribuição de terras novas sofreu modificações, beneficiando os grandes proprietários: 35% dessas terras foram para os pequenos e 65% para os grandes. Entre 1970 e 1980, a década da grande violência no campo, os pequenos receberam 6% das terras novas e os grandes ficaram com 94%.

Portanto, o Estatuto da Terra veio para, burocraticamente, viabilizar a modernização da agricultura e reprimir as lutas dos trabalhadores.

Na Nova República, que já nasceu velha e rançosa, visto que a nova “arrumação” do poder continuou calcada na influência dos latifundiários, para legitimar a violência no campo, foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), que se contrapôs ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e à maioria da sociedade, na Constituinte de 1986/1988. A UDR, gestada quando o goiano Iris Rezende era Ministro da Agricultura, em 1985, teve como seu primeiro presidente o deputado federal e médico ortopedista Ronaldo Caiado, deputado que votou contra o *impeachment* de Collor e faz parte de uma sangrenta oligarquia agrária de Goiás (Silva, 1991). A UDR, utilizando-se de uma retórica modernista, em um fantástico poder midiático que o dinheiro lhe conferia, procurava convencer até pequenos produtores a empunhar a bandeira da integridade pessoal, da propriedade e da moral contra a corrupção.

A UDR prosperou rapidamente e atingiu o seu principal objetivo: interferir na Constituinte. Sob esta influência, a proposta de reforma agrária

inserida na Constituição de 1988 não correspondeu aos anseios de milhões de trabalhadores, que não puderam “marchar sobre Brasília” para fazer ouvir suas vozes. Com a criação da UDR institucionalizou-se no campo o crime e a impunidade; foi grande o seu envolvimento com a violência.

Se tem havido conflitos no campo é porque, de certa forma, está havendo reação por parte dos que sofrem violência. Oliveira (1996) constatou que houve um decréscimo da violência no campo no período 1990 a 1994, mas esse foi o período marcado pela matança de lideranças sindicais: na Amazônia estão 61% desses assassinatos e o estado do Pará soma 29%. O autor, nesse mesmo texto, enumera alguns sujeitos da luta secular no campo brasileiro: as nações indígenas, na luta pela demarcação dos seus territórios; os posseiros, em luta pela terra de trabalho; os peões, lutando contra a peonagem; os camponeses, enfrentando as desapropriações pelas grandes obras do Estado; o movimento dos camponeses contra a subordinação à indústria; o movimento dos “brasiguaios”; o movimento dos bóias-frias; o sindicalismo no campo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Tais grupos demonstram que os espaços de luta são muitos e as estratégias de resistência são diversificadas, mas todos estão lutando contra as injustiças do latifúndio e as políticas que o legitimam. O que fica claro é que o Brasil tem uma questão agrária não resolvida, que passa por todas as outras questões acima discutidas.

1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM RONDÔNIA

A partir de 1970, houve a interferência direta do Estado na ocupação do território, e esse período pode ser dividido em duas etapas. Em Rondônia, a primeira etapa vai de 1970 a 1980, quando o Incra definiu o que Cunha (1985) chamou de “xadrez das terras”. A outra etapa foi a partir de 1980, quando os projetos do Incra se mostraram ineficientes, uma vez que não davam conta de resolver a questão fundiária e menos ainda a questão dos migrantes pobres, os quais, na sua grande maioria, não conseguiram cumprir o objetivo de entrar na terra e ficar na terra, fazendo-a produzir. Esta segunda etapa foi marcada pela ação dos sem-terra, que se mobilizaram e forçaram o

Estado a criar dezenas de Projetos de Assentamentos (PA) para abrigá-los. O conflito na Fazenda Santa Elina foi um dos reflexos dessa política.

Ainda sobre essa etapa, Cunha (1985, p. 46) escreve:

A implementação desses novos projetos modificou radicalmente o uso da terra e a estrutura fundiária de Rondônia pela incorporação de novas áreas produtivas repartidas em pequenos estabelecimentos e pelo incremento substancial da produção agrícola. Todavia percebe-se que, ao se expandir a colonização dirigida por Rondônia, o Estado perde inteiramente a direção do processo. Quando tal acontece o Estado, representado por seus inúmeros órgãos, passa a atender apenas parte dos pequenos proprietários, enquanto a grande maioria fica exposta às regras do mercado como sucederia em qualquer outro espaço; aonde isto ocorre as leis invisíveis da economia funcionam na direção do significado último da criação de uma nova fronteira: aumentar a acumulação de capital.

A ocupação capitalista de Rondônia começou no final do século XIX, quando chegou ao território um primeiro contingente de trabalhadores para a extração da borracha. Tal atividade demandou a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, iniciada em 1907 e concluída em 1912, cujos extremos eram as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, que foram as duas únicas cidades da região por muitos anos.

A queda dos preços da borracha inviabilizou a ferrovia e trouxe estagnação econômica para a região. Foi a necessidade de abastecimento de borracha nos mercados mundiais, durante a Segunda Guerra Mundial, que deu novo impulso à atividade, e uma significativa leva de nordestinos transferiu-se para Rondônia. Mas o surto de crescimento foi breve, pois, passada a guerra e surgindo a concorrência da borracha da Malásia, a produção local perdeu competitividade.

Somente na década de 1950, com a descoberta da cassiterita e com os garimpos de ouro, e na década de 1970, com o processo de colonização dirigida, incentivada pelo governo, ao longo das margens da BR-364, Rondônia conheceu um processo efetivo de ocupação capitalista, baseada na agropecuária, especialmente nos cultivos de cacau, café e capim. Esse processo transformou a estrutura produtiva e atraiu um fluxo migratório sem precedentes.

A Tabela 1 evidencia o grande aumento da população de Rondônia em relação à Região Norte e ao Brasil. O grande salto aconteceu na década de 1970, quando a população de Rondônia cresceu 11% mais que a da Região Norte e 13,55% mais que a do Brasil como um todo. Esse aumento da população de Rondônia deu-se principalmente em consequência da migração.

Tabela 1. Crescimento Populacional: Rondônia, Região Norte e Brasil – 1950 a 2000

Período	RONDÔNIA (%)	REGIÃO NORTE (%)	BRASIL (%)
1950/1960	6,39	3,34	2,99
1960/1970	4,76	3,47	2,89
1970/1980	16,03	5,02	2,48
1980/1991	7,88	5,19	1,93
1991/2000	2,89*	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

*Resultados preliminares do censo 2000.

Segundo informações conseguidas junto ao Centro de Triagem de Migrantes (Cetremi) em Vilhena (RO), a maioria dessas pessoas era de agricultores do Centro-Sul, expulsos de suas regiões de origem pela modernização da agricultura, que, aliada às políticas agrícola e agrária, geraram concentração fundiária e a redução do emprego no campo.

O Incri atuou em Rondônia até 1980 por meio de dois tipos de projetos: os fundiários e os de colonização. Os projetos fundiários, que tinham como objetivo, segundo o próprio Incri, legitimar, disciplinar e organizar a situação fundiária, eram quatro no estado: Alto Madeira, Guajará-Mirim, Jaru-Ouro Preto e Corumbiara.

Os projetos de colonização, que se destinavam a promover o assentamento de agricultores sem-terra, foram de dois tipos, com concepções diferentes, segundo Cunha (1985).

1º Os Projetos Integrados de Colonização PICs – Que, dirigidos aos agricultores sem terra (de conformidade com § 2º, Art. 25 do Estatuto da Terra), com maior força de trabalho familiar e de baixa renda, se caracterizam por uma atuação paternalista. O Incra além de identificar e selecionar os beneficiários, designam-lhes parcelas, fornece a infraestrutura e, por meios próprios ou de outros órgãos, implanta atividades de assistência técnica, creditícia, de comercialização, saúde, educação e até de associativismo. Este tipo de colônia foi usado principalmente nas primeiras fases da colonização;

2º Projetos de Assentamento Dirigido PADs – Que contemplam os agricultores com maior experiência agrícola e capacidade de obtenção de recursos financeiros no sistema bancário. O Incra apenas se responsabiliza pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela infraestrutura, loteamento e titulação. (p. 62)

O atual estado de Rondônia chamou-se Território de Guaporé de 1943 a 1965, quando passou a denominar-se Território de Rondônia; só em 1981 tornou-se um Estado da Federação.

Em 1974 foi criado o Parque Indígena de Aripuanã, que é território dos Cinta-larga e reúne, ainda, o que resta das nações Zoró e Suruí (Perdigão e Bassegio, 1992).

Em Rondônia foram criados cinco Projetos Integrados de Colonização e dois Projetos de Assentamento Dirigidos, além dos chamados Projetos de Assentamento Rápido (PAR), que foram criados para acomodar o excedente de mais de 23 mil famílias localizadas em lotes de outros ou em núcleos urbanos distribuídos em vários municípios do território. A diferença entre estes projetos, distribuídos em vários municípios do território, e os outros tipos de projetos era a redução, pela metade, da área dos lotes, que eram de cinquenta hectares e ficavam em locais sem acesso por estradas.

Parte das propriedades de Rondônia não dispunha de documentação definitiva de propriedade, visto que, antes da atuação do Incra, muito pouco havia sido feito em termos de regularização das propriedades e, depois de sua ação, aumentaram as exigências legais para a regularização definitiva. Assim, foram expedidos documentos, que diferem de acordo com a área e com a fase, em três tipos:

- a) Licença de Ocupação (LO): documento que recebiam os ocupantes de lotes em áreas de regularização fundiária como primeira fase do reconhecimento da posse;

- b) Autorização de Ocupação (AO): documento equivalente ao reconhecimento da posse nos projetos de colonização;
- c) Título Definitivo (TD): documento recebido somente após determinado período da expedição da Autorização de Ocupação ou da Licença de Ocupação, quando cumpridas as exigências de tempo de moradia permanente e de exploração agrícola exigidas pelo Incra.

O Título Definitivo, no entanto, ainda pressupunha um prazo de carência para pagamento de serviços da colonização ao Incra, para só então ser registrado em cartório no nome do novo proprietário.

Todo esse processo funcionou como forte atrativo para populações pobres de diversas regiões brasileiras, mas nem todos tiveram acesso à terra; além disso, muitos dos que conseguiram “entrar” na terra tiveram dificuldade em nela se manter.

A Tabela 2 mostra o crescimento da população urbana e rural de Rondônia entre 1950 e 2000. Nesse período, o crescimento foi continuamente maior do que o crescimento da Região Norte e de todo o Brasil (Tabela 1). Só depois de 1980 é que a população urbana ultrapassa a rural, observando-se uma tendência de urbanização que evidencia o processo de expulsão do campo.

Tabela 2. Taxa Média de Crescimento da população urbana e rural. Rondônia – 1950 a 2000

Ano	População residente		Taxa média de crescimento		
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total
1950	13.816	23.119	-	-	-
1960	30.186	39.606	7,99	5,44	6,39
1970	59.564	51.500	7,03	2,66	4,76
1980	228.539	262.530	14,39	17,69	16,03
1991	659.327	473.365	12,34	6,68	7,88
2000*	883.048	494.744	-	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico - 1950/1960/1970/ 1980/1991/2000.

* Resultados preliminares

As grandes transformações do espaço em Rondônia deram-se principalmente pela criação de muitos municípios a partir de desmembramentos, especialmente daqueles localizados ao longo da rodovia BR-364, que corta 16 dos 52 municípios de Rondônia (veja mapa no final deste capítulo). As áreas desses municípios foram reduzidas com a criação dos municípios novos, mas suas sedes com seus entornos continuaram bastante povoadas, o que provoca muito impacto na densidade demográfica. Exemplo disso é o município de Vilhena (sudeste do estado), que em 1980 tinha 50 mil habitantes em área de 33.440 km² e, em 1991, tinha 38.781 habitantes em área de 14.754 km². A densidade demográfica aumentou porque o município foi desmembrado em outros, como Colorado do Oeste, Cabixi e Cerejeiras. Em 1992 foi criado na mesma área o município de Corumbiara e, em 1995, o município de Chupinguaia.⁸ Muitas pequenas cidades surgiram no sudeste de Rondônia, como também ao longo da BR-364.

A Tabela 3 mostra a densidade demográfica dos principais municípios de Rondônia entre 1980 e 2000.

A cidade de Corumbiara situa-se no sudeste de Rondônia, a 50 km de Colorado do Oeste (por estrada não pavimentada) e essa, por sua vez, está a cerca de 100 km de Vilhena, a principal cidade do sudeste do estado. O município foi criado por decreto em 13/2/1992 e tem área geográfica de 4.304,5 km², estando a 847 km de Porto Velho. Sua população, no censo de 2000, era de 10.464 habitantes.

Dos municípios citados na Tabela 3, o único que não é cortado pela BR-364 é Guajará-Mirim. Com um crescimento de população absoluta e relativa quase constante, este município, embora tenha perdido território com a criação de outros municípios, teve sua densidade demográfica pouco alterada. Isso evidencia o que foi mostrado anteriormente como resultado do modelo de ocupação que privilegiava a área ao longo da BR-364.⁹

8 Com a criação do município de Chupinguaia, que foi posterior ao massacre, uma parte da Fazenda Santa Elina passou para Chupinguaia, inclusive parte do lote 99, onde aconteceu o massacre (veja Figura 1).

9 Veja o mapa no fim deste capítulo.

Tabela 3. Densidade Demográfica dos Principais Municípios de Rondônia - 1980/1991/2000

Município	1980			1991			2000		
	Pop.	Área (km ²)	Dens. Demog.	Pop.	Área (km ²)	Dens. Demog.	Pop.	Área (km ²)	Dens. Demog.
Ariquemes	53.364	38.687	1,38	57.926	14.405	12,55	74.329	4.975	14,94
Cacoal	67.037	8.741	7,67	69.719	4.684	17,97	73.527	3.793	19,38
Guarajá-Mirim	34.755	63.935	0,54	32.551	25.214	1,30	38.012	25.114	1,51
Ji-Paraná	121.711	22.027	5,53	97.719	6.899	13,70	106.768	6.894	15,49
Pimenta Bueno	30.019	17.904	1,68	48.748	11.790	3,95	31.742	6.233	5,09
Porto Velho	133.898	58.310	2,30	269.876	52.905	6,66	334.585	34.068	9,82
Vilhena	50.285	33.440	1,50	38.781	14.745	2,58	53.497	11.367	4,71
Outros	-	-	-	515.554	107.736	4,79	-	-	-
Total	491.069	234.440	2,02	1.130.874	238.379	4,74	1.337.792	237.564	5,80

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1980 - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991 e preliminar de 2000.

O fluxo migratório para Rondônia foi, no período em questão, composto principalmente por trabalhadores sem-terra e por desempregados e subempregados rurais e urbanos oriundos de várias regiões do país. As cidades aumentaram tanto em número como em problemas típicos de aglomerados sem a menor estrutura no que se refere a equipamentos de saneamento básico, asfalto, energia etc. Exemplar é o caso de Vilhena, cidade que está dividida em duas partes, uma parte que tem um mínimo de equipamentos urbanos e outra formada por um aglomerado de favelas chamado “Grilo”. Nesta parte se concentram especialmente os desterrados da região e outros migrantes que, embora em menor número, ainda continuam chegando a Rondônia. Em Vilhena, chamada “Portal da Amazônia”,¹⁰ acabam ficando aqueles que para lá se dirigiram sem ter alguém como referência em qualquer lugar do estado. No Grilo há muitas pessoas de outras regiões do Brasil que chegaram recentemente a Rondônia e permanecem estacionadas ali. São pobres que ficam cada vez mais pobres.

10 Na BR-364, logo que se cruza a divisa entre os estados de Mato Grosso e Rondônia, vê-se uma placa onde está escrito: Vilhena, Portal da Amazônia.

Em 1978, segundo Cunha (1985), o fluxo maior de migrantes para Rondônia era do Centro-Sul, o que confirma que nestas regiões o processo de modernização da agricultura gerou desemprego no campo, conforme se pode comprovar também por meio das entrevistas com os camponeses de Rondônia. Um exemplo foi encontrado na análise do processo do assassinato do Vereador Nelinho: ao conferir os locais de nascimento das pessoas citadas, descobri que as 39 testemunhas envolvidas, os dois pistoleiros e o vereador que os contratou, eram todos migrantes.¹¹

A apropriação das terras em Rondônia acompanhou a construção de estradas com a implantação de Projetos de Colonização Dirigida, não tendo sido necessariamente escolhidas áreas mais povoadas ou com terras mais férteis. Os projetos de assentamentos coordenados pelo governo seguiram o eixo formado pela rodovia BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho em uma extensão de 1.456 km, e foi asfaltada em 1984 com recursos do Banco Mundial. É a principal entrada e saída do sudoeste da Amazônia, e liga a região ao resto do país.

O processo de ocupação capitalista de Rondônia respondeu ao programa de “Integração Nacional” instituído pelo Decreto Lei n. 1106 de 16/6/1970. No mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) substituindo o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), que tinha por objetivo promover a colonização e a reforma agrária de acordo com os termos do Estatuto da Terra (Lei n. 4504 de 30/11/1964).

O Incra tentou organizar a colonização em Rondônia, criando o “xadrez da terra” (Cunha, 1985),¹² conforme já mencionado. Se oficialmente os objetivos eram viabilizar uma colonização dirigida, na verdade não se fez mais que confirmar um movimento típico de incorporação de novas áreas à expansão capitalista, que se deu pela busca de sobrevivência por agricultores expropriados em suas regiões de origem. Esse novo espaço precisava também de estradas, de máquinas, de fontes de energia e outros bens que eram

11 O assassinato do vereador ocorreu no dia 16/12/1995, por volta das 21h30, em emboscada na própria residência. Durante o processo, Nelinho foi mostrado como líder dos sem-terra.

12 Ver dados do Quadro 1.

produzidos fora, o que significava oportunidades de novos negócios para os que possuíam capital financeiro e influência política. Tais circunstâncias geraram uma brutal diferença entre esses últimos e os migrantes pobres que buscavam terra.

As condições de viagem desses segmentos de migrantes eram muito difíceis. As viagens geralmente eram cheias de paradas; há casos de famílias que demoraram dez dias para fazer o percurso entre Mantena (MG) e Vilhena.

Para a maioria dos migrantes, a esperança era “ter terra para trabalhar”; para a minoria, de alto poder aquisitivo e influência política, o objetivo era a expansão do poder – a posse da terra para especulação e acumulação.

A migração para Rondônia é considerada por Perdigão e Bassegio (1992) a “trajetória da ilusão”. Os autores criticam o modelo de ocupação do estado, caracterizado pelo saque, pela violência, pelo banditismo, e denunciam a indiferença e até mesmo a conivência das autoridades em todo o processo. Seu texto começa retratando a situação dos índios que, com o retalhamento das terras pelos projetos de colonização, tanto particulares quanto oficiais e, ainda, com a intensificação do processo de grilagem, pagaram e estão pagando um preço alto: desaparecimento de tribos e nações inteiras. A demarcação da rodovia BR-364 atravessou territórios indígenas e foi fator de desintegração de muitos grupos indígenas, todos eles detalhados nos estudos de Perdigão e Bassegio (1992).

Em *Os índios Cinta-larga*, Chapelle (1982) narra uma viagem feita por ele e sua equipe em 1978, de ônibus, de Brasília a Rondônia, descrevendo como dantescas as dificuldades que teve para percorrer especialmente o trecho entre Cuiabá e Vilhena. Se para Chapelle aquilo era uma “experiência” exótica de pesquisador, para os milhares de trabalhadores pobres que rumavam para Rondônia naqueles anos, era o único caminho possível e significava a esperança de que no fim da viagem alcançariam a terra prometida. Os sofrimentos da viagem, para estes últimos, seriam então *passageiros*, assim como eles eram passageiros da ilusão, conforme Perdigão e Bassegio (1992).

Sobre a ocupação sistematizada de Rondônia, o texto “A contribuição do Incra dentro do processo de ocupação do território de Rondônia”, de

Reinaldo Galvão Modesto (1980),¹³ então coordenador do Incra em Porto Velho, apresenta uma boa contribuição para a análise, sobretudo no que se refere à interferência do Estado no processo.

O autor descreve a ocupação/colonização de Rondônia pela ótica do órgão oficial encarregado de dirigir todo o processo de expropriação¹⁴ e apropriação das terras naquela parte do território brasileiro.

Em 1970 iniciou-se o processo de colonização oficial com o Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto. Retomando a história desse processo, afirma Modesto (1980, p. 12):

A problemática fundiária regional estava a cargo da Comissão de Discriminação de Terras Devolutas da União - CDTD, tendo como órgão auxiliar o Distrito de Terras do Acre/Rondônia DF2-04, que fora, portanto, o embrião com a natureza de órgão zonal então vinculado à Coordenadoria Regional do Centro-Oeste, passando por sua vez o aludido Distrito de Terras a Projeto Fundiário Rondônia com jurisdição em todo território do mesmo nome. Apesar do Estatuto da Terra ter traçado diretrizes que procuram disciplinar a utilização da terra, o fluxo migratório, que se dirigiu ao território sem um controle disciplinado, provocou a invasão e o conseqüente desrespeito ao direito da posse e de propriedade, gerando ainda uma ocupação desordenada, dando origem a inúmeros problemas fundiários.

Desse modo, o Incra atribuiu aos camponeses migrantes a responsabilidade pelos transtornos criados pelo modo de colonização que privilegiava quem tinha maior poder aquisitivo e influência política, quem estava à procura de novas oportunidades de negócios, especialmente de terras para especulação e para a extração de madeira, então abundante no território.

O Incra, como coordenador da política agrária, criou os projetos de colonização “tendo como finalidade a solução desses problemas e orden[ou] as novas ocupações” (Modesto, 1980). Criou o PIC Ouro Preto em 1970, na vila de Rondônia, então distrito de Porto Velho; em 1972, criou o PIC Ji-Paraná, no atual município de Cacoal, e ainda em 1972 o PIC Sidney

13 Entrevistado em 1/6/1998.

14 Expropriação dos índios que estavam na área há séculos, e também de posseiros que viviam na área antes de 1970.

Girão, entre Guajará-Mirim e Abunã. Foi criado em 1973 e implantado em 1974 o PIC Paulo de Assis Ribeiro, ao sul do território, nos vales dos rios Cabixi, Escondido e Corumbiara, e em 1974 e 1976 foram implantados os projetos Burareiro e Marechal Dutra, como Projetos de Assentamento Dirigido (PAD). Até 1970 existiam no estado apenas os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.

Os PICs contribuíram para o aumento do fluxo de migrantes e para o conseqüente surgimento de vários núcleos de população, que mais tarde se tornaram cidades, como, por exemplo, a cidade de Vilhena, que se vincula ao PIC Paulo de Assis Ribeiro, assim como Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara e Chupinguaia. No PIC Paulo de Assis Ribeiro é que se incluía o Projeto Fundiário Corumbiara e se localizava a Fazenda Santa Elina, no setor 10 da Gleba Corumbiara. O projeto apresentava lotes de cerca de dois mil ha, com o desenho do “xadrez da terra” já citado.¹⁵ O lote 98 desta gleba fazia parte da Fazenda Adriana e nele está o PA com o mesmo nome, onde estão assentadas oitenta famílias que conquistaram a terra com muita luta. Aconteceram três ocupações seguidas de despejo, e só em 1994 as famílias conseguiram estabelecer-se na área.

Modesto (1980) aborda o período dos primeiros movimentos até 1980, ou seja, ele não chega a tratar das dezenas de Projetos de Assentamentos (PAs) que surgiram em Rondônia, mas sua análise permite entender o processo que forçou o próprio Incra a criar tais projetos.

Os PAs foram criados a partir do movimento dos próprios camponeses que foram excluídos dos projetos oficiais, e, segundo o próprio Modesto (em entrevista),¹⁶ não atingiram os objetivos, pois atraíram muita gente e não conseguiram abrigar toda a demanda, o que gerou um contingente numeroso de camponeses que pleiteavam terras para trabalhar. Esses camponeses serviam para “amansar”¹⁷ a terra e depois eram expulsos.

Os 112 PAs que foram criados entre 1981 e 2001 espalhados por todo o território, na sua maioria, têm uma história de ocupação prévia por parte

15 Ver a Figura que mostra divisões da Gleba Corumbiara.

16 Entrevista concedida em Porto Velho em 1/6/1998.

17 Ao “amansar” a terra o camponês a valoriza com o seu trabalho e assim a torna inacessível a ele próprio.

dos camponeses e, depois, de intervenção do Incra, para resolver a questão. Geralmente a situação se revela muito difícil para os camponeses, pois a maior parte das áreas é de proprietários que já haviam conseguido o cadastramento das terras junto ao Incra e, às vezes, até mesmo o título definitivo.

Os proprietários, além de terem o aparato legal à sua disposição, ainda constituem milícias próprias formadas por jagunços e pistoleiros, especialmente na região de Corumbiara. Essas milícias, segundo declarações contidas no próprio Inquérito Policial Militar (IPM) e no Inquérito Civil Público (IPL), que compõem o processo-crime intitulado “Caso Corumbiara”, são mais bem armadas que a Polícia Militar (PM) e possuem eficientes meios de locomoção e comunicação. Por meio das milícias particulares, que completam as forças e as formas da repressão praticadas pelo Estado, os fazendeiros reforçam seu poder econômico e, como extensão, dominam a política em todos os seus níveis.

A situação política do estado, em 1999, não apresentou nenhuma perspectiva de mudança, pois foi eleito governador um fazendeiro do Partido da Frente Liberal (PFL) e senador,¹⁸ um dos maiores latifundiários de Rondônia, cuja área de influência é exatamente a região de Corumbiara, onde estão suas fazendas. Dessa forma, se por um lado o processo de ocupação foi baseado na colonização oficial dirigida – dirigida especialmente para criar as melhores condições para o latifúndio –, do outro lado estão os camponeses que formam um contingente de excluídos desse processo e têm tentado se organizar: lutando para conseguir entrar e, sobretudo, para ficar na terra. A terra, para eles, é o sentido de sua própria existência, ou seja, representa a própria vida, a liberdade e a segurança. Tudo para eles está estreitamente relacionado à terra de trabalho.

Como procurei evidenciar até aqui, em Rondônia, as políticas agrárias e agrícolas foram implantadas de cima para baixo, e o Estado não forneceu apoio aos pequenos produtores, que se viram contrapostos a mecanismos de mercado que tendem a expropriá-los. O processo de apropriação de terras é marcado, então, pela ação dos grandes fazendeiros e grileiros que conseguem

18 Senador Amir Lando.

cadastrar “suas” glebas junto ao Incra, restringindo as terras disponíveis. A face da colonização dirigida no estado revela-se, assim, uma forma de aumentar a acumulação e, ao mesmo tempo, de atribuir ao migrante, posseiro ou colono o papel de valorizar a terra, o que, paradoxalmente, acaba por dificultar a eles próprios o acesso à terra.

Esse processo nunca foi e não é pacífico. Os expropriados estão sempre se organizando e ocupando as áreas improdutivas, o que ocorre sobretudo nas grandes áreas ociosas.

O sudeste do estado apresenta algumas configurações espaciais específicas. No município de Vilhena, por exemplo, concentram-se os grandes empreendimentos e as grandes lavouras, que exigem mais investimentos, pois, embora os solos sejam pouco férteis, são planos e bem irrigados. Em direção a Corumbiara, cujos solos são mais férteis, ótimos para pastagens cultivadas – embora sejam “enrugados”, por estarem às bordas da Chapada dos Parecis, o que dificulta o processo de mecanização –, encaminhou-se um maior número de trabalhadores sem-terra. No sul do estado de Rondônia, quase todas as terras já estão apropriadas e cadastradas no Incra por fazendeiros do Centro-Sul do país, o que tem sido o estopim de muitos conflitos, pois a área se presta a plantio de pequenas lavouras – com pequeno investimento e boa produtividade –, o que constitui o sonho dos trabalhadores sem-terra.

São os trabalhadores sem-terra – sejam eles organizados pelo MST, pelo Movimento Camponês Corumbiara (MCC), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia (Fetagro), Centro de Triagem de Migrantes (Cetremi), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), ou por qualquer outro tipo de organização – que efetivamente estão rompendo o “xadrez da terra”, de modo a redesenhar e a remodelar o espaço em Rondônia.

Analisar e compreender a produção do espaço nesse estado é um desafio, principalmente para quem leva em consideração as contradições da sociedade capitalista. Até as relações sociais que se estabeleceram na região são diferentes daquelas observadas em outras regiões do país. As relações de

compadrio e amizade, por exemplo, tão conhecidas nas antigas fazendas do Centro-Sul, naquele novo espaço pouco aparecem. Isso diferencia as relações sociais, pois os que trabalham para o fazendeiro são de fato seus peões e, às vezes, seus jagunços; trabalham nas atividades inerentes à agropecuária, mas também atuam como milícia armada. O modelo de colonização adotado engendra um estado permanente de tensão. Os sem-terra muito pobres ficam ao lado dos muito ricos. Os sem-terra que lutam por seu espaço têm conhecimento de quem são e conhecem seus pares e inimigos. Isso, na fronteira, gera uma situação de conflito latente, que em certos momentos atinge grande intensidade, como aconteceu em Corumbiara. Nesse processo, as perseguições atingem também aqueles que se colocam em defesa dos sem-terra: os padres, sindicalistas, advogados...

Em 1995, as terras de Rondônia estavam ocupadas conforme os dados reunidos no Quadro 1.

Quadro 1. Distribuição das terras de Rondônia por tipo de ocupação/1995

Tipos de distribuição	Ha
Áreas Urbanas (Prefeituras)	117.011
Áreas Indígenas	4.524.142
Áreas Preservadas (Ibama)	1.907.637
Áreas do Ministério do Exército	578.000
Áreas do Ministério da Aeronáutica	6.420
Áreas do Governo do Estado	31.100
Áreas dos PIC's e PAD's (1)	3.344.500
Áreas dos PA's – Machadinho, Cujubim, Urupá e Bom Princípio (2)	344.927
Áreas de 24 Projetos de Reforma Agrária (3)	439.329
Áreas de Concorrências Públicas (Corumbiara, Burareiro, Garças, Baixo Candeias, Igarapé Três Casas (4)	1.527.265
Áreas de Projetos de Assentamento Rápido (80/82) (5)	667.439
Recolhimento de 283 Títulos dos Estados do Amazonas e Mato Grosso	2.735.578
Regularização Fundiária via 4 PFs (6)	4.581.879

(Continua)

Tipos de distribuição	Ha
Regularização Fundiária (em andamento) (7)	1.546.530
Terras Devolutas da União (8)	1.509.523
Total	23.851.280

Fonte: Incra/RO

Observações:

- (1) Na década de 1970, foram assentadas 23.626 famílias em cinco PICs (Projetos Integrados de Colonização): Ouro Preto, Paulo de Assis Ribeiro, Ji-Paraná, Sidney Girão e Pe. Adolpho Rohl, e em dois PADs (Projetos de Assentamento Dirigido): Marechal Dutra e Burareiro.
- (2) Os PAs (Projetos de Assentamento) implantados no período de 1981, com recursos do Polonoeste e do Finsocial, beneficiaram cerca de 6.000 famílias em lotes médios de 50 ha.
- (3) Estes 24 Projetos de Reforma Agrária abrigam cerca de 8.600 famílias.
- (4) Nessas licitações de terras, com Concorrência Pública sem preferência, foram alienados 1.260 lotes, com módulo rural variando em torno de 2.000 ha.
- (5) Os Projetos de Assentamento Rápido absorveram 11.139 famílias, que estão distribuídas em vários municípios.
- (6) A Regularização Fundiária concluída (títulos expedidos) no período de 1994 beneficia 38.611 imóveis rurais.
- (7) A Regularização Fundiária em processo de Regularização (processos em andamento) envolve, atualmente, 8.976 imóveis rurais.
- (8) Áreas disponíveis para destinação em função do uso, da aptidão e da demanda.

Cunha (1985) definiu, da seguinte forma, algumas categorias ligadas à questão da terra em Rondônia:

- 1) O Grande Proprietário ou Fazendeiro - que obteve a terra por conhecimento dos direitos ou por licitação. Usualmente quer a terra para especulação ou reserva de valor, sendo raro o investimento em atividades agrícolas. Tende a utilizar, parcialmente, suas terras em pecuária ou extração vegetal sendo insignificante sua contribuição no fluxo de produtos. Diversas vezes pode ser representado por empresas por questões de incentivos fiscais ou financeiros.
- 2) Pequeno Produtor ou Colono - É o agricultor assentado em projetos (ou regularizado fora deles) que possui algum tipo de documentação do Incra ou está à espera dela. Usa a terra como meio de produção e, geralmente, utiliza mão de obra familiar com a qual, raramente, consegue cuidar mais do que de 5 ou 6 hectares, mesmo possuindo uma quantidade de terra muito maior.
- 3) Parceiro ou Agregado - É o trabalhador rural sem terras que, não desejando ou não podendo ficar na cidade, ou invadir terras, se agrega a um colono. A parceria nas suas diversas maneiras (meia, terça, quarta) é frequentemente praticada com parentes, amigos ou conhecidos que recebem a terra para trabalhar, sendo o pagamento efetuado com parte da produção.
- 4) Possheiro, Invasor ou Ocupante - São agricultores que, por não ter terras onde trabalhar, aumentam os projetos, imitando os padrões de lotes do Incra, ocupando

parte dessas terras para trabalhar a fim de comprovar residência efetiva e posse habitual, o que o habilita a regularizá-la. Os posseiros podem ser do tipo que se fixam definitivamente ou nômades, os quais vendem seus direitos logo que encontram compradores.

5) Assalariado - São os que vendem sua força de trabalho como diarista, safrista ou de forma permanente. Em geral, são utilizados pelas empresas e os pequenos produtores, mormente nas épocas de safra ou plantio, recebendo salário em dinheiro ou parte em dinheiro, almoço, jantar e mercadorias. Muitas vezes pequenos proprietários, parceiros e posseiros, em face da escassez de recursos, recorrem ao assalariamento como forma de se capitalizar ou subsistir.

6) Grileiro - São os que usurpam terras da União, ou de posseiros, pelo uso de documentos sem validade, títulos adulterados ou forjados, ou pela posse pura e simples. A grilagem se diferencia da posse pela quantidade de terra muito maior e pela finalidade que costuma ser especulativa. (p. 88-89)

Como essas categorias são apresentadas como opostas, é necessário aprofundar mais essa identificação, mesmo porque, não obstante o tempo decorrido desde a realização da pesquisa, certamente o quadro não se alterou profundamente. É importante também compreender como essas diversas categorias se relacionam entre si e qual o papel de cada uma nos conflitos pela terra, estabelecendo a relação desses elementos de produção/reprodução do espaço com o quadro da ocupação de terra em Rondônia.

Dentre os fatores que contribuíram para a implantação do modelo de colonização praticado em Rondônia, pode-se destacar a abertura da rodovia BR-364. Iniciada em 1943 partindo de Porto Velho, em 1945 chegou ao ponto onde hoje está a cidade de Ariquemes. Segundo Modesto (1980), até 1960 a estrada só tinha aquele trecho, e a construção foi reiniciada pelo governo federal, que a considerou desbravadora e prioritária para a integração regional.

Quando a BR-364 começou a ser trafegada, embora precariamente, as relações de Rondônia foram alteradas. Se antes essas relações se davam, prioritariamente, com Manaus, passaram a ser com o Sudeste, via Cuiabá, o que provocou mudanças no sentido das migrações para Rondônia.

A partir de 1970 ocorre o claro avanço do boi pelo território do estado. A criação comercial de gado tem relação com propriedades extensas. A ocupação pela pecuária atingiu, segundo o IBGE, em 1996, 2.578.700

ha de pastagens cultivadas em uma área total de 8.894.440 ha de terras utilizadas.

No ano de 1970, Rondônia era uma área de ocupação capitalista pouco significativa, e o número de proprietários era relativamente pequeno. Até 1975 houve um aumento de 890% deste número, o que evidencia o processo de apropriação das terras. Quanto à utilização das terras, houve um crescimento de 356% das áreas de lavouras temporárias no período de 1970 a 1975, de 113% no período de 1975 a 1985 e, depois, uma redução de 43,5% no período de 1985 a 1996. A área de pastagens cultivadas cresceu em proporções muito maiores: o rebanho bovino cresceu, no período analisado, 170 vezes. Quanto ao pessoal ocupado, seu contingente vinha aumentando até 1985, quando então ocorreu uma redução, o que comprova o avanço da pecuária no estado, que vai ocupando as áreas, as matas, deslocando populações ou simplesmente incorporando pequenas propriedades às áreas de pastagens.

A exploração de pastagens naturais aumenta, mas em proporções menores do que o crescimento das lavouras de capim. A tabela 4 mostra estas transformações no espaço agrário de Rondônia no período que vai de 1970 a 1996.

A comparação entre o aumento das lavouras permanentes e temporárias, no período de 1970 a 1975, demonstra que o crescimento das lavouras temporárias foi maior do que o crescimento das lavouras permanentes. Esse crescimento continuou de 1975 pra frente, embora em ritmo menor. Enquanto isso, as lavouras temporárias, que se expandiram em 973% até 1985, sofreram redução de 56% a partir daí. O rebanho de suínos que, na grande maioria, é para o consumo dos próprios produtores, especialmente nas pequenas propriedades, teve um aumento significativo até 1985, para, na última década, diminuir. A produção de aves aumentou 1.579% de 1970 a 1995/1996, em ritmo constante.

A Tabela 4 demonstra ainda que o número de estabelecimentos rurais cresceu 359% de 1970 a 1975, período de criação dos PICs e do PAD Burareiro. No período de 1980 a 1985, o aumento do número de estabelecimentos chegou a 166% e coincidiu com a criação do PAD

Marechal Dutra e dos PARs. Este foi o período em que mais aumentou o número de ocupantes. Foi também o período em que começou o movimento dos camponeses sem-terra, ocupando a terra e obrigando o Incra a repensar todo o processo de ocupação. Uma das respostas foi iniciar a criação dos Projetos de Assentamento.

Tabela 4. Transformações no espaço agrário de Rondônia - 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996

Condição do produtor, utilização das terras, pessoal ocupado, tratores e efetivos de bovinos, suínos e aves	1970	1975	1980	1985	1995-1996
Estabelecimentos (total)	7.082	25.483	48.371	80.615	76.956
Condição do produtor					
Proprietários	1.892	16.844	19.504	47.033	65.916
Arrendatário	764	425	1.937	1.683	910
Parceiro	1.307	879	2.361	9.276	4.144
Ocupante	3.119	7.335	24.569	22.623	5.986
UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)					
Área total (ha)	1.631.640	3.082.052	5.223.631	6.032.647	8.890.440
Lavoura permanente	12.273	45.763	170.178	215.465	254.334
Lavoura temporária	32.363	147.700	203.253	315.079	177.974
Lavoura em descanso	-	10.064	39.327	83.022	69.220
Pastagem natural	82.186	60.046	242.653	221.572	343.369
Pastagem plantada	41.006	164.524	510.184	879.304	2.578.700
Matas plantadas	446	297	165	8.065	41.040
(Continua)					
Produtivas não utilizadas	350.328	56.341	73.573	90.855	236.626

(Continua)

Pessoal ocupado	20.563	103.992	176.934	324.440	304.523
Homens	13.345	61.469	116.916	207.175	190.066
Mulheres	7.128	42.523	60.018	117.265	114.457
Tratores	52	68	570	1.162	3.061
Efetivo na pecuária					
Bovinos	23.125	55.292	251.419	770.531	3.937.291
Suínos	13.189	133.513	362.334	502.814	410.315
Aves (mil cabeças)	310	1.140	2.378	3.812	4.896

Fonte: IBGE

Como a proposta do presente trabalho é buscar os elementos necessários para se analisar e compreender o processo de produção, reprodução e apropriação do espaço em Rondônia, em especial no sudeste do estado, onde se localiza a cidade de Corumbiara, cabe destacar a Fazenda Santa Elina, onde ocorreu o conflito/massacre em 1995. Trata-se de mais um local em que a cerca do latifúndio tornou-se, para muitos, mais importante que a vida de centenas de camponeses pobres que estão em luta por terra para viver.

1.3 A FAZENDA SANTA ELINA

A Figura 1 mostra parte da gleba Corumbiara e a composição da Fazenda Santa Elina. São dez lotes de dois mil hectares cada. Os camponeses ocuparam o lote 99, limítrofe com o lote 98, da Fazenda Adriana, também de dois mil hectares. Neste último, foram assentadas 80 famílias, que lá estão produzindo e vivendo razoavelmente bem.¹⁹

A Fazenda Santa Elina faz parte do Projeto Fundiário Corumbiara, no sul do estado de Rondônia, e abrange os municípios de Cerejeiras, Corumbiara, Precis, Pimenta Bueno e Vilhena. A gleba Corumbiara foi criada

¹⁹ Visitei nove lotes no PA Adriana e pude observar que os assentados enfrentam muitas dificuldades, mas têm sempre uma mesa farta. Muitos moradores deste PA apoiaram e ajudaram a ocupação da Santa Elina, assim como deram guarida aos camponeses que “furaram” o cerco do acampamento, na madrugada do massacre.

como parte da iniciativa do governo federal, através do Incra, de implantar e implementar a pecuária no estado. Em 1976, a região foi escolhida e dividida em lotes de aproximadamente dois mil hectares (ver Figura 1) que, em tese, redistribuídos atenderiam aos objetivos de um plano de reforma agrária; um único proprietário não poderia ter mais de um lote. Tratava-se de uma proposta de reforma agrária questionável, pois aquelas terras eram já ocupadas por índios e posseiros. Com esta destinação oficial, a gleba Corumbiara chamava a atenção dos pecuaristas que ali instalaram grandes fazendas.²⁰ Atualmente, é área de grandes propriedades.

O desmatamento era a forma de reconhecimento da posse de novas áreas. Como os índios e os posseiros não desmatavam em grande escala, não “cumpriam as exigências” para garantir a posse. O efeito dessa política é mais intenso ao longo da rodovia BR-364, mas a região de Corumbiara não escapou dela.

Em 1976 iniciou-se a demarcação dos grandes lotes, executada pela Empresa Expansão Ltda. Os setores eram demarcados por picadas que os delimitavam. De acordo com relatório do Planaflo/Pnud (1997), os setores 9 e 10 da gleba Corumbiara foram demarcados, e suas picadas de limites eram as linhas 105 e 155 e, posteriormente, as linhas internas de 10 em 10 km, entre elas as linhas 115, 125, 135 e 145. Para a demarcação das linhas, foram colocados marcos de concreto de 4 em 4 km. Os limites laterais dos lotes ficavam a cargo dos proprietários. O próprio relatório comprova facilmente a concentração de terra citado, ao mostrar sequência de muitos lotes em nome de uma mesma família: José Carlos Barbeiro: oito lotes; Moisés de Freitas: cinco lotes; Edson Ribeiro M. Neto e irmãos: cinco lotes; Edson Ribeiro Mendonça: dois lotes; Norberto Ribeiro Mendonça Neto: cinco lotes; Divaldo R. C. Tomelli: cinco lotes; Antenor Duarte do Valle: doze lotes; Alceu Elias Feldman: oito lotes; Hélio Pereira de Moraes: dez lotes. Além dos nomes que aparecem no relatório, é certo que muitas fazendas estão em nomes de “laranjas”, numa tentativa de burlar a legislação.

20 Entre elas, as fazendas Santa Elina, Bela Manhã, Guarajus, Adriana etc., todas com mais de dezoito mil hectares.

Em 1982 o Incra, através da tomada de preço TP 45/82, reservou os lotes 20 e 29 do setor 10²¹ para resolver a situação dos antigos moradores do local; o lote 28, em 1996, havia se tornado sede do município de Chupinguaia,²² criado naquele mesmo ano.

O lote 98, que fazia parte da Fazenda Adriana, foi ocupado em 1991 por cerca de cem famílias. Houve confronto com a polícia e jagunços, e por três vezes os posseiros tiveram de sair da área. Na quarta vez em que retornaram, detonaram as pontes de acesso ao local, impedindo assim que a polícia os alcançasse. Criado o impasse, em 1994 o Incra interferiu e desapropriou o terreno, “cortou”²³ os lotes e assentou oitenta famílias.

O lote da Fazenda Santa Elina, ocupado pelos camponeses em 1995, conforme já foi dito, é o lote 99.²⁴ O proprietário final da Santa Elina, Hélio Pereira de Moraes, não foi o licitante da área, que ocorreu junto ao Incra em abril de 1972, embora os processos referentes aos lotes 59, 60, 68, 69, 70, 79, 80, 89, 90, 99 sejam 1975. As escrituras de compra e venda foram feitas em 21/4/1994, quando Hélio Pereira de Moraes comprou nove lotes da Parplan Agropecuária, sediada em São Paulo. O lote 59, Hélio Pereira de Moraes comprou de Garon Maia,²⁵ outro latifundiário desta gleba, em 14/12/1994.²⁶

É interessante ressaltar que os endereços dos licitantes, cujos nomes aparecem no relatório, (Planaforo, 2007), são os mesmos. O endereço da Rua Voluntários de São Paulo, em São José do Rio Preto, aparece 27 vezes, só no setor 10. Os outros endereços que aparecem são do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo.

21 Nestes lotes foram criados PARs.

22 Já havia no local um *patrimônio* com o mesmo nome.

23 Expressão usada para designar o trabalho do Incra ao dividir o lote de 2000 ha em lotes menores, de acordo com o número de famílias que se pretende assentar.

24 Ver Figura 1.

25 Garon Maia é dono da Fazenda Guarajus, onde, em 1996, foi criado o PA Guarajus, denominado pelos assentados de Nova Vanessa. Esse PA abriga famílias oriundas da Santa Elina (veja fotos 25, 28, 29, 30 e 34 no encarte).

26 Fonte: Processo de Reintegração de Posse, Colorado do Oeste, 1995.

O mesmo relatório mostra o grau de desmatamento dos lotes, o que seria indicativo de “ocupação”. Aparecem 100% desmatados os lotes 68, 69 e 70 já em 1993, e os lotes 89 e 99 eram os que apresentavam área de menor desmatamento: 9% e 36%, respectivamente. Em 1996, o lote 99 foi 100% desmatado – o que confirma a declaração de vizinhos da Santa Elina²⁷ de que nos dias que se seguiram ao massacre houve uma intensa movimentação na área, onde desmataram e queimaram tudo. Segundo os relatos, não ficou nenhuma árvore em pé naquele local nem nas proximidades. O assentado “L”,²⁸ do PA Adriana, disse que “eles queriam apagar todo sinal do acampamento e tirar tudo que ali lembrasse a ocupação”. A mesma fonte comentou que “nunca viu nenhum boi pastando naquela imensidão de capim”.

O relatório do Planafloro (1997) traz a seguinte informação:

Foi observado na interpretação das imagens de satélite que, na maioria dos casos, nas propriedades localizadas no setor 9 e 10 da gleba Corumbiara, em que foram efetuadas ações de desmatamento, foram derrubadas também áreas de preservação permanente (margem de nascentes, igarapés, rios, elevações superiores a 45° de inclinação).

Essa região era também território indígena. Segundo Marcelo dos Santos,²⁹ indigenista da Funai, que vive na área há bastante tempo, o processo de desmatamento foi feito também para deslocar e extinguir os índios que ainda viviam na região em número significativo até 1990.

Muitas vezes, os camponeses são responsabilizados pelos desmatamentos e outros transtornos ambientais na região. Mas de fato quem se beneficia com desmatamentos são os fazendeiros e madeireiros, uma vez que o próprio Incra considerou o desmatamento como um benefício para garantir títulos das áreas, ou seja, a política de ocupação do Estado incen-

27 Moradores do PA Adriana, cujos lotes fazem limite com o local onde fora o acampamento da Santa Elina

28 Conforme indicado na Introdução deixamos de identificar alguns entrevistados, atendendo a seu desejo de não ter publicado seu nome. São, nesses casos, indicados pelas iniciais.

29 Entrevistei Marcelo dos Santos em Vilhena, pela primeira vez, em 4/10/1997. Depois disso falei com ele mais algumas vezes no posto da Funai em Vilhena.

tivou o desmatamento como forma de garantir a posse de novas áreas por colonos e/ou empresários (Planaforo, 1997, p. 7). Os efeitos dessa política foram mais intensos ao longo da BR-364, mas atingiu também áreas interiores que sofreram processo rápido de ocupação, o que as levou a um desmatamento sem precedentes.

As próprias instituições reconhecem as condições de conflito que estavam presentes na região de Corumbiara. Conforme relatório já citado, “trata-se de uma região de grandes proprietários de terras e com conflitos latentes envolvendo trabalhadores rurais sem terra, bem como há indicativos de índios isolados, segundo trabalhos de indigenistas da Funai” (p. 7).

Em 1995, as seiscentas famílias que ocuparam a Santa Elina instalaram-se em apenas uma parte do lote 99. Sobrava ainda para o sr. Hélio Pereira de Moraes, intactos, os lotes 59, 60, 68, 69, 70, 79, 80, 89 e 90 (veja Figura 1). Segundo informações do Vereador Geraldo Camilo,³⁰ do deputado Daniel Pereira³¹ e de outras pessoas, Hélio Pereira de Moraes estava propenso a ceder o lote 99, desde que a ocupação se restringisse a ele. A comissão de negociação, presidida pelo deputado Daniel Pereira, segundo ele próprio, não teve tempo de conversar com o proprietário. As pressões do fazendeiro Antenor Duarte, sustentado por sua influência sobre o juiz, o comandante da PM e o próprio governo do estado, desencadearam o massacre.

A Fazenda Santa Elina é composta de dez lotes com cerca de 2.000 ha cada. Os camponeses ocuparam parte do lote 99 no dia 14 de julho de 1995 (ver Figura 1). O local foi escolhido por vários motivos. Primeiro, porque muitos moradores do PA Adriana, limítrofe, deram apoio à ocupação, e depois porque, segundo Cícero e Sebastião Sobrinho, o Quebra-Mola, a ideia era que todos se deslocassem para o campo de futebol do PA Adriana assim que o cerco ao acampamento se tornasse insuportável. Isso prova que a ocupação foi planejada em detalhes para que não houvesse piores consequências.

30 Entrevistado em 22/1/1997.

31 Entrevistado em 9/5/1998.

1.3.1 A mobilização para a ocupação da Fazenda Santa Elina

A mobilização para aquela ocupação foi rápida. Entre vários fatores que contribuíram, está o grande número de trabalhadores desempregados vivendo precariamente na região, além da ocupação da Fazenda Adriana, em que, apesar das dificuldades, os posseiros conseguiram a terra. Há ainda os casos exemplares dos assentamentos Verde Seringal e Vitória da União, no município de Corumbiara, também conquistados a partir de ocupações.

Segundo Maria, mãe de Vanessa, a garotinha morta no massacre, a mobilização não foi difícil: “tinha muita gente desempregada naquelas linhas e um ia falando para o outro, e rapidamente muitas pessoas já sabiam que ia haver uma ocupação”. Maria disse-me que eles não sabiam qual seria a área a ser ocupada, mas ressaltava sempre – e depois a lista feita no acampamento comprovou –, é que muitos parentes “se animaram a ir juntos”.³² Também me disse: “Eu fiquei sabendo da ocupação por boato. O boato correu depressa. Eu morava na terra do meu irmão lá no Vitória da União, daí eu e mais uns amigos, nós fomos”.

Outro fator muito importante para o sucesso da mobilização foi a credibilidade de seus mobilizadores junto à comunidade. Adelino Ramos foi figura de destaque na ocupação que resultou no PA Adriana, onde era assentado. Cícero Pereira Leite Neto³³ também era pessoa conhecida, com muita facilidade de comunicação. Os dois fizeram parte da coordenação regional do MST; Cícero chegou a fazer parte da coordenação nacional. Junto aos dois ainda estavam Claudemir,³⁴ filho de Adelino, o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Corumbiara e outras pessoas, moradores do PA Adriana. “O que fez reunir esse tantão de gente foi mesmo a carência que o pessoal tem de terra. Também tinha o exemplo do Adriana. Todos viram que com organização e insistência a gente acaba conseguindo a terra”.³⁵

32 Entrevista em 12/8/1998 – Cerejeiras.

33 Veja foto 31 no encarte.

34 Veja foto 32 no encarte.

35 Sebastião Sobrinho, o Quebra-Mola, em entrevista realizada a 30/9/1997.

Os trabalhos de mobilização para a ocupação da Santa Elina, que começaram com uma espécie de cadastramento geral, foram coordenados pelo grupo citado acima. Realizaram-se cerca de vinte reuniões e, segundo os organizadores, foi estabelecido contato com mais de 1.200 famílias.³⁶ Na última reunião, realizada na periferia de Cerejeiras, já foram definidos alguns coordenadores das comissões que fariam o acampamento funcionar. Prepararam as lonas para os barracos e cacaios com as tralhas.³⁷ Os organizadores se preocuparam em levar alimentos para dois meses. Cada família, ou cada pessoa individualmente,³⁸ deveria levar o máximo possível de alimentos que conseguisse.

A comissão marcou o final da noite do dia 14 e a madrugada do dia 15 de junho para que os caminhões passassem em pontos preestabelecidos, recolhessem todos os que esperavam e fossem para a ocupação. Muitos estavam nos pontos aguardando, cheios de esperança.

Um dos participantes descreve a mobilização e conta o que aconteceu:

Na época eu morava lá em Corumbiara. Aí, no Grito da Terra, o povo falava em ocupação, já se fazia reunião mas ninguém sabia aonde era a ocupação, por medida de segurança. O pessoal foi no Grito e já levou a proposta de fazer mais uma ocupação na região. Só não falava aonde, por causa da pistolagem e começaram o trabalho nas linhas. E reuniram as pessoas e convidaram. A mobilização foi muito bem feita. Foi num momento que a reforma agrária estava enterrada pelo governo [...]. Daí aconteceu o seguinte, eles fizeram um trabalho muito bonito, bem feito mesmo, a gente ficou sendo o elo entre os que organizaram e o povo das linhas. A gente fazia as reuniões, providenciava o lugar para as reuniões. Tinha que ter muito cuidado para não chamar a atenção dos guaxebas. Se tinha gente suspeita na reunião, gente que ninguém conhecia ou “conhecia”,³⁹ aí a gente driblava. No dia 1º de Maio fizemos um panfleto, falando que ia ter uma grande ocupação no dia do trabalhador rural, dia 25 de julho. Falamos no panfleto que ia ocupar uma área dentro da reserva do Guaporé. Lá tinha sido encontrado drogas e a terra estava interdita. O panfleto foi feito de noite, na escola. Aí nós distribuímos

36 Informações fornecidas por Claudemir Gilberto Ramos, Adelino Ramos e Cícero Pereira Leite Neto.

37 Nos cacaios, colocaram alguns utensílios e roupas.

38 Havia um grande número de solteiros no acampamento.

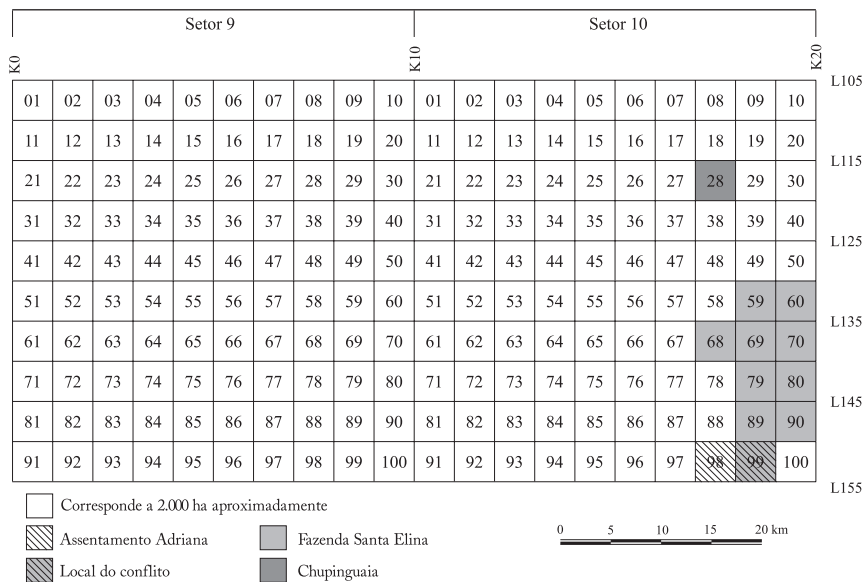
39 Fez um sinal de aspas com os dedos.

os panfletos de madrugada, muito clandestino mesmo. No outro dia fomos ver o resultado. Todo mundo comentava da ocupação do dia 25 mas ela foi no dia 14 e não foi no Guaporé. Foi tudo muito lindo, muito organizado. Nós passamos com os caminhões sem fazer barulho nas ruas de fundo de Corumbiara. Foi tudo organizado muito quietinho. Foi sete caminhões carregados, muitas mulheres, crianças e muita tralha. Todo mundo levava comida. Se tinha um resto de sal, se tinha açúcar levava, se tinha óleo levava, se tinha arroz levava... Foi tudo em muito silêncio. Ainda estava escuro quando chegamos à Santa Elina. Chegamos primeiro no campo de futebol do Adriana, lá já tinha muitos companheiros esperando para ajudar o pessoal chegar até o local onde seria o acampamento. Daí para frente foi só chegando mais gente. O acampamento era muito bem organizado. Era controlado entrada e saída das pessoas.⁴⁰ A primeira tentativa de tirar o povo de lá, nós vencemos no grito. Mas o Adão saiu baleado, ele tomou tiro quando tava subindo o barranco do córrego de volta pro acampamento. As duas moças que acompanharam o Adão no hospital foram presas, eu também fui preso. O vereador Nelinho avisou pro pessoal que tava ficando difícil, que tinha caminhão de pistoleiros perseguindo quem passava por perto, perseguindo quem ia para o acampamento. Eles davam tiro com rajada de metralhadora nas ruas de Corumbiara, atirava por cima das casas, ameaçando todo mundo. O Nelinho avisou, ele sabia dos guaxebas. Ele avisou... depois do massacre foi muito difícil reunir o pessoal de novo em Colorado. A maioria não quis mais saber do movimento. Também pudera! Depois de tudo que passaram. Pouco mais da metade dos que estiveram na Santa Elina foram para o acampamento de Colorado. Lá em Colorado teve muita gente que aproveitou da situação. Os organizadores não recusavam a entrada de ninguém, desde que fosse gente necessitado de terra.⁴¹

40 Esse controle era praticado na entrada principal do acampamento, que ficava do lado que dava acesso ao campo de futebol. Mas esse controle certamente era precário, pois todo o lado direito do acampamento fazia divisa com o PA Adriana, onde só havia uma cerca de arame. No fundo do acampamento e do lado esquerdo ficava a Fazenda Santa Elina, área de mata fechada.

41 Esse depoimento, feito por Z., foi gravado em 15/6/1998, por ocasião do V Grito da Terra em Theobroma (RO).

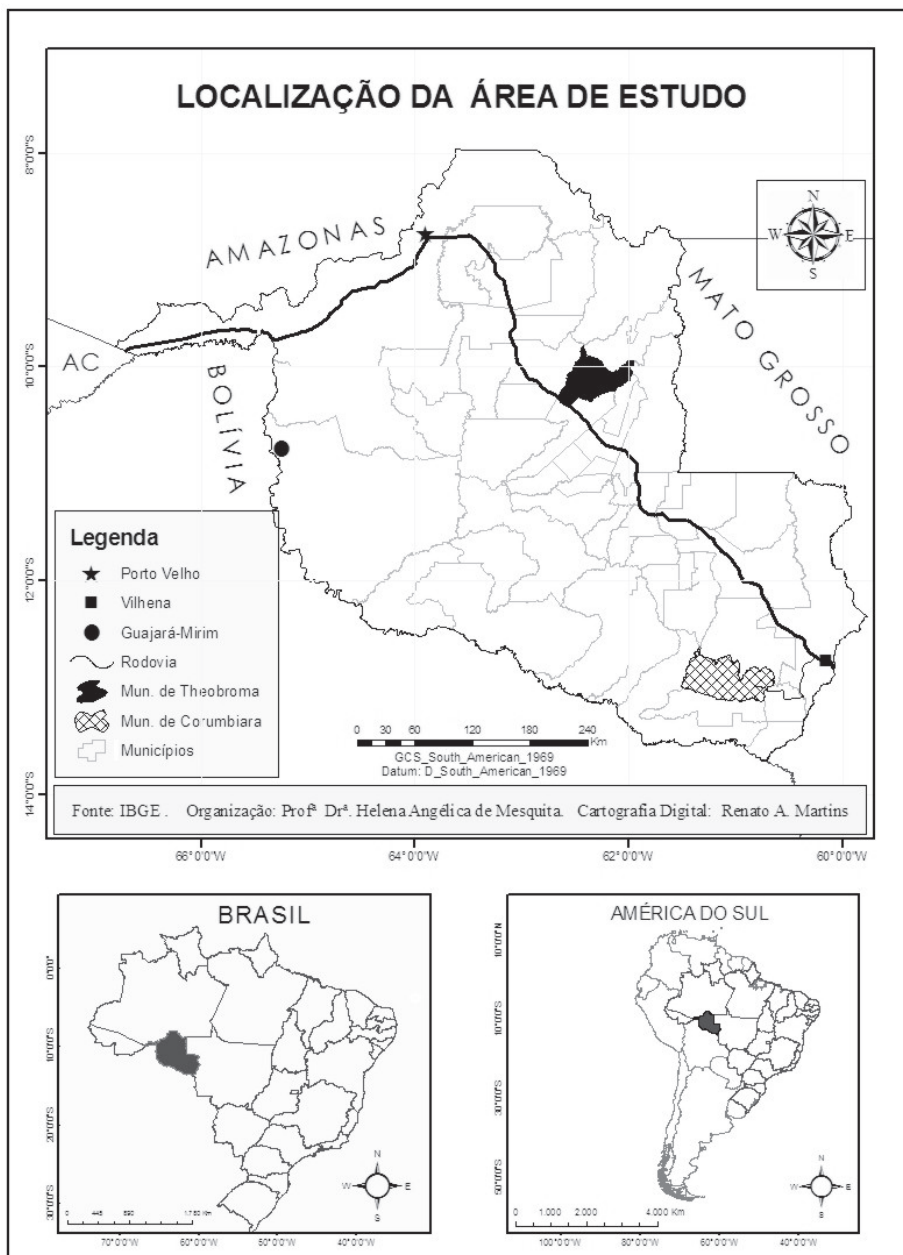
Situação Fundiária da Gleba Corumbiara, Setores 9 e 10



Fonte: Incra – In: *Desmatamento dos Setores 9 e 10 da gleba Corumbiara, entre 1993 e 1996*. PNUD/PLANAFLORE – 1997.

Conheci Z., em 1997, quando o mesmo residia, em Theobroma. Ele acompanhou-me quando fui aos PAs de Theobroma e apresentou-me aos moradores dos PAs Santa Catarina, Lagoa Nova e Rio Branco. Mostrou-me o que eles chamam de “patrimônio”: um local dentro do PA Santa Catarina, onde está um templo da Igreja Católica e outro Evangélico, além de um galpão com uma máquina de beneficiar arroz, um posto de saúde, um “bolicho” (misto de bar, boteco e armazém), uma escola e algumas residências. Trata-se de uma pequena vila, que funciona como área comunitária de dois PAs.

Andar pelos assentamentos onde estavam os sobreviventes do massacre de Corumbiara e visitar outros que não foram assentados, por uma razão ou outra, e que moram nas cidades de Vilhena, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Chupinguaia ou nas “linhas”, foi uma experiência que me levou a conhecer o real significado da terra para os camponeses. A maioria dos que estão assentados, apesar da precariedade em que vivem, afirmam que valeu a pena a luta.



Capítulo 2 - O conflito da Santa Elina/O massacre de Corumbiara

“... Give us faith so we will be safe
Sognamo un mondo senza più violenza
Un mondo di giustizia e di speranza
Ognuno dia la mano al suo vicino
Simbolo di pace e di fraternità...”

Carole B. Sager

Como foi dito no capítulo anterior, Rondônia é área de ocupação capitalista recente. Nas décadas de 1970 e 1980, o Incra, como órgão coordenador da política agrária, criou os PICs, os PADs e o PARs. Os PAs, por sua vez, só foram criados a partir das ocupações feitas pelas famílias que acabaram “sobrando” dos projetos de colonização.¹

A política de colonização funcionou como atrativo para populações de outras regiões do país, e o modelo gerou uma brutal diferença entre os migrantes, divididos em dois segmentos distintos. Aqueles que possuíam capital financeiro e influência política se apropriaram das melhores áreas e das melhores terras para expandirem seus empreendimentos, ou,

¹ Para o Incra, os assentados nos PICs, PADs e PARs são denominados colonos e os assentados nos PAs são denominados parceiros, mas no geral são todos denominados colonos.

simplesmente, para terem as terras como reserva de valor.² Os que se dirigiram para Rondônia porque já haviam sido desterrados de outros lugares, quando conseguiam entrar nas terras, acabavam por valorizá-las com o seu trabalho. Viam, logo depois, seus sonhos frustrados pela ação dos grileiros e fazendeiros, com a conivência dos organismos do Estado. Surge, aí, um considerável contingente de sem-terra que não se conforma com a situação, e, organizados ou não, ocupam as áreas improdutivas, e, em muitos casos, forçam o Incra a tomar medidas para assentá-los. Dezenas de assentamentos de Rondônia tiveram suas origens em ocupações. Esse é o caso do PA Adriana, do PA Verde Seringal e do Vitória da União no município de Corumbiara, todos oriundos de grandes lutas.

Para elaborar este capítulo utilizei informações obtidas de relatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Movimento Camponês Corumbiara (MCC), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), textos e notícias da imprensa em geral e depoimentos e testemunhos, que foram as fontes por mim consideradas mais importantes. Priorizei as informações fornecidas pelos próprios camponeses, especialmente os que estiveram na Santa Elina, pois a história oficial já se havia encarregado de registrar os “fatos” e os números da tragédia. Segundo a história oficial, os camponeses foram aqueles que emboscaram, desobedeceram, mataram, construíram trincheiras e até casamatas, invadiram propriedade alheia; são bandidos, traficantes, terroristas... Esses foram os adjetivos ouvidos durante o julgamento em Porto Velho.

2.1 O CONFLITO NA FAZENDA SANTA ELINA

No dia 14 de julho 1995, em caminhões provenientes de diversos pontos do município de Corumbiara e das linhas próximas, centenas de famílias chegaram à Fazenda Santa Elina. Levavam com elas tudo o que possuíam, especialmente a grande esperança de conquistar a terra. O local

2 Hélio Pereira de Moraes declarou: “Vim para Rondônia atendendo a um convite do governador do estado, abrimos fazendas, estradas vicinais, fizemos um investimento maciço e conseguimos tornar Rondônia um estado promissor.” *O Estadão*. Porto Velho (RO), 30/7/1995.

escolhido para o acampamento ficava junto à área comunitária do PA Adriana, separado dela apenas por um pequeno riacho. Os camponeses tinham clareza de que a luta seria difícil e de que teriam uma batalha pela frente. Assim que o cerco ao acampamento se tornasse insustentável, os posseiros deveriam se locomover para aquele lugar, onde havia um campo de futebol na área comunitária do PA. Entretanto, nos dias 8 e 9 de agosto, a Polícia Militar (PM) montaria o seu QG de operações no local.

A coordenação da ocupação escolheu a Santa Elina em razão de notícias que haviam sido publicadas na imprensa regional, segundo as quais a área não estava regularizada e era, em grande parte, improdutivo. Nenhuma notícia da imprensa ou de qualquer outra fonte, nem mesmo os autos davam a extensão correta da Santa Elina. Os números noticiados a respeito da sua dimensão variavam de sete mil a dezesseis mil hectares, mas na realidade ela tem cerca de vinte mil hectares, como mostra a Figura 1.

Do dia 14 de julho até 8 de agosto de 1995, a ocupação da Fazenda Santa Elina era mais um dos 440 conflitos de terra que aconteceram no Brasil, e um dos quinze que aconteceram só em Rondônia naquele ano, segundo dados da CPT. Portanto, pode-se concluir que no dia 14/7/1995 estava começando o que foi uma tragédia anunciada: o massacre de Corumbiara.

A escolha da área para a ocupação e do local exato para montar o acampamento foi estratégica por várias razões: primeiro, porque os acampados precisariam de água potável e ali havia um pequeno riacho com águas cristalinas. Segundo, porque a área era próxima do PA Adriana: dois dos mobilizadores eram lá assentados e muitos moradores dali apoiaram a ocupação e ajudaram os companheiros. Naquele PA, os acampados da Santa Elina encontrariam ajuda e guarida em caso de ataque. Terceiro, porque a área do lote 99 era muito fértil, e poderiam plantar suas roças imediatamente. Essas eram as razões mais relevantes, segundo os próprios coordenadores.

O local escolhido era separado do campo de futebol do PA Adriana, do lote do Tucura e do lote do Tira-Gosto apenas por uma pequena faixa de mata e pelo riacho. O acampamento ficava em uma espécie de canto do lote 99, tendo à frente e ao lado esquerdo o PA Adriana, o que nos planos dos coordenadores facilitaria a fuga, direto em campo amistoso. Foi por onde

muitos se salvaram naquela noite terrível, especialmente os que conheciam a área. Os posseiros sabiam que se errassem o rumo e adentrassem a Santa Elina, os jagunços estariam esperando armados.

Os camponeses ficaram poucos dias na área, mas o acampamento estava organizado, com as diversas comissões funcionando, o que proporcionava o melhor andamento possível da vida no local. No dia 8 de agosto, a imprensa de Vilhena registrou as condições do acampamento e a movimentação dos camponeses com a chegada da polícia. Em entrevista de 8/10/1997, em Vilhena (RO), o jornalista Luiz de Carvalho e o repórter Renato Torres esclareceram que testemunharam os acontecimentos dos dias 8, 9 e 10 de agosto, ou seja, a véspera, o dia do massacre e o *day after*, quando o massacre tomou outra dimensão.

Os caminhões que levavam os camponeses na madrugada do dia 15 de julho de 1995 chegaram juntos até o campo de futebol do PA Adriana. O deslocamento dali até o local onde seria o acampamento foi feito a pé, pois não havia estradas e a distância era pequena, cerca de um quilômetro. Os posseiros tinham grande preocupação e medo dos jagunços, por isso procuravam agir em grandes grupos. O transporte das poucas coisas que trouxeram, como colchões, lonas, comidas, cacaios e outros objetos, foi feito nas costas e em mutirão. Quando o dia clareou, já estava quase tudo depositado numa pequena clareira que fora aberta ainda durante a madrugada. Na manhã do dia 15, sábado, as atividades para transformar aquele pequeno pedaço de mata em um acampamento de sem-terra eram intensas. Todos trabalhavam. Uns limpavam o local, outros abriam o carreador, construíam os barracos, uma comissão especializada construía fogões e dava início à preparação da primeira refeição coletiva. Os participantes descreveram a chegada como um momento de grande apreensão, pois tinham medo de que jagunços aparecessem e frustrassem seus planos.

Era muito barulho, barulho de motosserras,³ picaretas, árvores caindo, foices limpando. Muita gente falando, cantando e gritando, dando ordens, organizando. Todos se preocupavam com as crianças, que eram muitas.

3 A comissão da derrubada foi a primeira a se reunir dentro do acampamento. As comissões foram definidas em reuniões de preparação da ocupação.

Logo pela manhã, foram escolhidas algumas pessoas para tomarem conta dos “piazinhos” e não deixar que se machucassem ou se perdessem. Alguns homens foram destacados para fazer vigilância, especialmente no fundo e no lado direito do acampamento, onde havia mata fechada dentro da própria Santa Elina.

Embora o local houvesse sido escolhido previamente, só os organizadores tinham conhecimento dos detalhes. O riacho próximo fornecia água para os acampados, até que pudessem fazer poços para abastecimento. No local escolhido, o riacho tem uma calha de mais de dois metros em alguns lugares, especialmente do lado da Santa Elina. O espelho d’água é bem raso, não passa de meio metro. Aquela parte da Santa Elina era totalmente coberta de mata. O carreador foi construído pelos próprios posseiros e moradores do PA Adriana, que ajudaram o tempo todo. Os barracos foram construídos sob as árvores mais altas, porque elas ofereciam sombra e podiam camuflar e esconder a pequena cidade de lona dos constantes voos de intimidação, realizados pelos fazendeiros e pela polícia com o avião do fazendeiro Antenor Duarte do Valle, proprietário de uma grande fazenda perto dali.

No começo da tarde de sábado, foi servido o almoço coletivo, uma festa. Todos já se sentiam como uma grande família, com direitos e obrigações. Uma comissão já circulava com um caderno de anotações, onde se cadastravam todas as pessoas que estavam no acampamento e eram anotados os nomes dos que chegavam.

Na tarde desse mesmo dia, foi convocada a primeira assembleia, em que se confirmaram oito comissões de trabalho para dar organização e funcionalidade ao acampamento: comissões de saúde, limpeza, alimentação, cozinha, segurança, mulheres, jovens e ecumênica.

Em seguida, cada comissão se reuniu para planejar as atividades e tarefas gerais e providenciar as tarefas imediatas. Cada comissão específica escolhia um ou dois companheiros para compor a coordenação geral do acampamento. A coordenação geral legitimada em assembleia, deveria coordenar e dirigir todos os trabalhos dentro do acampamento e fazer o elo com o entorno e com as autoridades.

Formaram-se grupos de dez homens e começaram a derrubada para fazer uma roça comunitária, onde seriam feitas plantações de arroz, milho, feijão e mandioca. Ao fazerem isso, acabaram facilitando a agressão e dificultando a fuga pela mata, pois assim que a área derrubada foi incendiada na madrugada do Massacre, aquela rota de fuga ficou prejudicada.

Havia mantimentos para mais de dois meses e os apoiadores estavam providenciando mais, pois a cada dia chegava mais gente. Crescia também o apoio dos vizinhos. Era um sonho sonhado que começava a ser construído coletivamente.

Todos passavam muito medo e procuravam ficar muito juntos para evitar ataque de jagunços. Na tarde do dia 15 de julho, mais de 50 barracos já estavam montados. À medida que o tempo passava, mais barracos iam sendo construídos. No dia 8 de agosto, eram 154 barracos; alguns abrigavam mais de uma família. Os solteiros ficavam em barracas coletivas.

Em pouco tempo, o acampamento já estava funcionando assim como todas as comissões. Enfim, formaram-se as equipes e começaram a trabalhar. O acampamento era uma realidade – mas uma realidade muito precária, como afirmou Sebastião Salgado:⁴

Os acampamentos são piores que campo de refugiados, são absolutamente abandonados e são às vezes atacados, mas resistem pela esperança de possuir a terra e ter dignidade. Os menores de rua, os favelados são aqueles que desistiram de lutar para ficar na terra.

Todo dia chegavam mais famílias querendo fazer parte do acampamento. Os que chegavam deviam ser apresentados por alguém que estava no acampamento ou ter alguma referência.⁵

Os posseiros declararam que várias vezes aviões sobrevoaram a área – para eles, isso era um meio de aterrorizá-los. Por meio de um desses voos,⁶ foi feito um vídeo de reconhecimento da área e um mapa com muitos

4 Programa “Jô Soares onze e meia”, 5/12/1997 (reprise).

5 Em alguns casos, a referência poderia ser um simples bilhete ou carta de recomendação.

6 O Capitão Mena Mendes sobrevoou a área em avião de Antenor Duarte do Valle.

detalhes, como se a polícia estivesse se preparando para ações que iam além do cumprimento de uma liminar de manutenção de posse.

O desenho da área feita pela PM evidencia o planejamento que o capitão estava fazendo. O croqui elaborado pelos que sobrevoaram o acampamento é diferente do que foi construído pelos peritos depois do massacre. O primeiro, baseado em vista aérea, apresenta uma riqueza de detalhes que evidencia que os autores estavam prevendo até as possíveis rotas de fugas dos posseiros. Portanto, a PM conhecia muito bem a área do acampamento. No mapa feito antecipadamente, estava destacado um ponto com o nome “árvore grande”. Era uma imensa figueira que ficava na parte mais alta do acampamento em uma elevação do terreno, um pouco fora do acampamento propriamente dito. Nas gigantescas catanas daquela figueira, os posseiros fizeram o posto de observação e de segurança.⁷ Mas o que deveria garantir segurança não cumpriu o objetivo, pois, na noite do massacre, os posseiros que ali estavam ficaram isolados e foram cercados pela tropa. Naquelas catanas, Ercílio e José Marcondes da Silva foram executados depois de rendidos, de joelhos e com as mãos na cabeça, sob os olhares desesperados das mulheres que eram usadas como escudo humano pelos PMs e jagunços, conforme relataram elas mesmas, em entrevistas.

Enquanto os posseiros organizavam o seu acampamento, os fazendeiros também agiam. Especialmente Antenor Duarte do Valle, que pressionava o judiciário e a polícia. O processo de reintegração de posse foi sumário. Alguns fazendeiros vizinhos da Santa Elina obtiveram na justiça liminar de Interdito Proibitório. Desse modo, as fazendas passaram a ter guarda da PM, e se fossem “invadidas” por sem-terra, a reintegração de posse seria sumária.

Nas ocupações de terras no Brasil, a justiça tem sido rápida para atender os latifundiários e, no caso da Santa Elina, não foi diferente. A

7 No dia 2/5/1998 estive no local do acampamento da Santa Elina e cheguei até as catanas da figueira. A figueira foi derrubada e já foi queimada várias vezes. Mas suas imensas catanas estão lá como testemunhas da execução de Hercílio e José Marcondes da Silva . Encontrei semienterrada uma panela de alumínio furada à bala e um pedaço de uma dentadura. Segundo o Tira-Gosto, que me acompanhava e me mostrava tudo, os empregados da fazenda colocaram gasolina sobre as catanas e sobre o tronco da figueira, e ela queimou por muitos dias. Da casa do Tira-Gosto se avista o local da figueira.

justiça foi rápida na expedição da liminar de manutenção de posse – três dias depois da ocupação, em 18 de julho, o juiz substituto de Colorado do Oeste, Roberto Gil de Oliveira, emitiu a liminar e enviou o Ofício n. 245/95 determinando escolta policial para garantir seu cumprimento – ou seja, para acompanhar o oficial de justiça que deveria ir até o acampamento dar ciência da reintegração aos posseiros. No dia 19 de julho, houve uma tentativa frustrada de desocupar a área.

Em seu depoimento ao júri, o comandante da PM, Major José Pereira Ventura, explicou que recebeu o mandato de reintegração de posse no dia 19⁸ e designou um tenente para acompanhar o oficial de justiça no cumprimento do mandado. No entanto, segundo o major, o capitão “Mena Mendes se ofereceu para a missão”.⁹ Segundo o próprio capitão, ele se ofereceu porque o Major Ventura tinha designado um aspirante. Esta afirmação do capitão Mena foi desmentida pelo Coronel Balbi,¹⁰ presidente do Inquérito que “apurou” os fatos, pois na ocasião não havia aspirantes na corporação. O Major Ventura, quando soube do que aconteceu no dia 19 de julho no acampamento, ou seja, da tentativa frustrada de cumprir a liminar, afirmou que protelou ao máximo o cumprimento da determinação judicial, porém sofreu “pressões do juiz, do Poder Executivo, via Comando Geral da Polícia Militar, do fazendeiro e de advogados, chegando ao ponto de ser alertado de que seria processado por desobediência, caso não desse cumprimento àquela ordem”.¹¹ As palavras do major provam as pressões que os fazendeiros e políticos fizeram sobre todos.

8 Há uma contradição nesta data, pois, se o comando da PM recebeu tal mandato no dia 19 e foi só nesse dia que tomou providências, como explicar que nesse mesmo dia 19 o Capitão Mena Mendes, o oficial de justiça e 35 soldados estivessem às 9 horas da manhã no acampamento dos posseiros? Para chegarem até lá nesse horário, deveriam ter saído de Colorado do Oeste de madrugada. Mais confuso ainda é que antes disso ele, o capitão, já havia estado na sede da fazenda, onde “recebeu informações de que pessoas que moravam na área de acesso estavam comprometidas e davam apoio à invasão” – são palavras do próprio Mena em depoimento ao júri.

9 Depoimento ao júri em 6/9/2000.

10 Coronel Carlos Sinotti Balbi, que presidiu o IPM, em depoimento no júri em 4/9/2000.

11 Depoimento no júri em 6/9/2000. Em entrevista, em que não permitiu gravação, o Coronel Ventura comentou novamente sobre as pressões que sofreu naqueles dias.

Na quarta-feira de manhã, dia 19 de julho, começou então o pesadelo para os acampados da Santa Elina. Em cima do morro, estouraram três foguetes alertando que haveria problemas. Era um aviso de polícia por perto. Todos ficaram em alerta e se reuniram rapidamente na parte da frente do acampamento. Por volta das 9 horas da manhã, lá estava o Capitão Mena Mendes com 35 policiais acompanhando o oficial de justiça, no acampamento dos posseiros. Os posseiros fizeram uma barreira humana em frente ao acampamento, às margens do riacho, e não permitiram a entrada dos policiais, que já traziam duas pessoas presas – uma mulher que saía para trabalhar e o secretário do STR de Corumbiara.

Os posseiros fizeram muito barulho: gritos, músicas e palavras de ordem. Em seguida, fizeram silêncio e o oficial de justiça leu o mandado de manutenção de posse com voz trêmula.

O Capitão Mena Mendes estava muito bem informado de tudo o que acontecia na Fazenda Santa Elina e em volta do acampamento dos sem-terra. Desde o dia 17 de julho, três policiais que estavam de férias foram contratados para trabalhar ali. Um deles, Walter de Souza, disse que, no dia 18 de julho, avisou ao capitão que estava trabalhando na fazenda, ao encontrá-lo na sede. Assim, ficou claro que no dia 18 de julho o capitão esteve na sede da Santa Elina e no dia seguinte, de manhã, estava no acampamento, acompanhando o oficial de justiça. Também o gerente da fazenda acompanhou o Capitão Mena Mendes em todas essas diligências. Havia inclusive suspeita de espiões dentro do próprio acampamento, hipótese levantada por algumas pessoas, entre elas o advogado José Francisco Cândido. Elas afirmam que era muito difícil fazer um controle rigoroso de quem entrava no acampamento, porque chegava gente todos os dias; os posseiros recebiam muitas visitas, e, por se tratar de uma área cercada de mata, era possível entrar por qualquer lado. Alguns posseiros admitem essa possibilidade, mas os coordenadores negam-na.

No dia 19 de julho, os posseiros resistiram, e como eram em número muito maior, gritaram e garantiram sua permanência na área. Houve até mesmo um ataque, em que um posseiro levou um tiro de revólver calibre 38, pelas costas, quando estava escalando o barranco do riacho de volta ao acampamento.

Por ter sido frustrada essa primeira tentativa de removê-los da área, o oficial de justiça devolveu a liminar ao juiz, com um relatório que descrevia o acontecido, e deu sua própria versão sobre os fatos: “que os posseiros lutavam, jogavam paus e pedras e diziam palavras de baixo ‘escalão’ [sic.]”.

O oficial de justiça e o próprio Capitão Mena Mendes omitiram em seus relatórios que, quando estavam na área em frente ao acampamento, um avião sobrevoava o local, fazia voos rasantes, dava sinal de luzes e se comunicava com o capitão pelo rádio. Não mencionaram também que havia empregado da fazenda vinculado ao batalhão. É curioso pensar no modo como o capitão retiraria os posseiros da área, naquelas condições. Para onde eles deveriam ir, qual transporte usariam? Em momento algum aparece nos autos referência ao transporte que levaria as centenas de famílias da ocupação. Não foi contratado nenhum ônibus com essa finalidade. Se a própria polícia já estava prendendo quem era encontrado perto do acampamento, como é que eles deveriam sair?

Outro fato inexplicável foi o capitão chegar ao acampamento da Santa Elina às 9 horas da mesma manhã em que a liminar foi expedida, uma vez que o cartório só funciona a partir das 10 horas. O local do acampamento ficava a cerca de 20 km da cidade de Corumbiara, que, por sua vez, está a mais de 40 km de Colorado do Oeste, onde se localiza o cartório. Para o dia 8 de agosto, véspera do Massacre, o mesmo questionamento se aplica – se a PM não dispunha de condução para remover aquelas famílias, por que há ordem para desocupar a área? E, se era para remover, por que a ordem de prender “quem se evadisse do acampamento”?¹²

Depois dessa “visita” do dia 19 de julho, os camponeses fizeram uma assembleia e comemoraram a primeira batalha vencida, daquilo que viria a se tornar uma guerra.

O acampamento passou, então, a ser vigiado por pessoas da Santa Elina que informavam ao Capitão Mena Mendes todos os passos dos posseiros. O mesmo PM Walter de Souza informou que, no dia 8 de agosto, o Capitão Mena Mendes esteve na residência do caseiro da Santa Elina e

12 Segundo o depoimento de Daniel da Silva Furtado, feito no júri, a 14/8/2000.

“fez reconhecimento da área, do perímetro do acampamento”.¹³ No dia 20 de julho, o mesmo juiz substituto enviou o Ofício n. 250/95, requisitando reforço policial para o cumprimento da liminar e recomendando *ponderação e cautela*.

Quando o juiz titular, Glodner Luiz Pauletto, reassumiu seu cargo, encaminhou o Ofício n. 224/95 ao Comando Geral da PM, em Porto Velho, reiterando os ofícios anteriores – , o primeiro dirigido ao comando de Colorado do Oeste e o segundo, ao próprio Capitão Mena Mendes. O Ofício n. 224/95 foi expedido em 1º de agosto e recebido no mesmo dia pelo comandante Geral da PM no estado, o Coronel Wellington Luiz de Barros Silva, em Porto Velho. Nessa data, a Companhia de Operações Especiais (COE) já estava se preparando para ir a Corumbiara.

O contrato firmado entre a PM e a empresa de ônibus Eucatur para levar o efetivo da COE de Porto Velho até Colorado do Oeste é datado de 24 de julho, ou seja, antes do *imediato* do juiz Glodner Luiz Pauletto, foram contratados dois ônibus, de 46 lugares cada, para levar apenas 46 homens. Se um ônibus era suficiente para levar aquela quantidade de homens, por que contrataram dois? O contrato foi feito em nome da PM, mas foi pago pelo fazendeiro, no valor de R\$ 2.600,00 por veículo.

A advogada do fazendeiro Hélio Pereira de Moraes, em requerimento ao juiz Glodner Luiz Pauletto, afirma:

[...] Cumpre esclarecer a V. Exa que foi solicitado pelo comandante da polícia militar de Vilhena, aos requerentes, o envio de dois ônibus da cidade de Porto Velho que transportaria os policiais daquela cidade para a área esbulhada, o que foi feito no mesmo dia, conforme contrato de aluguel, firmado com a Eucatur, em nome da polícia Militar de Rondônia, sendo a exigência da locadora o pagamento antecipado, o que foi feito pelos requerentes.

Os soldados que foram levados de Porto Velho eram da COE¹⁴ – soldados da elite da PM, com treinamento especial e armamento também especial. O comandante da COE naquela ocasião era o capitão José Hélio Cysneiro Pachá, depois promovido a major.

13 Autos do processo, folha 4941.

14 A COE foi transformada em CDC: Companhia de Controle de Distúrbios.

Os fazendeiros articulavam tudo para varrer os posseiros do local. Os posseiros recebiam apoio dos vizinhos e de alguns políticos, especialmente do vereador Nelinho e do suplente de vereador Sebastião Sobrinho.¹⁵

O deputado Daniel Pereira esteve no acampamento da Santa Elina no dia 23 de julho, conversou com a comissão de coordenação, circulou pelo acampamento, e, ao voltar a Porto Velho, solicitou ao governador que se formasse uma comissão com poderes para negociar a situação. Tal comissão foi formada por representantes do Instituto de Terras de Rondônia (Iteron) e do Incra, pelo secretário do governador e pelo próprio deputado Daniel Pereira –, um grupo com legitimidade para resolver o impasse.

A visita desse grupo de negociação ao acampamento, acompanhado pelo vereador Nelinho, ocorreu no dia 31 de julho. Conversaram longamente com os posseiros e puderam ver como estavam seus ânimos e disposição. A comissão, entretanto, precisava de um prazo para agir. Daniel Pereira¹⁶ declarou que procuraria o fazendeiro pessoalmente, pois soubera que ele estaria disposto a ceder uma área para os posseiros. No relatório da comissão de negociação, feito pelo presidente do Iteron está registrado: “No transcorrer da conversa sugerimos que falaríamos com o proprietário da fazenda sobre a possibilidade de ter uma área de 500 ha para trabalhar no cultivo de uma lavoura comunitária, que seria a solução para aquela oportunidade”.

Os posseiros concordaram, desde que essa área fosse ali mesmo, ou próxima de onde eles estavam. A visita da comissão e as promessas feitas por ela deram grande ânimo aos posseiros. Afinal, estavam ali as autoridades que tinham poder para resolver o impasse, uma vez que haviam sido designados pelo próprio governador e representavam os órgãos da área. Consta ainda no relatório da comissão:

Em face ao compromisso firmado com a comissão do movimento, procuramos contatar o proprietário da Fazenda Santa Elina e conseguimos; no entanto, o nosso

15 Também conhecido como Quebra-Mola, morava no lote do PA Adriana, que faz limite com o campo de futebol. Era suplente de vereador pelo PT e assumiu quando Nelinho foi assassinado.

16 Conversei várias vezes com o deputado Daniel Pereira, do Partido dos Trabalhadores, e assisti ao testemunho dele durante o júri. Em uma das entrevistas, disse-me ele que a comissão não teve tempo suficiente para resolver o caso.

objetivo foi frustrado uma vez que o senhor Antenorzinho disse que não aceitava de forma alguma aquela proposta, dado que a justiça já havia decidido a seu favor e que ele não tinha mais nenhuma conversa para manter que tratasse do referido assunto, ou seja, a desocupação da área, uma vez que ele veio para Rondônia a convite do Governo Federal, que estava participando do desenvolvimento do Estado e que a justiça havia determinado a desocupação da sua fazenda através da liminar, praticando corretamente a justiça. Por outras vezes tentamos falar com aquele senhor, mas infelizmente não foi possível.

Nesse relatório há outra questão: Antenorzinho é o sr. Antenor Duarte do Valle, que não é o proprietário da Santa Elina; isso confirma que era realmente ele quem dava as ordens e falava em nome do proprietário, sr. Hélio Pereira de Moraes. O advogado José Francisco Cândido¹⁷ afirmou que Hélio em momento algum pressionou os posseiros, mas outros fazendeiros, sim – inclusive o sr. Antenor Duarte. José Francisco informou ainda que Hélio Pereira de Moraes comprou as terras da Santa Elina por intermédio de terceiros.

Segundo o deputado Daniel Pereira, ninguém da comissão de negociações chegou a falar pessoalmente com o proprietário da Santa Elina. O relato do presidente do Iteron apresentado acima, em vez de esclarecer, introduziu mais contradições no caso. Entretanto, tudo isso prova que havia pessoas querendo resolver o impasse de forma pacífica, enquanto Antenor Duarte preferia a intervenção policial.

O vereador Nelinho, por sua vez, movimentava-se para tornar pública a situação nos noticiários, como forma de chamar a atenção para a sua gravidade. Ele acreditava não apenas que assim poderia sensibilizar a sociedade, mas que esta apoiaria os camponeses. Para Nelinho,¹⁸ era também uma forma de proteger os sem-terra. O que ele mais temia era a ação dos jagunços. Em pouco tempo, a ocupação tornou-se notícia nos jornais regionais e nacionais. Na reunião da Câmara de Vereadores de Corumbiara, no dia 1º de agosto de 1995, Nelinho comentou sobre a comissão de negociações, da qual ele fazia

17 O advogado José Francisco Cândido era o meu anfitrião em Vilhena. Foi ele o advogado que auxiliou a Promotoria no júri do assassinato do Nelinho e que conseguiu a condenação dos assassinos.

18 Estive na casa dos pais do Nelinho e eles me contaram sobre a preocupação e sobre as ações dele, em defesa dos camponeses.

parte, e cobrou providências das autoridades para evitar uma tragédia. Havia esperança de que a liminar fosse suspensa até que a comissão pudesse fazer alguma coisa. Mas a força do latifúndio se impôs mais uma vez, pelas pressões feitas sobre o juiz, sobre a polícia e sobre o próprio governador. A Sociedade Rural, braço da UDR, por exemplo, pressionava o governador, exigindo que a liminar fosse logo cumprida e que o comandante da polícia de Vilhena fosse preso por omissão, porque, conforme alegavam, ele protelava o despejo.

O governador tinha conhecimento da situação da Santa Elina e não tomou nenhuma providência a fim de evitar a tragédia que já se anunciava. O Secretário de Agricultura, que era do Partido dos Trabalhadores, também tinha conhecimento da situação. Nenhum deles se manifestou sobre o caso.

A falta de apoio contribuiu para que os opositores dos camponeses pudessem agir sem constrangimento, em todos os sentidos. No plano jurídico, pressionaram juízes, conseguiram liminares em tempo recorde e ofícios que circularam céleres. Também colocaram as notícias nos jornais e nos demais meios de comunicação, com informações sempre a seu favor, desqualificando os camponeses. No plano econômico, foi também muito forte a influência dos fazendeiros, que pagaram transporte para a tropa, forneceram alimentação e veículos, infiltraram jagunços junto aos policiais e emprestaram avião e piloto para o Capitão Mena Mendes sobrevoar a área do acampamento. Na verdade, o massacre foi uma empreitada particular, financiada por particulares, na qual a polícia estava a serviço de fazendeiros e até certo modo sob o comando deles. No dia 9 de agosto o fazendeiro Antenor Duarte e seu capataz José Paulo Monteiro, foram vistos no Quartel General (QG) da PM, instalado no campo de futebol do PA Adriana. O capataz estava tão à vontade naquele lugar que tirou o posseiro Sérgio dentre os presos, jogou-o dentro de uma *Toyota* e nenhum policial, oficial, subcomandante ou o comandante “viu”. Os camponeses viram, e denunciaram mas suas vozes foram caladas.¹⁹

Os posseiros ficaram no acampamento somente 24 dias. Foram momentos muito marcantes para todos. Momentos de tensão e medo, quando

¹⁹ Os depoimentos tomados dos prisioneiros, no IPM e no IPL, foram desprezados por todos, inclusive pelos advogados defensores dos sem-terra, haja vista que durante o júri nenhum camponês foi ouvido.

o acampamento era sobrevoado por aviões. Muito medo quando da primeira tentativa de evacuar a área. Mas tais momentos eram intercalados por outros de confraternização e muita esperança. Até uma dose de otimismo surgiu durante a visita da comissão de negociação, e depois de sua saída, as conversas foram animadoras e cheias de esperança pela possibilidade de intervenção daquelas autoridades para resolver o problema, ou no mínimo suspender, ainda que temporariamente, a execução da liminar de manutenção de posse. Outro fator que proporcionava alguma tranquilidade era a possibilidade estratégica de saírem da área e ir para o PA Adriana. Os coordenadores tinham planejado esse detalhe. Sabiam que, se o cerco se intensificasse, poderiam ficar acampados no campo de futebol do PA Adriana, onde a PM e os jagunços perderiam a possibilidade de atacá-los, pelo menos legalmente. Afinal, naquele campo, eles seriam os convidados dos amigos assentados. Por meio dessa estratégia, aprendida com as experiências do próprio MST, logo que a situação “esfriasse”, voltariam para a Santa Elina.

Conforme foi dito aqui, durante a ocupação do PA Adriana os posseiros chegaram a ser despejados da área três vezes. Tudo indica que no caso da Santa Elina os opressores queriam mais que um despejo – queriam uma “lição de violência”, para que as ocupações cessassem na região.

No dia 8 de agosto, véspera do massacre, sem terem a noção exata do número de policiais que fora mobilizado para aquela operação, os camponeses, depois de conversarem com o major,²⁰ comemoraram, pois pensaram ter vencido mais uma batalha. A primeira providência do comando da PM foi isolar o acampamento. Quem saía era preso, e quem tentasse chegar era impedido. Desse modo, os posseiros não tinham noção de nada, não podiam saber qual era o efetivo e nem onde ele estava. Eles não sabiam que seus opositores estavam ali preparados para fazer uma guerra, uma guerra contra mulheres, crianças, jovens e velhos. Suas armas de defesa eram dois revólveres (um calibre 38 e outro 22), espingardas velhas que usavam para a caça e as ferramentas de trabalho,²¹ inclusive motosserras emprestadas. O que no Inquérito Policial Militar (IPM), no Inquérito Civil

20 Veja foto 5 no encarte.

21 Veja foto 10 no encarte.

(IPL) e no júri foi chamado pela polícia de “bombas de fabricação caseira” eram colmos de bambu recheados de pregos, parafusos, pedrinhas e pólvora com pavio de trapo. Segundo informações dos posseiros, eles nem tiveram tempo de usá-los.²²

Em contrapartida, as armas da PM,²³ considerando somente as dos policiais do 3º BPM, incluíam: 175 revólveres calibre 38, doze escopetas calibre 12, cinco metralhadoras de 9mm, quatro pistolas, cinco mosquetes calibre 7,32 e cinco carabinas. Isso sem contar as armas da COE, dos PM que estavam de férias e prestavam serviço para o fazendeiro, as armas e munições dos jagunços e as da chamada PM2.²⁴ Somente parte das armas da PM foi periciada, e três provas de balística foram positivas. Três balas que saíram de revólveres de PM foram encontradas nos corpos de Hercílio e de José Marcondes da Silva, os sem-terra executados sob a figueira.

Mesmo com tantas evidências, as autoridades de Rondônia insistem em negar que houve massacre em Corumbiara. Tanto o juiz de Colorado do Oeste como o promotor não aceitam chamar o episódio da Santa Elina de massacre. O promotor assim o definiu: “não houve massacre porque ninguém foi massacrado, houve um conflito onde, infelizmente, algumas pessoas morreram”.²⁵

Para fazer cumprir a liminar de manutenção de posse da Santa Elina foram convocados os policiais de Vilhena, Cerejeiras, Colorado do Oeste e a Companhia de Operações Especiais de Porto Velho.

Na medida em que tardavam as notícias da comissão de negociações, o clima de tensão voltou no acampamento. As ameaças aumentavam, os visitantes avisavam das ameaças que sofriam. Pessoas de Corumbiara e dos

22 José Francisco Cândido viu as armas que foram apreendidas no acampamento e confirmou que eram apenas aquelas armas. Ele disse que se os posseiros estivessem realmente armados conforme afirmou o comandante em sua entrevista, eles poderiam ter feito muitas baixas na tropa, porque o terreno era favorável a isso.

23 Nos autos, as folhas que aparecem com a descrição das armas tanto da PM quanto as recolhidas dos posseiros tem os números: 5923, 5924, 5926 e 5225. No IPL as folhas aparecem com a numeração : 2247, 2248, 2249 e 2250.

24 Estas podem ser armas particulares.

25 Entrevistado em 28/5/1999 em Colorado do Oeste.

patrimônios de Vitória da União e Alto Guarajus contaram que à noite e de madrugada os jagunços passavam em camionetas e disparavam rajadas de metralhadoras sobre as casas. No dia 4 de agosto foram enviadas mensagens via fax para o governador e alguns secretários do estado, denunciando tudo. Os camponeses não obtiveram resposta.

Terça-feira, dia 8 de agosto, no começo da tarde, os foguetes estouraram, anunciando a chegada da polícia. Pouco depois, um grupo de policiais comandado pelo então Major Ventura chegou ao acampamento. O pessoal da imprensa de Vilhena foi junto com a PM. Os jornalistas Luiz de Carvalho e Renato Torres, em entrevista, explicaram como tudo aconteceu naquela tarde, e confirmaram que os posseiros não atacaram a PM, que a conversa entre o comandante e os três representantes dos posseiros foi amistosa e em momento nenhum houve alteração de ânimos.²⁶

A imprensa naquele dia teve papel muito importante, pois registrou em áudio e vídeo os acontecimentos na entrada e dentro do acampamento. Os jornalistas conversaram com posseiros e gravaram uma longa entrevista com Cícero Pereira Leite Neto, que, com muita clareza e objetividade, explicou as condições em que estavam ali, quem os apoiava, as necessidades daqueles camponeses e a firme decisão de lutar pela terra. Também fez graves denúncias sobre as pressões que os posseiros da Santa Elina e até os assentados dos PAs próximos estavam sofrendo dos jagunços e dos fazendeiros.

A equipe da imprensa era composta de seis pessoas: o jornalista Luiz de Carvalho da TV Vilhena, afiliada da Rede Globo (Luiz também trabalhava na *Rádio Planalto*); o radialista e locutor da Rádio Planalto Renato Torres; a proprietária da rádio; um cinegrafista; o jovem fotógrafo de Colorado do Oeste Elyzeu Rafael de Souza, autor da foto da capa deste livro, e ainda Osias Labajo Gareti, o “Boliviano”, proprietário do periódico *Folha de Vilhena*.

Todos chegaram às proximidades do acampamento junto com o Comandante Ventura. Fotografaram, filmaram e, em seguida, Luiz pediu

26 Veja foto 5 no encarte.

para entrar no acampamento e explicou o papel deles ali.²⁷ A coordenação do acampamento então permitiu que o pessoal da imprensa ultrapassasse o pequeno riacho e entrasse.

Eles entraram, percorreram o acampamento, conversaram com os posseiros, filmaram e fotografaram livremente. Depois entrevistaram Cícero, um dos coordenadores do acampamento. A entrevista aconteceu em frente ao barracão da farmácia e, embora só Cícero tenha falado com os repórteres, muitos posseiros estavam junto.

[...] – A polícia já está aí, como é que vocês vão fazer a partir de agora?

– Olhe, fazer aquilo que a gente sempre faz. Porque quando a gente ocupa um latifúndio desses não é por brincadeira, ocupa por necessidade de ter um pedaço de terra para trabalhar.

[...] – Como é que estão as negociações?

– As negociações a gente espera que depois do segundo turno, que é hoje, de hoje para amanhã, porque o primeiro turno com a polícia nós já passamos, foi no dia 19, e hoje seria o segundo turno – eu acredito que o pessoal que esteve aqui, do Incra e do governo, tenha competência de entender isso aqui não como uma simples ocupação de terra, mas como uma causa social, uma questão social a ser resolvida, porque envolve em torno de quase seiscentas famílias, em torno de duas mil e trezentas pessoas. É uma questão a ser resolvida pelo Estado de Rondônia.

– E com a polícia, não tem negociação?

– Companheiro, eu acho difícil negociar terra com polícia. Polícia seria para buscar traficante que anda em torno de Rondônia, por dentro de Rondônia. A polícia seria para perseguir os pistoleiros de Antenor Duarte, que tão armados para procurar o pessoal de Corumbiara, de Guarajus, os pequenos proprietários de Vitória da União e Cerejeiras. [...] Ocupação de terra não é caso de polícia, é caso do Incra, é causa do governo, é causa de uma sociedade.

[...] – Então tem pessoas aí de todas as idades, tem criança com menos de um ano de idade; se a polícia entrar aqui vocês vão mesmo reagir, vão lutar com essas armas que vocês têm na mão aí, os cacetes?

– Essa é uma decisão que não é só minha. Essa é uma decisão de quase 600 famílias que estão aí dentro. Porque o filho tem uma importância muito grande

27 Na fita de vídeo (VHS) e na gravação em K7 aparecem imagens e sons do tumulto que os posseiros estavam fazendo, organizados em uma barreira que circulava toda a frente do acampamento à margem do riacho. O que deu para perceber é que era um tumulto muito bem controlado, porque se ouve uma voz que se sobressai e comanda: “Silêncio, gente, vamos falar com a televisão. Vamos deixar o pessoal da imprensa entrar. Só a imprensa, polícia não entra”. E o coro responde: “Polícia não entra, polícia não entra”, e em seguida silencia.

na família. Agora, a sobrevivência para esses filhos, para os filhos desses filhos e para os netos desses filhos, a importância taí, por isso a luta por um pedaço de terra. Se hoje vai a vida do pai, que a descendência fique com a terra. Por isso é que nós lutamos, por isso é que eu chamo a atenção do governador Valdir Raupp, eleito pelos trabalhadores, que ele entenda e evite este conflito. Foi mandado, no final de semana, deve ter chegado, vários fax, deve ter chegado ao governador, deve ter chegado ao coronel que comanda a PM, ao secretário de Segurança Pública e outros órgãos do governo, [...] dizendo qual o número de pessoas estão aqui e a forma que nós estamos aqui. Porque se não for desta forma ninguém conquista, ninguém faz reforma agrária. Por isso que as crianças com menos de um mês, as companheiras grávidas que estão aqui, elas é que vão garantir a luta pela terra, não sou eu, não, não são só os homens. A luta pela terra é conquistada pela família.

[...] – Existe algum movimento da CUT, por exemplo, pessoal do PT envolvido com vocês?

– Eu acredito que deve existir, porque homem que tem consciência na face da terra, ele luta por aquilo que é justo. Se a CUT, se o PT e outras entidades estão dando apoio, eles estão fazendo o que eles deveriam fazer na sociedade.

– Pode-se dizer que existem grileiros profissionais junto com vocês, pessoas que circulam o país só grilando terra, pois existem no país pessoas só grilando terra?

– Grileiros profissionais são os fazendeiros que existem no Brasil, principalmente no estado de Rondônia, que concentra 14, 15, 16, 40 mil, 100 mil alqueires de terra.

[...] – Qual a mensagem que você manda para quem vai ouvir esta gravação? ...os ouvintes do Rádio?

– Primeiro eu gostaria que a imprensa, no estado de Rondônia, principalmente vocês que vieram gravar este fato, tivesse a competência de passar por cima de outros pretextos e colocasse essa matéria no ar, ficando ao lado da maioria. Segundo, eu gostaria de mandar um recado ao governador Valdir Raupp, ao Brito, superintendente do Incra, ao coronel comandante da PM e secretário de Segurança Pública, que realmente tivesse a competência de entender esse conflito, de entender que aqui está uma questão social, e que resolvesse imediatamente esse conflito, [...] Terceiro, eu gostaria de chamar a atenção da sociedade, de todo o povo de Rondônia, que passe para o nosso lado, que só o povo unido, o campo e a cidade, é capaz de dar uma volta por cima e falar a verdadeira democracia.²⁸

O pessoal da imprensa, depois de entrevistar Cícero, circular pelo acampamento todo, filmar e fotografar,²⁹ convenceu os posseiros a rece-

28 Esses fragmentos fazem parte do documentário, apresentado no encarte.

29 Veja fotos 4, 6, e 7 no encarte.

berem o comandante da PM. Foi então definida uma comissão de três representantes dos posseiros, entre eles Cícero, que saiu do acampamento e conversou com o Major Ventura. Foi uma longa conversa entre a comissão e o major. Por parte dos acampados, os três falaram, e do lado da PM, somente o major usou a palavra para tentar convencer os posseiros a saírem da área. O major usou uma figura de linguagem do tipo “nós somos mariscos, vocês e nós vamos nos arrebentar na mesma rocha. Nós precisamos cumprir ordens.”³⁰ Os posseiros repetiram o que tinham acabado de dizer na entrevista aos repórteres e afirmaram que esperavam a resposta da comissão de negociações.

A conversa foi amistosa, mas ninguém convenceu ninguém. Toda a tentativa de acordo foi testemunhada pela imprensa. O major disse que deveria cumprir a liminar, os posseiros mencionaram a comissão de negociação. O major disse que voltaria a falar com as autoridades, e suas palavras foram interpretadas pelos posseiros como um sinal de trégua.

A equipe da imprensa registrou o diálogo entre o comandante e os três representantes dos posseiros, entre eles Cícero. Depois disso, a mesma equipe e o comandante voltaram ao QG, e lá o jornalista Luiz de Carvalho entrevistou o então major, hoje coronel, José Pereira Ventura:

- O que vai acontecer a partir de agora?
- A partir de agora, fizemos um reconhecimento do terreno, tentamos a conciliação, como todos vocês da imprensa foram prova disso, e realmente a reconciliação não houve por bem um final de trégua, um final pacífico. Então nós tentaremos cumprir a ordem judicial, ou qual seja, a reintegração da posse. Nós atuaremos com o pessoal da Polícia Militar durante o decorrer da noite de hoje, do dia de amanhã e assim por diante, a semana, um mês, para cumprir a ordem do juiz de Colorado do Oeste.
- A PM está pronta para o confronto, caso exista?
- Vamos evitar ao máximo, vamos evitar o máximo. Tendo em vista [que] já observamos ter muitas crianças, muitas mulheres, muitas senhoras idosas, vamos tentar mais uma vez. Que os líderes que estão por trás dessa invasão de terra tenham consciência [de] que ali existam seres que não têm nada a ver com o objetivo deles, qual seja, a invasão, a tomada de terras, terras legais, terras legalizadas. Portanto,

30 Veja foto 5 no encarte.

vamos tentar novamente uma ação pacífica, tendo em vista que nós deveremos, repito, estou sendo redundante, que nós devemos cumprir a ordem judicial. Caso contrário, nós devemos tentar tirá-los, não pela força física, isso em última instância, tentar demovê-los dessa ideia, colocando nosso efetivo para tal.

– O Senhor acredita que entre os invasores existam especialistas?

– Ô Luiz, eu vou ser um tanto quanto radical, retrógrado na minha ideia e até radical, e eu coloco aqui para todos que se isso acontecesse na época da Ditadura Militar ou da repressão, isso era taxado como se fosse um foco guerrilheiro. Vocês podem notar que há uma defensiva, há locais onde é próprio a armadilhas, e tem elemento no interior do acampamento com táticas nesse sentido...

– É difícil tomar decisão num momento desse, envolve crianças, pessoas de idade, é difícil?

– É muito difícil, sem dúvida nenhuma, nós estamos preparados aqui com os nossos policiais para tomar tal decisão, tendo em vista que ninguém aqui, se for para o confronto direto, vai procurar atingir uma criança, uma mulher, ou uma senhora idosa. Sem dúvida que [para] isso daí nós temos uma tropa, uma tropa especializada para retirada desse pessoal, e repito, eu vou tentar ao máximo possível retirar esse pessoal convencendo pacificamente.

– Esse tempo, haverá tempo para eles, esse primeiro contato dá um tempo para a polícia para que haja essa negociação? Não há motivo para que a polícia possa agir de maneira diferente, usando a força?

– Não havendo a saída pacífica, nós teremos de colocar a nossa força e tentar demovê-los da ideia, repetindo, demovê-los da ideia de permanecer no local que como área, segundo o juiz de Colorado, legal, é que nós teremos de obedecer a ordem para reintegrar essa posse de terra.

– Essa espera vai demorar o que? Quarenta, quarenta e quatro, setenta horas? Vai esperar tudo isso?

– Seria mais ou menos isso. Vamos dar uma trégua, vamos tentar conversar, tentar que, eles saiam pacificamente. Vamos evitar ao máximo o confronto. Não tendo condições de parte deles – de nossa parte é a saída pacífica –, nós teremos que cumprir o mandado judicial com o uso de força física.

Depois de conversar com o major, o pessoal da imprensa voltou a Vilhena, pois eles acreditavam que não haveria confronto dentro das próximas 48 horas, conforme relatou o repórter Renato Torres – que tem, inclusive, gravações nas quais o Major Ventura diz que vai tentar mais conversações nas 48 horas seguintes.

Enquanto isso, no acampamento, os três que falaram com o major retornaram e, em assembleia, explicaram a conversa que tiveram com ele.

Tudo foi entendido como uma trégua, pois acreditaram que realmente o Comandante Ventura iria falar com o juiz de Colorado do Oeste, o que representaria, no mínimo, mais tempo. Os posseiros comemoraram o que pensaram ser outra pequena vitória. Eles não sabiam quanto era o efetivo da polícia, tanto em número de homens quanto em armas, e não suspeitavam que a COE estivesse ali, porque ninguém se atreveu a sair do acampamento nem pôde chegar para avisar. A polícia já estava executando prisões de qualquer pessoa que quisesse ir até o acampamento, que já estava isolado, mas os posseiros não sabiam. Várias pessoas foram presas quando tentaram ir até lá, entre elas Sebastião Sobrinho,³¹ o Quebra-Mola, cuja residência ficava a menos de 300m daquele campo. Todos sabiam que o Quebra-Mola era um dos mais importantes líderes dos camponeses, importante em todo o processo de ocupação da fazenda Adriana, onde era assentado. Ele foi um dos coordenadores da ocupação da Santa Elina e isso era público e notório.

Os posseiros pensaram em um cerco onde a polícia tentaria impedir que chegassem mantimentos e ajuda para o acampamento e faria presença ostensiva até vencê-los, como acontece muitas vezes em tais situações. Ao que parece, esta era mesmo a intenção do Major Ventura.³² Os posseiros não acreditavam que a PM estaria de volta para removê-los naquele dia ou naquela noite.

Os coordenadores do acampamento procuraram tranquilizar os acampados, mas redobram a vigilância. Vários grupos de homens se revezavam na vigília para que não fossem pegos de surpresa. Mas a surpresa foi maior do que eles suspeitavam. Traídos pelo comandante, foram emboscados em seus próprios barracos, naquele acampamento, lugar de luta de centenas de famílias pela terra. O massacre começou quando caíram as primeiras bombas de gás lacrimogêneo dentro do acampamento. Até então, era apenas mais um conflito por terra.

31 Na época, Sebastião era suplente de vereador e assumiu em dezembro, depois do assassinato do Nelinho.

32 Ele me disse, em entrevista, que teria paciência e venceria os posseiros pelo cansaço e por falta de suprimentos para o acampamento. Ele disse que pretendia isolar o acampamento e assim vencer a resistência dos posseiros que aí saíam de forma pacífica.

2.2 O MASSACRE DE CORUMBIARA

Na madrugada do dia 9 de agosto o acampamento foi cercado por todos os lados e começou então o Massacre de Corumbiara. Os posseiros foram pegos de surpresa, pois estavam confiantes nas negociações da comissão e nas palavras do major. O acampamento foi cercado quando ainda estava muito escuro. Depois das bombas de efeito moral, houve tiroteio por longas horas com armas muito pesadas; mulheres foram usadas como escudo humano pelos policiais e por jagunços. Segundo relatos, um grande número de jagunços, alguns vestidos como policiais, estavam infiltrados no meio das tropas e muitos homens estavam encapuzados. O acampamento foi totalmente destruído e depois incendiado.³³ Não sobrou nada do que os camponeses haviam levado para começar o que seria uma vida nova. Tudo se transformou em pesadelo.

O que aconteceu naquela noite e naquela manhã não foi testemunhado pela imprensa, mas as marcas estão presentes nos corpos e nas almas dos que sofreram torturas indescritíveis. Os que sobreviveram puderam contar o que aconteceu ali, embora suas vozes tenham sido sufocadas, desqualificadas ou simplesmente ignoradas durante as apurações processuais e durante o júri. Neste livro, essas vozes dos sujeitos dessa luta, as vozes das vítimas do latifúndio, estão reproduzidas, mesmo que em fragmentos.

Destaco, a seguir, depoimentos textuais de alguns camponeses que sobreviveram àquele episódio:

- Eles chegaram de madrugada, jogaram bomba de gás, foi o maior desespero. Gente corria para todo lado, mães perdiam os filhos, filhos perdiam as mães.
- Os policiais pegaram as mulheres, pegaram umas pelo cós da calça e seguraram assim... Torceu ela e foi levando na frente dele, assim ele sabia que se quem tava atirando era posseiro, eles paravam de atirar, porque eles não iam querer ferir companhia. Eles pararam de atirar e depois a gente escutou só aquele tiroteio.
- Eu tava pertinho do Claudemir, o Pantera, ele tava no chão. O Claudemir não tava em cima de árvore, não, quem ia subir em árvore naquele breu? Eu acho que eles tinham certeza de quem ele era. [...]

33 Veja fotos 8, 9 e 12 no encarte.

- Estava lá com a esposa e os meus seis filhos... era terra tão linda, tão boa, tão macia, dava gosto ver aquela derrubada. Mas aquela terra ficou manchada de tanto sangue!...
- Eu já estava entregue, deitado no chão, veio dois e me chutou, e deu paulada, fiquei tudo com sangue magoado.
- Eles batiam, chutavam, xingavam e falavam: onde estão os líder?
- Se quer terra, então come. Fizeram eu e os outros companheiros pôr terra na boca e comer. Eles chutava e gritava: “Come! Come! Se não comer, morre! Quer terra, então come!”
- Os que passaram pelas mãos da polícia não prestam mais de saúde.
- Tinha gente barbuda, calçada de kichute e com farda da polícia.
- O povo foi atocaiado.
- Eles fizeram a gente deitar de bruços na lama, e pisavam em cima. Quem levantasse a cabeça, eles batiam com pau.
- Eles atacaram era de três horas, começou com bomba de gás, muita bomba, muito gás.
- De madrugada alguém gritou: envém luz de longe, e luz forte de celibrim. Aí eles chegaram, arroteou o acampamento e começou a jogar as bombas em cima de nós. Depois começou o tiroteio.
- Eu fiquei preso, apanhei, passei fome, e pior que a gente não podia fazer as necessidade. Eles não deixavam, teve companheiro que mijou na roupa e fez mais coisa. É humilhação demais, isso não é nem pra animal. Eles esqueceram que nós era gente e esqueceu que eles também era gente. Eles viraram fera, besta, bicho.
- Nós levamos os alimentos que tinha, as roupas que tinha. Cada um levava o que tinha. Eu tinha mesmo era muito filho. Cada um levava um pouquinho que tinha e lá fazia fartura. Fazia comida era tudo junto. O caminhão passou e foi minha irmã, meu cunhado, minha esposa e os meus filhos. O Paulinho é o meu irmão. Ele tá ruim da cabeça porque a polícia fez ele ponhar miolo de gente na boca e comer.
- Tinha polícia e tinha mais jagunço. Eles chegaram era madrugada, jogaram bomba, atiraram, cercaram o acampamento, não tinha jeito de fugir.
- Eles chegaram, entraram no acampamento, nós se rendemos pra eles, aí eles fizeram o que quis. Eu apanhei de chute, de rei, de tapa, de murro, de pau.
- Na hora de sair no caminhão, já era noitinha. Eu fui dos primeiro a sentar no caminhão, assim, com as perna aberta, aí eles ponharam mais gente em riba de mim.
- Eu fiquei doida, os meninos choravam de medo e eles gritavam e mandavam fazer os meninos calar a boca, senão eles iam matar todo mundo.
- Nós estava em três irmãos e dois primos. Só um primo era casado. Eu acordei na hora que escutei o estrondo, parece que era bomba de gás, na mesma hora virou uma confusão.
- Estava dormindo e alguém gritou: tá vindo gente, os celebrim tá perto. Acordei, e aí começou o tiroteio. Não achei meu irmão, pensei que ele tinha vazado. Corri

pro lado da derrubada e cheguei no lote do Tira-Gosto. Aí, fiquei escondido naquele matinho e depois fui de volta pra casa da mãe, e vi gente correndo no mato, vi que eram umas mulheres, aí chamei elas e corri com elas até a casa da mãe. Meu irmão não apareceu. Minha mãe ficou desesperada, e ainda voltei na mata pra procurar ele. Mas nada! Mais tarde, soube que ele estava no hospital com um tiro na barriga. Ele quase morreu.

– Eu tava agarrada com o meu neném, o homem veio e me deu o safanão, eu caí e ele me deu um chute nas costas. O meu leite secou e o meu filho ficou chorando com fome até de noite... Quando eles gritavam e mandavam nós, as mulheres e as crianças, ficar do lado da farmácia, aí eu vi o meu moleque chorando e a... tava pelejando pra acalmar ele, aí eu ganhei alma nova.

– A polícia atacou foi por covardia, porque eles negociaram quando estiveram lá, na parte da tarde, deixaram nós todos tranquilos.

– A gente não sabia que era aquele tanto de polícia e jagunço, nós pensamos que eram só aquelas que estavam mais o comandante.

– Tudo o que a gente levou, eles queimaram, eu só fiquei com a roupa do corpo e sujo de sangue.

– Desde a hora que eles chegaram até nós chegar no Colorado, olha, foi mais de um dia, nós não podia fazer nem as necessidades.

– Morreu gente lá, depois morreu gente no Colorado, as machucadura foi infeccionando até morrer.

– A minha menina tava dormindo, todos tavam dormindo, ainda quando foi... Quando deu aquele estouro da bomba, eu peguei minha menina, embrulhei ela num lençol e corri com ela e o menino pra cozinha coletiva, e ali as mulheres tavam chegando, desesperadas, juntando os filho, com medo, e os meninos gritavam de medo e sufocados com aquela fumaça ardida. A gente estava intoxicando. Muita gente vomitava, tossia, sufocava. As crianças foram as que mais sofreram. Quando o dia tava começando a clarear, o acampamento era um inferno. Criança gritando pela mãe e pelo pai. Eu não sabia cadê meu marido. Os homens do acampamento não tiveram nem tempo de lutar. Eu vi tanto sangue... O dia já tava claro, quando os tiros foram chegando mais perto. Eu desesperei, levantei e peguei o Romerito por uma mão e a Vanessa na outra e corri na direção da derrubada. Antes de chegar na mata, a Vanessa caiu e ficou mole, eu puxei ela pelo braço e ela falou que tava doendo, aí que eu vi que ela tava atirada. Peguei ela nos braços e fui correndo dentro da mata... Minha filha tava morta, eu fiquei doida.

– Saímos de lá amarrados. Um sujeito mandou eu tirar a cinta e amarrou no meu pescoço e me arrastou, ia me enforcando. Arrastaram nós feito porco.

– Depois que os jornalistas foram embora e a comissão conversou com o comandante, nós fizemos uma assembleia e comemoramos, pensamos que mais uma vez nós tinha ganhado a parada. Os coordenadores falaram que a gente tinha

que ficar firme, que a terra ia ser nossa. Depois da assembleia nós comemoramos, cantamos o Hino Nacional.

– Se eles desse prazo, nós ia lá pro campo do Adriana. Mas não deram tempo pra nós. Cercaram o acampamento de madrugada e jogaram um monte de bomba de gás.

– Eles pegaram, me algemaram, e me bateram demais. Eu saía sangue do ouvido, no nariz, e se eu gemia, vinha outro e batia mais. Eles batiam e falavam, conta onde tá os líderes, senão morre no lugar deles!

– Quem ribava a cabeça assim, eles metia o porrete.

– Eu apanhei tanto que muitos dias depois eu ainda tava com muito sangue magoado.

– Eu tava lá, eu vazei no mato. O tiroteio começou era umas duas horas da manhã. Eu conhecia o pessoal da segurança, eles ficava meio separado, ficava lá nas catanas da figueira. Era lá que eles ficava, eles tinha espingarda e até um 38.

– Eu não sei quem enganou nós, se foi o Ciço... ele falou que o comandante ia dar prazo pra negociar. Não teve tempo de nada.

– Não! Não foi ele que enganou nós! O Danielzinho e o Felipe também viu o comandante falar que ia dar mais tempo e que ia falar com o juiz do Colorado.

– Tinha poço de sangue. Aí eu tava com a cara no chão assim, perto daquele sangue, aquele sangue tinha um cheiro forte, esquisito. Não posso nem lembrar. Aquilo era sangue de companheiro.

– Tinha muito guaxeba, e depois sumiu tudo. Eu não sei não, mas morreu muito mais gente.

– A menina morreu de bala variada.

– O Dilon foi salvar o meu irmão e morreu. Quando o Dilon foi acudir o meu irmão que tava baleado, ele levou um tiro na nuca. Foi o Socó que me contou, ele viu tudo.

– Eu passei uma fome danada, tinha hora que a gente até esquecia da fome e da sede, mas era de dor ou de remorso de ver os companheiro morto.

– Ele me chutou no meio das perna, doeu tanto que eu lancei. Ele tava com a cara tapada. Até hoje eu soffro por causa disso. Nunca tratei no doutor.

– Eles me pegaram um dum lado e outro do outro e outro veio e me esmurrou e falou: quem é liderança? Mostra os líderes!

– Eles ponharo fogo nos barracos até com gente dentro. Tinha muito mantimento na cantina, eles tocaram fogo e queimou tudo.

– Eles ponharo o cano da carabina assim na minha orelha e falou: fala quem é o líder, mostra quem manda aqui, senão morre!

– Eu acho que tinha cagueta no acampamento e eles eram jagunços.

– Eu tava deitado no chão de bruços, aí veio um e me deu um chute de trás e pegou no meu saco, na hora doeu tanto que eu dei um grito, aí os outros me chutaram na cara. Até hoje sou prejudicado.

– Eles pegaram o óleo das melosas e jogaram na derrubada e tocaram fogo. Eles tocaram fogo nos barracos com gente dentro.

Estes são alguns fragmentos das muitas horas de conversas que tive com os sem-terra que estiveram na Santa Elina. Suas falas comprovam que houve um *massacre*, no sentido literal da expressão.

Os homens que não morreram ou não conseguiram fugir pela mata ficaram presos no campo de futebol, por longas horas sem água, sem comida, apanhando e sofrendo humilhações. As mulheres e as crianças também ficaram presas em cima de caminhões por longas horas sob um sol escaldante, passando fome e sede.³⁴ Os posseiros foram presos, mortos e torturados, e o acampamento foi completamente destruído.

Em todas as entrevistas e conversas com os camponeses que estiveram na Santa Elina e seus vizinhos há coerência e coincidência no que se refere às informações sobre o ataque ao acampamento, a entrada dos jagunços e policiais, espancando, atirando e torturando; depois de rendidos, a continuação das torturas e execuções, a retirada dos posseiros até o campo de futebol. Homens e meninos eram arrastados e espancados sistematicamente, obrigados a comer terra molhada com sangue. Além de todas as torturas físicas, ainda sofreram constrangimentos psicológicos e agressões verbais.

A vida daquelas centenas de pessoas ficou à mercê da violência, desde o momento em que foi atirada a primeira bomba de gás dentro do acampamento até a chegada do advogado da CPT na delegacia de Colorado do Oeste, no dia 10 de agosto. Ou seja, aqueles camponeses viveram mais de 24 horas de torturas ininterruptas.

Durante todo esse tempo, eles foram torturados porque os policiais queriam saber quem eram os líderes e onde estavam. Isso equivale a dizer que os líderes daquela ocupação já haviam sido “julgados e condenados sumariamente” por quem organizara a ação repressiva. Dentre os acontecimentos relatados está o que envolveu um agente de saúde de Corumbiara, que, ao passar pela linha 155, ao lado do campo de futebol, foi preso e teve a

³⁴ Veja foto 11 no encarte.

moto destruída. Os assentados vizinhos testemunharam também posseiros sendo espancados enquanto pediam água.

Removidos do acampamento para o campo de futebol do PA Adriana, transformado em QG da PM, os posseiros ali ficaram até o final do dia, sem comer e sem beber água. As torturas continuaram, mesmo na presença da imprensa, do prefeito de Corumbiara e do vereador Percílio. O prefeito e o vereador estiveram no campo de futebol entre 15 e 16 horas daquele dia, e viram o preso (sem-terra) Sérgio ser chutado por um policial.

O jovem C., sobrevivente do massacre, em entrevista feita no dia 9/8/1998, afirmou: “Eu vi o Sérgio na hora que eles pegaram ele, eu vi. Eu vi um Toyota. Aí pegaram o Sérgio e fizeram pior que animal. Chegaram rápido, pegaram ele, ponharo num Toyota e foi mais quatro junto”.³⁵

Vários depoimentos dos posseiros comprovam a presença de Sérgio no campo de futebol, preso entre os camponeses, sendo espancado, depois retirado e jogado em um utilitário Toyota. Um jovem que estava preso ao lado de Sérgio disse que eles o mataram porque ele tinha reconhecido o policial que atirou no posseiro Odilon.

Sobre o desaparecimento do Sérgio, no recurso à Pronúncia, o promotor Ivo Scherer escreveu:

É certo, efetivamente, que o major não assumiu a execução de Sérgio, até porque sua autoria direta é atribuída aos pistoleiros arregimentados pelo fazendeiro Antenor Duarte do Valle, mas não é menos certo que entregou Sérgio a estes últimos quando já estava preso e amarrado por uma corda, impossibilitado de, já naquele momento, oferecer resistência.³⁶

Homens, mulheres e crianças foram impedidos de se alimentar, de beber água e de fazer suas necessidades fisiológicas. Ficaram ouvindo ameaças de

35 C., na época, tinha 17 anos e estava no acampamento com um irmão mais velho. Ele se emocionou muito ao falar do assunto, quando conversei com ele na igreja, após a missa dos três anos do massacre. No momento, estavam juntos a irmã e a mãe de C.

36 No dia 28/8/1998 estive no gabinete do Procurador Geral de Rondônia, Ivo Scherer, que me recebeu de forma muito simpática. Conversamos por um longo tempo e ele me disse que “temia por Rondônia, fosse qual fosse o resultado do júri”. Naqueles dias tramitava o requerimento solicitando o desaforamento do júri requerido pelos advogados dos sem-terra, e o procurador disse que era favorável ao desaforamento para Porto Velho.

morte, olhando para os mortos estendidos no chão, vendo companheiros sendo retirados e jogados em veículos que saíam e não voltavam. As crianças não podiam nem chorar em voz alta. Mães tinham de colocar a mão na boca das crianças para que elas não gritassem. Outras mães, separadas de filhos, ou maridos separados de esposas, viveram o desespero de não saber onde estava o seu ente querido, se vivo ou morto, e de não poder sequer perguntar. Via-se um amontoado de homens sentados, quase uns sobre os outros.³⁷

O próprio Major Ventura declarou, em seu depoimento, que ao voltar do acampamento dos posseiros para o QG, depois do despejo consumado, ali estavam cerca de 750 pessoas. Havia inúmeros veículos Toyota, ônibus, caminhões. Havia, ainda, segundo o major, civis portando armamento junto dos policiais; e também policiais pisoteando camponeses.

As mulheres e crianças foram trazidas para o QG e colocadas em caminhões. Ali, ficaram detidas por longas horas. Segundo muitas daquelas mulheres, foram momentos dolorosos. O caminhão deslocou-se mais cedo com elas e, chegando a Colorado do Oeste, foram levadas para o Centro Comunitário. Lá, ficaram até amanhecer o dia, sob vigilância. Não puderam saber notícias de seus maridos, filhos, outros parentes ou conhecidos que estavam no acampamento. O depoimento de Maria, mãe de Vanessa, mostra como foram tratadas.

Ali quando chegamos no Colorado, eles pegaram a minha filha e levaram para o hospital, diz que iam para o hospital. Naquela altura eu pensava que o meu marido também estava morto. Eles me levaram para a delegacia, o Romerito junto comigo. Depois levaram nós pro Centro Comunitário, lá estavam as mulheres. Aí eu fiquei lá... e já amanheceu o outro dia e eu não vi mais minha menina. Aí chegou alguém e avisou que iam enterrar a menina como indigente em Colorado. Eu pedi, eu gritei, eu chorei, eu queria ver a minha filha. Eles falaram que antes eu tinha que dar depoimento...

Os 355 presos que estavam naquele campo foram transportados amontoados em caminhões até a cidade de Colorado do Oeste. Quando saíram do QG, já estava escurecendo. O transporte foi a continuação do

37 Veja foto 1 no encarte. – Presos amontoados nos caminhões.

massacre. Os homens foram colocados uns sobre os outros dentro do caminhão e continuaram sofrendo ameaças. O posseiro Moacir Camargo já estava no caminhão quando levou um tiro que lhe traspassou o corpo. Como as estradas eram péssimas, os motoristas faziam questão de aumentar o sofrimento dos posseiros, em alta velocidade, dando solavancos e ferindo mais ainda aqueles corpos já machucados, famintos, sedentos, ameaçados.

Em Colorado do Oeste, cerca de setenta desses presos foram encaminhados à delegacia de polícia. Os outros foram confinados no Ginásio de Esportes.³⁸ Os presos que foram para o ginásio tiveram mais “sorte” – embora estivessem sob vigilância e não tivessem nenhuma assistência, não foram mais torturados fisicamente.

O padre José Maria,³⁹ depois bispo de Colorado do Oeste, chegou muito cedo ao ginásio e teve dificuldade para entrar – a polícia tentou impedir. Ele descreveu o que viu: homens e meninos sujos, ensanguentados, famintos, feridos, desesperados. O padre tomou providências para alimentá-los. A população da cidade foi muito solidária com os posseiros e rapidamente foram providenciadas roupas e alimentos para todos. Centenas de mulheres e crianças e cerca de 350 homens só tinham a roupa do corpo. Muitos, nem isso; estavam rasgados, sujos de lama e sangue. Muitos homens estavam sem camisa, pois elas foram usadas para proteger o rosto das crianças do gás lacrimogêneo. Tudo o que eles tinham foi queimado no acampamento.

Os cerca de setenta presos que foram levados para a delegacia de polícia sofreram mais ainda. Ali, mais uma vez, foram torturados cruelmente.⁴⁰ Tiveram que tirar as roupas e ficar só de cueca. As roupas e calçados eram

38 Veja fotos 13 e 14 no encarte.

39 Dom José Maria Pinheiro, entrevistado em 23/8/1998 em Guajará-Mirim.

40 Descrição de tortura (termo de inquirição folha 5901, autos) no inquérito: Ariovaldo Neckel de Almeida:

[...] Que o trio levou o depoente para os fundos da delegacia, onde havia uma veraneio abandonada e lá passaram a torturar o depoente, tentando obter alguma informação [...].

[...] Que nessa sessão teve sua mão direita apertada na porta da veraneio, e o dedo da mão direita, o médio, torado para retaguarda, chute nos órgãos genitais, nas costas, socos e pancadas simultâneas nos dois ouvidos, que lhe provocaram hemorragias [...].

amontoados em uma sala. O preso A. U. descreveu a cena, ocorrida quando avisaram sobre a chegada do advogado da CPT:

Nós era mais de setenta homens presos na delegacia, e todos tiveram de tirar as roupas e os calçados e ficar de “zorba”. As roupas e os calçados, a gente ia jogando em um monte dentro de uma sala. Nós passamos a noite assim, sem roupa, sem comer e ainda apanhando e sofrendo as piores humilhações. Tinha companheiro que estava todo roxo, de tanto levar bordoadas. Aí já tinha amanhecido o dia, já era tarde. Aí os policiais chegaram gritando: “Sai, sai, corre, corre, pega as roupas e veste e os calçado e calça, e é depressa, anda, anda, seus porcos lerdos!”. Ali era debaixo de chutes e socos e cada um pegava a primeira roupa e o primeiro calçado. Não podia procurar a sua ou outro que servisse. Nós ficamos igual palhaço. As roupas fediam de sujas de suor, de terra e de sangue. Eu fiquei muito desajeitado, porque vesti uma calça muito grande e num tinha cinto, aí tive que ficar segurando. Eles procuravam tudo quanto era modo de fazer a gente sofrer e ser humilhado. Não precisava nada daquilo. Nós era só uns coitados querendo terra pra plantar.

Os hospitais de Colorado do Oeste, Cerejeiras e Vilhena estavam lotados de posseiros feridos. Apenas Claudemir Gilberto Ramos, que corria risco de morte, porque tivera ferimentos muito graves (inclusive traumatismo craniano), resultados do espancamento que sofreu por parte de policiais e jagunços, foi deslocado do hospital de Vilhena para o hospital em Porto Velho. Ele esteve ainda sob risco de ser assassinado, tendo sofrido um atentado enquanto estava no hospital de Vilhena e outro enquanto estava em Porto Velho. Essas informações foram confirmadas pelo próprio Claudemir, em entrevista, no dia 17/8/1998, quando o visitei em sua residência.⁴¹

Para as autoridades, era considerado “ferido” o posseiro que apresentasse lesões graves, e principalmente ferimentos por projéteis de arma de fogo. Os que estivessem com mão quebrada, pés machucados, costelas quebradas, hematomas externos, escoriações, cortes em diversas partes do corpo e até grandes cortes na cabeça não eram considerados como feridos. Do lado dos policiais era o contrário, qualquer escoriação era considerada ferimento.

Quando os “despejados” chegaram a Colorado do Oeste, especialmente quando chegaram as mulheres e crianças, o Conselho Tutelar da Infância e

41 Veja foto 32 no encarte.

da Juventude, na pessoa de seu presidente, o professor Valdir de Lima,⁴² tomou providências. Logo na manhã do dia 10 de agosto, conseguiu alimentação, banho e roupas para aquelas pessoas. O Valdir, a esposa, as freiras e o padre fizeram chamadas pelo rádio, pedindo ajuda, e a população atendeu prontamente.

As notícias de que havia acontecido algo muito sério na Santa Elina começaram a circular no final do dia 9 de agosto, mas só no dia 10 é que o Brasil e o mundo se consternaram diante das imagens de Corumbiara. Aí vieram as explicações. Todos tentavam explicar o que era inexplicável.

O então governador do estado, Waldir Raupp, em seus discursos, culpou o Incra pelo massacre e imediatamente atribuiu aos posseiros a responsabilidade por terem “emboscado” os policiais que estavam “cumprindo ordens”. O governador, que foi omisso durante aqueles 24 dias em que poderia ter interferido, quando o pior aconteceu, transferiu culpas e responsabilidades.

Houve explicações do prefeito de Corumbiara, queixando-se de que não foi notificado da operação; explicações do comandante Geral da PM, dizendo que os policiais foram emboscados e que cumpriram o dever de proteger a propriedade. Escolhi, para ilustrar essas justificativas, o depoimento do Comandante Geral da PM de Rondônia Wellington Luiz de Barros, proferido em entrevista coletiva, no dia 10 de agosto, na cidade de Colorado do Oeste:

– Coronel, a PM já tem uma versão para todo esse incidente?

– Já. Ontem ocupamos a área, após o confronto com os posseiros [...], porque eu considero esse episódio, um episódio onde pessoas, até inocentes, pagaram com a vida. Agora, os verdadeiros líderes, as verdadeiras pessoas que fomentam isso, onde estão? Então, a Polícia Militar cumpriu a determinação da justiça.[...] Essa indústria da invasão, ela deve acabar no nosso país, não só aqui em Rondônia, mas no nosso país. [...] E vocês presenciaram isso ontem lá. Vocês registraram alguns episódios. E hoje nós temos um saldo aí de dois mortos na nossa Polícia Militar e onze policiais feridos. Nós temos, do lado dos civis, nove mortos, 53 feridos, 355

42 Entrevistado em 20/4/1998. Valdir, que reside ao lado do Centro Comunitário, juntamente com sua esposa, professora Diniz, prestaram muita ajuda aos posseiros naqueles primeiros momentos em Colorado do Oeste.

presos, 36 armas longas de fogo apreendidas com essas pessoas, 42 armas brancas, material de guerrilha, eles usaram uma verdadeira guerrilha. [...] Então a Polícia Militar, apesar de ter sido surpreendida por essa operação, nós conseguimos vencer. Vencer, graças ao amor dos nossos policiais, à dedicação e à coragem do Major Ventura, dos policiais aqui do 3º BPM, dos policiais de Colorado, de Cerejeiras, dos policiais militares da Companhia de Operações Especiais de Porto Velho que aqui estiveram. E assim eles executaram o seu dever e a sua obrigação, como assim eles juraram, na sua formação, dar a própria vida se preciso fosse. E assim eles deram. [...] Eu me sinto um comandante agradecido pela ação da tropa, satisfeito, não porque houve baixas dos dois lados. Nós protelamos essa ação durante um determinado período e tivemos que ir lá, mas essas pessoas não estavam assim tão preparadas para agir contra a nossa comunidade. A ação da Polícia Militar foi uma ação limpa. [...]

– Coronel, os organismos de defesa acusam a PM de exagero. O senhor acha que houve mesmo exagero por parte da PM?

– Exagero, meu Deus do céu, exagero? Nessa hora? Exagero de quem? Da Polícia Militar? Não. Eu não comungo com essa ideia, não aceito essa posição, porque agimos no cumprimento, no estrito cumprimento do dever legal de cumprir uma determinação judicial. E nós fomos emboscados, nós recebemos toda uma saraivada de tiros em cima dos nossos policiais. [...] A COE, quando entrou no campo, estava totalmente minado por atiradores de escol, atiradores preparados para matar, e não posseiros. Ali existiam elementos que estavam atirando em nós. Por que a Polícia Militar cometeu excessos? Essa é a pergunta que eu faço. [...] Agora, os nossos policiais têm a certeza e têm a confiança no comandante, porque cumpriram a determinação e foram homens de coragem, de lealdade, e destemidos do perigo. [...] Foi agressão da Polícia Militar? Não! Nós recebemos as primeiras balas! Tá policiais com tiros na cabeça, pernas e braços. Por que os atiradores não atingiam o peito deles? Porque estavam de coletes. Eu tenho as provas, com esses coletes aí, de que alguns levaram tiros nos coletes. Graças à eficiência desses coletes, a bala não chegou a atingir a parte vital do nosso policial militar. Agora na cabeça, temos um em coma agora em Porto Velho com a bala na cabeça. E aí foi a Polícia Militar? Pensem! Procurem falar realmente o que tiver certeza e não falar besteiras aí culpando a Polícia Militar. Eu não admito isso!

– Um incidente como esse não vai prejudicar o nome da instituição e mesmo do governo de Rondônia?

– De forma nenhuma! A atitude do governador, a atitude do governo do estado é legal, e nós agimos em defesa da propriedade, do direito à propriedade, assim diz a nossa Constituição. Então, a nossa participação foi íntegra, foi limpa, e o nosso governador fez tudo, ele... ele... ele... mobilizou todos os meios para que essas pessoas deixassem a terra sem precisar de intervenção no cumprimento do mandado judicial. O Governador mandou pra cá componentes do Inca, do

Iteron, dos organismos da área do Estado, mas ninguém quis obedecer. Vocês foram testemunhas lá, quando eles rechaçaram, que não queriam receber nós, quando eles não queriam o diálogo. Isso aí foi evidenciado! Então, por quê? A atitude do estado está legal, a atitude do governo do estado está legal, atitude da Polícia Militar, que é governo, está legal, também está legal! [...]

– Comandante, você fala em emboscada e homens preparados, esperando a Polícia. Havia alguém por trás disso, ou coisa dos posseiros mesmos?

– Não! Dos posseiros, não! Jamais dos posseiros! Os posseiros são vítimas também! Assim como a Polícia Militar também hoje é vítima dessa atuação! São pessoas daí, que não estavam lá, que articularam, colocaram esses atiradores para poder fazer isso. Infelizmente, eu não tenho as provas, não sei quem são eles. Mas se a justiça da terra não descobrir, a justiça divina vai descobrir quem foram os mandantes. Mas nós temos declarações de muitas daquelas pessoas que estavam ali, sofridas, ali naquela área, que uns pagaram com a vida, outros mutilados e outros sofrendo pelas agressões causadas por eles mesmos. Agora, quem são eles? É a pergunta que eu faço também!⁴³

No dia 10 de agosto, chegou a Colorado do Oeste a Comissão Externa de Representação da Câmara dos Deputados, composta pelos deputados Nilmário Miranda, do PT/MG, Presidente da Comissão dos Direitos Humanos; Emerson Olavo Pires, do PSDB/RO; Padre Roque, do PT/PR e Confúcio Moura, do PMDB/RO.

O deputado Nilmário Miranda ficou estarelecido com o que viu e, em entrevista, manifestou sua indignação ao afirmar que “se todos os despejos de ocupações de terra acontecerem como aconteceu na Santa Elina, o Brasil vai virar uma guerra”.⁴⁴ A comissão da Câmara Federal visitou o local da chacina, o Ginásio de Esportes, onde estavam os camponeses presos, inclusive aqueles que tinham passado a noite sendo torturados na delegacia de Colorado do Oeste. Os deputados também percorreram os hospitais, falaram com os feridos, conversaram com os familiares dos que estiveram na Santa Elina, e então fizeram um relatório.⁴⁵

A população de Colorado do Oeste e de toda a região ficou perplexa com o que assistiu, e deu muito apoio aos posseiros. Somente com a chegada

43 Esta declaração está no documentário.

44 Veja documentário no encarte.

45 O que mais se fez depois do massacre foram relatórios.

do advogado da CPT é que os posseiros puderam ser libertados. Eles saíram do Ginásio de Esportes desorientados, desiludidos, literalmente “sem lenço, sem documento”. Os que saíram da delegacia iam mais apreensivos ainda, pois tinham sido “fichados”. Para aqueles camponeses, sair dali com uma notificação de culpa e uma convocação para voltar a depor por ocasião dos inquéritos era motivo de medo e muita insegurança. Em 1998, encontrei “M”,⁴⁶ que afirmou ainda ter muito medo de que acontecesse alguma coisa com ele por ter sido “fichado”. Expliquei para ele e para mais alguns que aquele papel que lhes causava tanto incômodo já não tinha validade, porque o processo já havia terminado, e os sem-terra que ainda iriam a júri seriam somente Cícero e Claudemir.⁴⁷

Ainda em 10 de agosto, quando começaram a chegar as autoridades, comissões e representantes de segmentos organizados da sociedade, a CPT colocou o seu advogado para providenciar a liberação dos presos, e a OAB local também se mobilizou, a fim de impedir a continuação das arbitrariedades contra os posseiros. Naquele momento, apareceram todos os que se omitiram nos 25 dias anteriores.

Os camponeses libertados do Ginásio de Esportes foram encaminhados à Igreja Matriz de Colorado do Oeste. Ao chegarem lá, a primeira coisa que fizeram foi procurar seus familiares, amigos e conhecidos, pois durante todo o tempo em que estiveram detidos, não puderam ter notícias. Eles não tinham sequer seus documentos pessoais, foram queimados no acampamento.

Centenas de trabalhadores estavam ali apenas com as roupas do corpo, mas a solidariedade das pessoas da região logo minimizou essa carência. Depois de libertos, os que deram por falta de seus familiares começaram uma busca desesperada. Só aos poucos foram encontrados os que tinham escapado pelo mato e que procuravam os parentes. Muitos dos que conseguiram fugir continuavam a se esconder por medo. Foi o caso de quatro

46 Estive na residência do mesmo no dia 12/8/1998. Ele estava na Santa Elina com a esposa grávida, e tem verdadeiro pavor de falar sobre o ocorrido, pois acredita que a qualquer momento a polícia vai bater na sua porta. Depois da conversa, voltei para a casa do Jair, que era meu anfitrião no assentamento Nova Vanessa. No outro dia bem cedo chegou lá o “M”, que queria conversar mais para entender melhor as coisas, pois, segundo ele, eu lhe tirara um peso das costas.

47 Ver foto 29 no encarte.

jovens que ficaram no mato por três dias, e suas famílias chegaram a pensar que estavam mortos. Sem dúvida, foi difícil para as vítimas de Corumbiara a procura pelos desaparecidos.

Os posseiros mortos não puderam ser velados por seus parentes, e até mesmo a identificação era dificultada. Dona Maria enfrentou muita resistência para recuperar o corpo da filha Vanessa, que seria enterrado no patrimônio do Guarajus, onde residiam anteriormente.

Quando dona Maria, com a ajuda dos familiares e do advogado da CPT, conseguiu liberar o cadáver da filha, já era final do dia 10. Aí, começou outra dificuldade. Para transportar o esquife, contrataram um automóvel de aluguel, mas o carro quebrou no meio do caminho. Pararam então um ônibus que passava pelo local, e o motorista consultou os passageiros sobre a possibilidade de mudar o itinerário e passar pelo Patrimônio. Os passageiros concordaram, e a viagem continuou. Claudete, cunhada de D. Maria, disse que foi tudo muito triste. O corpo já exalava mau cheiro, e muitas pessoas pediram para que o ônibus parasse para saltarem antes do destino.

Esse e outros acontecimentos denotam o sofrimento daquelas pessoas e a falta de respeito por parte das autoridades. Não houve empenho em identificar os mortos, e ainda dificultavam o acesso daqueles que procuravam desaparecidos.

O sr. Raimundo, pai de Sérgio, procurou pelo filho na delegacia, no Ginásio de Esportes, nos hospitais e no necrotério, olhando cada rosto de homem ferido e cada morto à sua procura. Raimundo sabia que Sérgio estava entre os presos – o vereador Percílio lhe dissera que o vira sendo chutado no campo de futebol por um policial. Raimundo sabia também que seu filho tinha sido retirado separadamente, antes dos outros presos. A busca durou 18 dias. Por 15 dias Sérgio estivera desaparecido. Quando o corpo foi encontrado, enterraram às pressas como indigente. Quem avisou ao advogado José Francisco Cândido sobre o aparecimento daquele corpo e sobre as circunstâncias do sepultamento foi a proprietária da funerária,⁴⁸ que havia realizado o enterro. Só depois da exumação, a busca do sr. Raimundo acabou.

48 A proprietária da Funerária Vilhena foi entrevistada pela primeira vez em 7/10/1997.

A dona da funerária confirmou o que muitas famílias já me haviam dito – que os corpos dos sete sem-terra e do H05⁴⁹ vieram para Vilhena e ficaram jogados no necrotério do hospital. Não foi feito esforço para a identificação e não permitiram que se fizesse um velório ou um enterro decente. Todos foram enterrados em silêncio e sem acompanhamento.

No dia 10, muitos camponeses, ao saírem do Ginásio de Esportes, não quiseram ir para a igreja. Estavam apavorados e tinham medo de tudo. Conheci pessoas que foram para casas de parentes, e só se animaram a se juntar aos outros depois que o grupo foi para o novo acampamento, nos arredores da cidade,⁵⁰ na esperança de serem assentados. Afinal, o acampamento de Colorado do Oeste, por mais precário que fosse, estava a salvo dos ataques dos guaxebas ou de policiais, pois se tratava de uma “invasão legal”.

No começo, aquele novo acampamento foi uma espécie de bandeira para os movimentos; eram muitas as visitas. Mas à medida que os dias foram passando, as semanas se transformando em meses, a situação foi se modificando, e depois de quatro meses aquelas pessoas já estavam outra vez abandonadas. Enquanto isso, o Incra desapropriava, comprava e arranjava área para assentar aquele povo, mas de concreto pouca coisa se via. Só no final do ano é que as famílias começaram a ser deslocadas para os assentamentos. O primeiro grupo, que se deslocou para a fazenda Guarajus, lá ficou acampado por vários dias, em condições muito piores que as de Colorado do Oeste.

Nos casos de violência no campo, torna-se evidente que os que praticam violência contra os trabalhadores, contra religiosos, advogados, enfim, contra os que questionam o latifúndio, têm certeza da impunidade. Na Santa Elina não foi diferente, porque Antenor Duarte e o seu capataz José Paulo estão impunes, apesar da ostensiva participação de ambos em todo o processo que culminou no massacre de Corumbiara.

49 HO5 se refere ao corpo não identificado, mas que durante o júri foi chamado de “posseiro”, “sem-terra”, “invasor”. No entanto, ele poderia ser um jagunço ou um guaxeba.

50 Veja fotos 21 e 20 no encarte.

Na investigação dos fatos, a Justiça ignorou ou desqualificou os depoimentos dos posseiros e de todos que os apoiam, inclusive do bispo Dom Geraldo Verdier, do padre, dos vizinhos etc. Prevaleceu a voz dos próprios policiais e dos fazendeiros. Apesar de tudo, o massacre de Corumbiara teve repercussão nacional e internacional, tornando-se um marco definitivo na história dos quinhentos anos de luta no campo.

Ainda há pessoas doentes, morrendo ou sem poder trabalhar por causa das lesões sofridas. As viúvas e os órfãos permanecem desamparados. Alguns continuam desaparecidos.

Depois de Corumbiara, veio Eldorado dos Carajás. Quantas mortes mais serão necessárias para que aconteça a reforma agrária no Brasil? Esta é uma pergunta ainda sem resposta neste início de terceiro milênio.

2.3 QUEM ESTAVA NO ACAMPAMENTO DA SANTA ELINA?

Quantas pessoas foram para a Fazenda Santa Elina durante aqueles 25 dias? Precisar o número de pessoas que lá estavam foi impossível. Cícero calculou que eram em torno de 600 famílias, cerca de 2.300 pessoas. O deputado Daniel Pereira disse que eram mais de 1.500 pessoas. O jornalista Ozias Labajo falou em 1.200. O posseiro A. U., que era um dos apontadores, contou 1.800 pessoas. O Capitão Mena Mendes afirmou que eram entre 200 e 220.⁵¹ O relatório da comissão de negociações, feito pelo presidente do Iteron, Roque José de Oliveira, mencionou aproximadamente 700 pessoas. Como a comissão esteve no acampamento no dia 31 de julho,⁵² teve a oportunidade de constatar a quantidade de pessoas que estavam ali.⁵³

51 Em seu depoimento no júri, ao “explicar” o que aconteceu no dia 19/7, quando houve uma tentativa de retirar os posseiros, o capitão disse que o número de posseiros era estimado em 200 a 220 pessoas, envolvendo mulheres e crianças. É certo que depois desse dia muita gente se juntou aos posseiros. A. U. disse que quando eles rechaçaram a polícia no dia 19, o boato correu e muita gente se animou a ir para a Santa Elina, e então chegaram muitas famílias.

52 A comissão esteve no acampamento no dia 31. Depois disso, muitas pessoas ainda foram para o acampamento, portanto o número mencionado pelo então presidente do Iteron corresponde à realidade daquele dia.

53 Fazia parte desta comissão designada pelo governador: Édio Antônio de Carvalho, secretário executivo do Palácio do Governador; Santiago, representante do Incra; Daniel Pereira, deputado estadual pelo PT; e Roque José de Oliveira, presidente do Iteron. O vereador Nelinho acompanhou a comissão quando ela esteve no acampamento.

As fotos e filmagens feitas no dia 8 de agosto, que focalizam os camponeses em volta do acampamento, mostram muita gente.⁵⁴ Eram jovens, em grande número, adultos, velhos e muitas crianças.

No caderno onde os camponeses faziam as anotações dos nomes à medida das pessoas que iam entrando no acampamento, constam 527 nomes.⁵⁵ As anotações seguiam um roteiro: quando se tratava de família, anotava-se o nome do pai, o nome da companheira e o número de filhos; às vezes, colocava-se o nome dos filhos e a idade. Na maioria dos casos, anotava-se também o número do RG. Todos os nomes eram seguidos da indicação do estado civil: casado, solteiro, viúvo ou desquitado. Diante de seis nomes, aparece a expressão “mãe solteira”. Dessa lista, 213 foram presos e autuados em flagrante, mas outros 169, que também foram autuados, não estão nessa lista. Dos presos que constam, 44 não foram para o acampamento de Colorado do Oeste. Entre os 532 nomes da lista, ao copiar e checar, descobri 32 que estavam repetidos.

O caderno de anotações, com a lista de nome dos acampados, é o único documento feito pelos próprios posseiros. As anotações foram feitas por várias pessoas, pois a caligrafia muda, no mínimo, quatro vezes. Segundo A. U., esta lista é verdadeira, mas ela pode estar incompleta, pois, às vezes, havia família com filhos adultos e os nomes não eram anotados. Em outros casos, ele mesmo não soube explicar por que os nomes não constavam. A lista foi feita dentro do acampamento e era conferida a cada três dias, mas, segundo Cícero, nos últimos três dias a lista não foi conferida e nem foram acrescentados outros nomes. A última anotação é do dia 6 de agosto. Ou seja, eles não tinham certeza de quantas pessoas estavam lá, nem mesmo sabiam o nome de todos. Encontrei no PA Guarajus E. M., casado e com filhos, que estava na Santa Elina com a família. Ele apresentava marcas de tortura e seu nome não está na lista. Outro exemplo é Claudemir Gilberto Ramos,⁵⁶

54 Veja fotos 6 e 7 no encarte.

55 Quero registrar que os documentos dos posseiros e todos os seus pertences, roupas, colchões, papéis, foram queimados no acampamento, inclusive uma bíblia, mas o caderno de anotações está intacto, anexado aos autos.

56 É réu junto com Cícero Pereira Leite Neto.

que estava na mobilização. Ele esteve todo o tempo no acampamento, foi torturado, porém seu nome também não consta na lista. Dos nomes dos coordenadores, só consta o de Cícero Pereira Leite Neto, que residia, na época, em Ouro Preto (RO) e deslocou-se para Corumbiara especialmente para coordenar a ocupação, desde o início da mobilização. Cícero era uma espécie de relações públicas entre os posseiros, ele esteve presente o tempo todo, participou de todas as tentativas de negociação, do primeiro confronto com a polícia, no dia 19 de julho; da movimentação do dia 31, quando esteve no acampamento a comissão de negociações do governo, e do episódio do dia 8 de agosto, quando, após a chegada da PM, Cícero foi um dos que conversaram com o major, junto com os posseiros Felipe e Danielzinho. Na madrugada do dia 9 de agosto, Cícero escapou do massacre fugindo pelo riacho. Na fuga, machucou o joelho. Depois de escapar, Cícero imediatamente procurou avisar a Irmã Terezinha de Colorado do Oeste e outras pessoas sobre os acontecimentos daquela madrugada. Cícero tem grande experiência nesse tipo de atividade, pois fizera parte da coordenação estadual e nacional do MST. Em 1996, ele ajudou a criar o MCC e fez parte da coordenação por dois anos.

Na lista de Colorado havia nomes de pessoas que não estiveram no acampamento de Santa Elina: “seriam assentados quando o Incra cortasse a terra”. Assim, é possível que haja na lista nomes de pessoas que não estiveram no acampamento da Santa Elina. Foi o caso de Eurandi Ribeiro da Silva⁵⁷ e de Maria da Glória Alves Silva,⁵⁸ assentados no PA Américo Ventura e Guarajus, respectivamente. Ambos entraram depois, no acampamento de Colorado do Oeste. Eurandi é pastor evangélico e dona Glorinha (Maria da Glória) é viúva e tem seis filhos.

Na lista feita no acampamento constam 232 nomes de solteiros, provavelmente jovens, quase meninos, que foram para a Santa Elina em busca de terra para começar suas famílias. Dos 500 nomes listados, 217 estiveram presos no QG da PM no campo do PA Adriana. Depois do massacre, nem

57 Entrevistado em 25/9/1999.

58 Entrevistada em 18/4/1998.

todos foram para o acampamento de Colorado do Oeste, apenas 315 nomes aparecem na lista do acampamento da Santa Elina e na lista feita pelo Inca no acampamento de Colorado do Oeste.

Na lista dos presos também aparecem nomes de pessoas que não estão na lista dos acampados da Santa Elina. Um caso exemplar é o de C. A. H., que foi ao acampamento no dia 8 de agosto, antes da chegada da PM, para visitar amigos. Não conseguiu sair, foi preso e torturado.

O grande número de jovens no acampamento⁵⁹ confirma o que Maria, mãe de Vanessa, disse: “A mobilização foi fácil, um ia um falando pro outro e fez-se uma rede; e foram muitos parentes”. De fato, são muitos os grupos de parentes. Por exemplo: Nelci, Jacir e Genacir eram irmãos. Nelci morreu no massacre e os irmãos estão assentados no PA Guarajus. I. e E. M., também irmãos, ela casada e ele menor de 21 anos – ela foi presa e ele fugiu pelo mato. No caso de outros dois irmãos, ambos solteiros, de iniciais A. R. S., o mais velho fugiu pelo mato e o segundo, de 17 anos na época, levou um tiro e esteve muito mal. Só o nome do primeiro aparece na lista feita no acampamento. Os dois residem atualmente no lote da mãe, no PA Adriana. A. R. M. estava com o pai e mais dois irmãos. Os irmãos C., por sua vez, foram ambos presos e torturados. O mais jovem, que na ocasião era menor, vive com os pais em um sítio na linha 2, perto de Corumbiara, e o mais velho é assentado em Theobroma.

E. R. R. estava com três primos solteiros; E., um dos primos, está atualmente assentado no PA Guarajus. Os irmãos Pagani e os irmãos Pedra também estão no PA Guarajus. Darli Martins estava com o irmão mais velho; o irmão fugiu pela mata e Darli ainda está desaparecido. Eu poderia enumerar muitos outros exemplos de parentes, sobretudo de amigos e conhecidos.

Segundo informações de Cícero P. L. Neto e de outros, seria difícil os fazendeiros terem infiltrado jagunços no acampamento, porque todos se conheciam ou pelo menos “era conhecido de alguém”. Cada um que quisesse

⁵⁹ É prática comum na região os jovens se casarem muito cedo. Encontrei muitos casos em que o casalzinho, com dificuldades para fazer um casamento formal, foge e passa uma noite no mato. Quando são “encontrados” a relação já está consumada, aí todos aceitam a união.

entrar lá tinha de ter um conhecido que o apresentasse. Mas esta afirmação de Cícero é questionável, visto que ele mesmo reconhece que nos últimos três dias não foram checados os nomes e não foi acrescentado mais nenhum nome à lista. Eu entrevistei pessoas que estavam no acampamento no dia 7 de agosto e um que chegou pela manhã do dia 8, cujos nomes realmente não constavam da lista.

Os nomes próprios, dentro do acampamento, tinham pouco significado, pois lá os homens eram identificados por apelidos. Para aqueles trabalhadores, assim como acontece em muitos acampamentos, a substituição do nome por apelido não significava desistir de sua identidade – era, sim, uma estratégia de sobrevivência. Pessoas ligadas às artes, muitas vezes, usam pseudônimos, algumas para esconder a identidade, outras por não gostar do próprio nome e outras até por exigência da profissão. Então, normalmente, os pseudônimos têm a função de resolver questões de âmbito pessoal, social ou profissional, o que costuma ser feito e aceito com naturalidade. O mesmo acontece entre os sem-terra, ao se reunirem em um acampamento. Para eles, a utilização do pseudônimo é traço cultural e é também uma necessidade. Entre eles esta questão está muito bem resolvida; no entanto, no processo-crime intitulado “Caso Corumbiara”, todas as vezes em que se fez referência ao apelido de um camponês, havia certa conotação pejorativa. Por exemplo, o promotor Tarcísio Leite, na sessão do júri do dia 21/8/2000, disse que “eles perdiam a identidade ao entrarem no acampamento”.

O espaço do acampamento é um lugar especial, com normas próprias que diferem de qualquer outra organização. Tais normas, que são muitas vezes tácitas, como é o caso dos apelidos, têm a finalidade de protegê-los das forças que enfrentam e funcionam como um código para identificação de sujeitos que compartilham uma situação conflitante, que a todos afeta indistintamente. Todos participam da estruturação do acampamento, objetivando o bem-estar do grupo e visando demonstrar também que existem outras formas possíveis de organização social. É uma organização onde os bens materiais, que são parques, são compartilhados, assim como são compartilhadas as responsabilidades e as apreensões. A estruturação do espaço no acampamento reflete a perspectiva de resistência: barracos

construídos muito próximos uns dos outros; preservação das árvores mais altas; proximidade de um curso d'água; e, sobretudo, a proximidade de um espaço de segurança (no caso, o PA Adriana). Os apelidos, da mesma forma, são parte da configuração específica do acampamento.

De acordo com os entrevistados, no acampamento Santa Elina todos os homens tinham apelidos. Uns receberam assim que chegaram e outros já os traziam.⁶⁰ Isso faz parte de uma estratégia de segurança e proteção contra perseguições por parte dos jagunços e guaxebras,⁶¹ que espionam os acampamentos a mando dos fazendeiros. Em certos casos, até as pessoas mais próximas e íntimas utilizam o apelido cotidianamente e, muitas vezes, o nome civil permanece desconhecido pelos demais. Em alguns casos, os apelidos tornam-se verdadeiros nomes de guerra desses camponeses.

Foi possível identificar alguns apelidos e agrupá-los segundo sua carga significativa:

- a - Alguns estão relacionados ao lugar de origem: Maranhão, Paraíba, Goiano, Ceará, Baiano, Gaúcho, Carioca, Sulino etc.;
- b - Em maior número estão aqueles relacionados a alguma habilidade ou característica da pessoa: Cambota, Quebra-Mola, Boca, Preguiça, Negão, Preto, Risadinha, Risão, Tirinha, Branco, Queixada, Pezinho, Pezão, Polaco, Galego, Gordinho, Topa-Tudo, Jabá, Trovão, Raiban, Marronzinho, Quato-Zói, Vêi-do-Oclo, Magrelo, Dentinho, Baixinho, Bigode, Azedo, Zoreia, Toquinho, Anzol, Azulão, Beijo, Palito, Diabo Loro, Barba-Rala, Marrom, Repicado, Molambo, Pontaria, Animado, Fanhoso, Caveira, Arame, Corisco, Bico-de-Papagaio, Rebolado, Ponteiro, Pontaria, Topete, Bolacha, Tempestade, Biscoito, Pagode, Rapiado, Nó-Cego, Careca, Tocera, Fininho, Folha-Seca, Tutu, Bigode-de-Ouro, Quebra-Ferro, Bafão, Xarope, Berruga, Vampiro, Gringo,

60 Os mobilizadores eram: Buriti, Pantera, Quebra-Mola e Topa-Tudo.

61 Perguntei ao Padre de Colorado do Oeste qual a diferença entre jagunço e guaxebrá e ele ensinou-me que o jagunço é um “fiel servidor” do fazendeiro e o guaxebrá é aquele que é “chamado” para executar uma tarefa específica, por exemplo, executar um inimigo. O Padre ainda disse que o guaxebrá é aquele que “ninguém chora por ele”; “ninguém o procura”; “não tem raízes”.

Seboso, Gogó, Arretado, Bafo-de-Onça, Banguelo, Arisco, Cabeça-de-Fogo etc.;

- c - Outros apelidos estão relacionados ao próprio nome, surgindo como abreviaturas, diminutivos, aumentativos ou outros tipos de derivação: Juju, Zique, Gê, Cido, Ninha, Paulão, Tonho, Tonhão, Dê, Tião, Chico, Paulinho, Du, Biro, Bera, Zezé, Zeca, Beto, Quim, Dinho, Nando, Xan etc.;
- d - Há também aqueles que estão relacionados a nome de animais: Búfalo, Pantera, Coró, Da Gata, Sapo, Sabiá, Juriti, Inhambu, Serelepe, Cupim, Jiboia, Jacu, Gambá, Pica-Pau, Lava-Pé, Formiga, Queixada, Socó, Porquinho, Porcão, Passarinho, Tiú, Saracura, Tigre, Marreco, Gafanhoto, Urutu, Bem-te-vi, Cobra-Choca, Tartaruga, Carrapato, Cutia, Urutau, Jararaca, Tamanduá, Lesma, Bacurau, Taturana, Lesmão, Piolho, Calango etc.;
- e - Outros apelidos são expressões estranhas que formam um grupo à parte: Panelão, Tucura, Nenê, Maninho, Pessoa, Bicho-Ruim, Negão da Arapuca, Fie, Anjim, Mingau, Forreca, Tiubila, Choque, Boi Ralado, Mancebo, Taxi, Lamparina, Camburão, Tato, Rosca, Sebo, Chapéu Grande, Camisinha, Pipoca, Lequera, Zonzo, Treco, Xeréu etc.;
- f - Há também alguns que se relacionam a plantas: Goiaba, Banana, Bacuri, Repoi, Cebola, Tomate, Aroeira, Bacaxi, Peroba, Pepino, Feijão, Carço etc.;
- g - Por último, há aqueles apelidos que estabelecem relações com personagens e personalidades conhecidas: Lampião, Mazaroppi, Tarzan, Chapolim, Madruga, Chita, Corisco, Cridi, Estone, Xuxa, Bill, Batman, Zorro etc...

São muitos os apelidos, uns óbvios, outros engraçados, outros estranhos. Alguns ainda se orgulham do novo nome, mas existem aqueles que procuram esquecer-lo, assim como querem esquecer o que ocorreu na Santa Elina. Foi o caso do A.;⁶² quando perguntei qual apelido ele tinha no acampamento, ele respondeu que era Lavapé. Perguntei por que e ele disse: “eu sou miúdo

62 Entrevistado em 25/5/1999 em sua residência, no PA Américo Ventura.

e ligeirinho feito uma formiguinha”. Em seguida, A. disse que preferia esquecer o apelido, assim como gostaria de esquecer que estivera na Santa Elina e depois “o que sofreu nas mãos da polícia”.

É importante ressaltar que no acampamento existia um grande número de mulheres e crianças e, especialmente, uma grande quantidade de jovens. Eis um novo fenômeno social que ainda não está recebendo a atenção que merece. O conflito da Santa Elina ilustra muito bem este novo fenômeno – *novu* em todos os sentidos.

No caderno de anotações, anexado ao IPM, aparecem 500 nomes – destes, 267 eram de solteiros. O que se pode inferir é que havia muitos jovens no grupo, porque, segundo um deles, “aqui nós casa novo; não tem o que fazer, então é bom ter uma companheira”. Um exemplo de que se casam muito cedo é o filho do Quebra-Mola. O garoto, que só tinha 16 anos na época, foi para a Santa Elina participar da ocupação juntamente com a esposa. Outro registro que comprova o número de jovens é a lista dos presos encaminhados à delegacia de Colorado do Oeste, onde consta que 49 deles eram menores de 21 anos.

O número de jovens presos, feridos e mortos só não foi maior porque, segundo eles, conheciam muito bem a área, pois a maioria era dali de perto, filhos de assentados do PA Adriana, dos assentamentos Verde Seringal e Vitória da União e das linhas próximas.⁶³ Desse modo, o conhecimento da área, a agilidade de se locomover sozinhos e o espírito de sobrevivência os levaram a correr em direção à derrubada⁶⁴ assim que começou o tiroteio. Tiveram, por isso, a chance de escapar ilesos, enquanto muitos foram presos, torturados e mortos.

Dentre as entrevistas com os sobreviventes de Corumbiara,⁶⁵ destaquei alguns depoimentos de jovens, que na época eram quase meninos.⁶⁶ Estas

63 São chamadas de “linhas” ou “travessões” as estradas numeradas. Na década de 1970, o Incra dividiu Rondônia em vários setores, e os setores eram subdivididos em lotes de cerca de 2.000 ha. Muitas divisas entre os lotes e os setores acabaram se tornando estradas – são as “linhas” (veja Figura 1).

64 Área preparada para plantio.

65 Em pesquisa de campo nos anos de 1998 e 1999, entrevistei mais de 100 sobreviventes do massacre. Todos os relatos são muito coerentes e as informações são coincidentes.

66 Não são citados os nomes para preservá-los. Alguns não quiseram que seus nomes aparecessem, pois ainda temem represálias.

são respostas de alguns desses jovens à seguinte pergunta: “Por que você foi para a Santa Elina?”

- A terra do pai é coisa pequetita, não dá nem pra ele trabalhar.
- Eu, o meu primo e meu irmão, nós pensamos, quando a gente invade, primeiro tem a luta, entra, sai, volta. As polícia vêm, o povo sai, o povo volta, até que o Incra desapropria, corta os lotes e entrega, aí nós já é de maior. No Adriana, foi quatro anos assim.
- O pai morreu lavrando a terra de meia e eu não queria isso pra mim.
- Aqui na Corumbiara e Cerejeira, ou você entra na terra ou some no mundo, não tem outra coisa pra fazer.
- Nós não quer ser escravo de fazendeiro.
- As coisas que eu sei fazer é a lida na roça, mas cadê a terra?
- Eu fico de cá dessa cerca e olho aquela fazendona, aquele mundão de terra à toa, dá vontade de cortar a cerca e...
- A cerca, nós rebenta ela, senão a fome rebenta nós.
- O governo precisa entender que nós só quer a terra, a gente não quer guerra.
- Tem fazenda aqui que pode andar pedaço do dia na beira e não vê nem uma vaca.
- Eu nasci aqui e já nasci sem terra.
- Nossa Senhora! Só um pedacinho dessa terra nós fazia o futuro!
- Nós precisa de terra e como nós não tem dinheiro pra comprar...
- Os fazendeiros e os grileiros invadiram primeiro.
- O meu pai tinha terra lá no Paraná, mas perdeu e veio pra cá. Pensou que aqui tinha jeito de ter terra de novo. Coitado! Morreu sem terra, e eu já nasci sem terra.
- Só rapaz novo, colega e amigo meu, nós veio pra mais de cinquenta no acampamento da Santa Elina.
- Trabalhar de emprego não é seguro, seguro mesmo é a terra.
- O povo acha incrível pagar renda pro fazendeiro e ele ter terra parada, não aproveita, não cria nem boi, nem índio. Até os índio eles mataram.

Assim se sucederam muitas horas de conversa. Muitos têm dificuldade de se expressar verbalmente; no entanto, sabem muito bem o que querem e, sobretudo, o que não querem para suas vidas. Os fragmentos que reproduzi acima revelam parcialmente os motivos que levaram tamanho número de jovens ao acampamento. Ao conversar com eles, pude perceber a grande preocupação que têm com o futuro e com a segurança da família que estão começando a formar. Nas suas atitudes está presente um profundo sentimento de solidariedade. Um deles, ao referir-se ao encontro com dona

Maria, perdida e desorientada pela mata com Vanessa (6 anos) e Romerito (8 anos), relatou: “Eu já tinha vazado no mato e podia ter fugido, mas aí eu vi uma mulher com uma menininha morta nos braços e outro piázinho agarrado nela, aí eu fui ajudar”. Outro jovem (com 16 anos na época do massacre) acrescentou: “Eu voltei pra ajudar e levei um tiro, quase morri...” – e mostrou as cicatrizes dos ferimentos.

São esses os motivos que levaram tantos jovens à luta e até à morte em Rondônia. Tratá-los como bandidos ou marginais é uma forma de fugir da questão, de não resolver o problema secular do acesso à terra no Brasil. No acampamento havia um número muito grande de jovens querendo começar sua vida com um pedaço de chão, buscando tornarem-se independentes e construir a sua própria família. – mesmo sonho sonhado por milhões de camponeses brasileiros em luta.

Capítulo 3 - O sonho não acabou

“Imagine no possessions
I wonder if you can
No need for greed or hunger
A brotherhood of man
Imagine all the people
Sharing all the world...
You may say I'm a dreamer
But I'm not the only one
I hope someday you'll join us
And the world will live as one.”

John Lennon

A ocupação da Fazenda Santa Elina teve como um dos pontos mais frágeis a falta de apoio externo. O contrário ocorreu com os fazendeiros, que contavam com a conivência do Estado. Quando encontraram alguma resistência, agiram com violência. Os camponeses que estavam na Santa Elina nada podiam fazer em defesa própria, a não ser mostrar firmeza na

decisão de permanecer na terra; eles acreditaram também que o grande número de pessoas envolvidas pudesse representar um componente social a seu favor.

No acampamento, os posseiros se organizaram e resistiram; fora dele, as pressões intensificaram-se em todos os níveis e foram poucas as vozes que se levantaram para defender aquela ocupação. Uma das vozes mais importantes foi a do vereador Manuel Ribeiro (Nelinho), que “pôs a boca no mundo”.¹ Porém, mesmo Nelinho sabia que pouco poderia fazer diante daquela avalanche de poder que, no final, “soterrou” sua própria vida.²

A comissão de negociação, formada por ordem do governador a pedido do deputado Daniel Pereira, com representação dos órgãos da área, poderia ter solicitado imediatamente a suspensão da liminar de manutenção de posse, mas não o fez. A comissão esteve no acampamento dia 31 de agosto e pouco fez para impedir o massacre que já se anunciava.

O deputado Daniel Pereira afirmou por diversas vezes que a comissão não teve tempo suficiente para agir. De certa forma, isso procede; contudo, no pouco tempo que teve, não fez o que seria o mais simples – tentar o recurso contra a liminar de manutenção de posse.

Os vizinhos, moradores do assentamento Adriana, fizeram tudo o que podiam dentro das suas limitações. Sebastião Sobrinho, suplente de vereador, que residia no lote limítrofe ao campo de futebol da área coletiva do assentamento, foi preso na véspera do massacre e ficou detido durante 66 dias.

A ocupação da Fazenda Santa Elina foi a maior que já houve na história de Rondônia em número de pessoas, mas isso não foi suficiente para garantir a vitória. De pouco serviu também toda a experiência dos coordenadores, pois estavam fragilizados pela falta de apoio externo.

1 Declaração de José Francisco Cândido.

2 Muitas pessoas que conheceram o Nelinho acreditam que sua morte tem alguma relação com sua luta contra o latifúndio. O contratador dos pistoleiros que o assassinaram, o vereador Percílio, assumiu toda a responsabilidade pelo crime, mas as suspeitas sobre suas ligações com o latifúndio aumentaram quando, em 9/5/1998, por ocasião das oitavas, Percílio testemunhou a favor do fazendeiro Antenor Duarte do Valle.

Nada disso, no entanto, justifica aquela ação brutal de policiais e jagunços contra trabalhadores desarmados, desmobilizados e confiantes nas palavras das autoridades e do próprio comandante da operação. Desarmados, sim, porque as armas que foram apreendidas com os posseiros eram insignificantes³ diante do arsenal bélico dos policiais e jagunços. Embora o comandante da Polícia Militar de Rondônia tenha dito que os posseiros estavam fortemente armados, tinham táticas de guerrilha e atiradores de escol, nunca pôde apontar esses atiradores nem mostrar quais seriam as táticas de guerrilha. Além disso, as armas recolhidas no acampamento dos posseiros contradizem suas afirmações. O comandante afirmou também que a polícia foi emboscada, comentário também endossado pelo governador. Mas está claro que houve uma inversão dos fatos – emboscados foram os camponeses, que estavam em seus precaríssimos lares quando foram atacados de madrugada e não tiveram tempo sequer de se defender. Também foi uma emboscada o assassinato de Nelinho, atacado, ferido e morto por pistoleiros quando entrava em sua residência, tempos depois.

As autoridades de Rondônia, contudo, insistem em dizer que os policiais foram emboscados, que os “invasores” eram guerrilheiros e tinham casamatas dentro do acampamento. É obvio o esforço que estas autoridades fizeram para transferir a responsabilidade do massacre para os próprios sem-terra. Tanto isso é verdade que, quando ficaram prontos o IPM e o IPL, foram indiciados quatro camponeses acusados de todas as mortes que aconteceram naquele dia, e, também, de cárcere privado. Para o juiz, quatro homens encarceraram mais de duas mil pessoas naquele acampamento localizado no mato.

O próprio Comandante Geral da PM, em seu discurso, lança dúvida sobre a culpa de Cícero e Claudemir, pois afinal os dois estavam dentro do acampamento o tempo todo. Claudemir foi preso e sistematicamente torturado. O coronel diz, com todas as letras, que os posseiros são vítimas, e coloca os policiais na mesma condição de vítimas. Não concordo com as palavras do coronel, mas, de certa forma, naquele campo lutavam, entre

3 Veja foto 10 no encarte.

si, vítimas de um modelo político e econômico cujas formas de se impor são brutais. O conflito na Santa Elina foi semelhante a muitos outros que aconteceram ao longo destes quinhentos anos de ocupação capitalista do território brasileiro. O massacre de Corumbiara tornou-se um emblema, assim como o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido oito meses depois.

Os dois casos obtiveram grande repercussão. Constituem marcos definitivos na longa história de luta dos trabalhadores e na longa história de repressão a eles. Marcam, de forma objetiva e definitiva, o pacto das elites latifundiárias no Governo Fernando Henrique Cardoso. Os dois episódios foram considerados massacres não só pelo número de vítimas mas pelas circunstâncias em que se deram. O ocorrido em Eldorado dos Carajás não foi maior nem menor que o de Corumbiara, mas teve e tem muito mais visibilidade midiática, sobretudo pela ação do MST e de outros movimentos e organizações de defesa dos direitos humanos.

A imprensa e as pessoas, de um modo geral, costumam considerar como vítimas somente os que morreram; mas vítimas são também aqueles obrigados a ocupar a terra, como meio de obter o acesso a ela, e, em consequência disso, podem ser torturados, perder a saúde e muitas vezes, a própria vida. Se considerado na primeira acepção, o número de vítimas de Corumbiara foi menor que o de Eldorado dos Carajás. No entanto, o massacre de Corumbiara tem proporções muito maiores. Se naquele 9 de agosto morreram onze pessoas, dias depois morreram outras em consequência de torturas infligidas pelos policiais e jagunços durante horas seguidas. Dentre os que sobreviveram às torturas, muitos têm os corpos marcados; foram torturados psicológica e emocionalmente, como as mães desesperadas que não conseguiam silenciar as crianças, que assistiram ao espancamento dos pais, viram pessoas morrerem; outras se perderam dos pais. Houve, ainda, tortura moral; a integridade moral daquelas pessoas foi degradada.

Nos assentamentos, nas linhas, nas cidades da região, encontrei dezenas de pessoas impossibilitadas de trabalhar por causa das lesões sofridas durante o “despejo” da Santa Elina. Os autos estão repletos

de denúncias nos depoimentos dos posseiros acerca das torturas.⁴ As consequências do massacre de Corumbiara estão marcadas nos corpos e nas almas daquelas pessoas.

O deputado federal Nilmário Miranda,⁵ então presidente da Comissão Externa de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no calor da hora, disse: “se o massacre servir ao menos para despertar as autoridades para que a reforma agrária aconteça no país, terá servido para alguma coisa”. Nessa afirmação o deputado certamente não se considerava parte das “autoridades”.

Retomando a sequência dos acontecimentos, cabe registrar que os camponeses, depois de “despejados” da Santa Elina, foram removidos para Colorado do Oeste. As mulheres e crianças foram levadas para o Centro Comunitário e os homens foram para a Delegacia de Polícia e para o Ginásio de Esportes, enquanto os hospitais de Colorado, Cerejeiras e Corumbiara estavam lotados com os *51 feridos*. Grifo este número para reiterar que na delegacia e no ginásio havia centenas de pessoas com escoriações, cortes na cabeça, extensos hematomas, costelas quebradas, as quais, para as autoridades, não estavam feridas.

Com a chegada do advogado da CPT, no dia 10 de agosto, o dia seguinte ao início do massacre, os que estavam na cadeia foram soltos e levados para o Ginásio de Esportes, e ali puderam comer alguma coisa depois de quase trinta horas de torturas. No final do dia 10, depois da interferência de representantes da OAB, da CPT, do Conselho Tutelar da Infância, e com a presença do padre, os camponeses foram encaminhados, todos, para a Igreja Matriz da cidade de Colorado. Naquele momento, centenas de moradores da cidade e das linhas próximas já se dirigiam para lá – alguns por mera curiosidade, mas a maioria à procura de notícias de parentes, amigos e conhecidos.

Quando chegaram à Matriz é que os camponeses puderam olhar uns para os outros e começar a procura por seus entes queridos. Valdir, presidente do Conselho Tutelar e residente em frente à Matriz, descreveu,

4 Veja fotos 13, 14, 15 e 16 no encarte.

5 Nilmário Miranda, quando esteve no Ginásio de Esportes no dia 10 de agosto, fez um discurso emocionado e responsabilizou as autoridades pelo massacre, por todos os massacres contra os sem-terra.

juntamente com a esposa, os momentos de encontros, gritos, gemidos, lágrimas, de quando se encontravam marido e mulher, irmãos e irmãs, filhos e pais, amigos...

Os mortos tinham sido removidos para o necrotério do hospital de Vilhena e, segundo a proprietária da Funerária Vilhena, na cidade do mesmo nome, ficaram jogados ali por dois dias. Os familiares tiveram dificuldades para entrar e fazer o reconhecimento. Alguns, depois de reconhecidos, não puderam ser velados e foram enterrados como indigentes. Dona Madalena e o sr. Davi até hoje procuram pelo filho Darli.

A maioria daquelas pessoas não tinha para onde ir, pois havia perdido tudo no incêndio do acampamento. Ficaram na Igreja até o final de agosto, quando então foram removidas para um terreno na periferia da cidade de Colorado do Oeste. Ali montaram outro acampamento, onde ficaram até o final do ano de 1995.

Toda a cidade, conforme já mencionado, mobilizou-se em solidariedade àquelas pessoas. No dia 18 de agosto foi organizada uma grande manifestação pública. O ponto mais alto da manifestação foi uma marcha silenciosa que percorreu as ladeiras da pequena Colorado do Oeste.⁶

No acampamento de Colorado, os camponeses puderam ter um pouco de sossego, embora com as dificuldades típicas de sem-terra. Ali, pelo menos, estavam a salvo de ataques de jagunços e mesmo de policiais, pois estavam acampados com permissão. Mas acampamento é acampamento, e aquele incomodava especialmente as autoridades, pois era a sombra do massacre – fazia todos lembrarem o que havia acontecido e o porquê.

Cícero Pereira Leite, logo que saiu da mata, tratou de *pôr a boca no mundo* e denunciar o massacre. Ele se escondeu na casa de Valdir, presidente do Conselho Tutelar da Infância e da Juventude de Colorado do Oeste, por vários dias. Ele (Cícero) foi um dos que ficaram firmes junto aos posseiros, fazendo manifestações e pressões para que se arranjassem logo uma solução, pelo menos paliativa, para a situação na Igreja, que já estava insustentável. Cícero foi um dos coordenadores do acampamento de Colorado do Oeste.

6 Veja foto 19 no encarte.

É ele que conta que muitas pessoas entraram ali depois, mesmo sem terem passado pela Santa Elina, pois ninguém era impedido de entrar, desde que estivesse querendo terra para plantar.

Durante os cinco meses em que estiveram no acampamento de Colorado do Oeste, o Incra criou vários projetos de assentamento,⁷ que resultaram de outras mobilizações e que não poderiam receber os camponeses oriundos do acampamento de Colorado do Oeste.

Quem estava na coordenação do acampamento tentava manter os camponeses mobilizados com o objetivo de voltarem para Corumbiara, de preferência para a própria Fazenda Santa Elina. O Incra criou, então, cinco PAs para assentar aquelas pessoas. O primeiro grupo deslocado foi encaminhado à Fazenda Guarajus, localizada a cerca de 20 km da sede do município de Corumbiara, do lado oposto à localização da Santa Elina. Este grupo era composto de 115 famílias. Também foram deslocados 15 solteiros e colocados em outro acampamento, na fazenda do latifundiário Garon Maia (Fazenda Guarajus). O proprietário tinha “permitido” que o Incra utilizasse uma pequena parte de suas terras para completar a área devoluta onde seria o assentamento, que ficava completamente isolado no interior do município de Corumbiara.

As condições do acampamento provisório eram terrivelmente miseráveis, agravadas pelo isolamento, pois não havia sequer estradas de acesso. Havia apenas precários carregadores feitos pelos “toreiros”.⁸ Os acampados pediram socorro à Igreja e escreveram uma contundente carta, pedindo ajuda. Mesmo naquelas condições, os posseiros do Incra aguentaram por quase dois meses, quando então foram para os pequenos lotes.

Outro grupo de 29 famílias foi deslocado para o assentamento Américo Ventura, em Ariquemes; e as famílias restantes foram para os assentamentos Lagoa Nova, Primavera e Santa Catarina, no município de Theobroma, que fica no centro do estado.⁹

7 Ver Quadro 2.

8 Carreador é um caminho e nesse caso era feito com a passagem de caminhões que transportavam madeira, por isso chamados “toreiros”.

9 Veja o mapa no fim do Capítulo 1.

Logo depois do massacre, os camponeses começaram a se mobilizar e articular a criação de um movimento de apoio às famílias. Ainda sob o impacto da chacina, começou o que se tornaria depois o Movimento Camponês Corumbiara (MCC), fundado em 1996. Em seus quadros estavam Adelino Ramos (um dos que mobilizaram a ocupação da Santa Elina e que na época era presidente do STR de Corumbiara),¹⁰ sua esposa e Cícero Pereira Leite Neto. Cícero e Adelino fizeram parte da coordenação do MST até 1995 quando, segundo José Carlos Gadelha,¹¹ foram desligados por divergências metodológicas. As divergências se deram, segundo Cícero, por causa dos desdobramentos no PA Adriana e da inércia do MST, que optou por não fazer mais ocupações naquela região. Quem participou da fundação do MCC foram os sobreviventes da Santa Elina e de mais quatro outros PAs: Vitória da União, Guarajus e Verde Seringal, em Corumbiara, e 14 de Agosto, em Theobroma. Nascia, assim, da autonomia da luta dos camponeses, mais um movimento social no campo brasileiro.

3.1 CAMPONESES SUBVERTEM O “XADREZ DAS TERRAS”

O MCC foi o único movimento que esteve presente durante todo o julgamento dos acusados pelo massacre de Corumbiara. Seus membros se revezaram dentro do plenário e na praça, em frente ao fórum, fazendo uma vigília silenciosa e permanente durante todo o júri.

No ano de 2000, o MCC tinha dois acampamentos em Rondônia, um em Espigão do Oeste e outro em frente ao Incra, em Porto Velho. Adelino ainda era, na ocasião, um dos coordenadores do movimento. O acampamento de Espigão do Oeste já tinha três anos; 71 famílias já estavam produzindo na área ocupada, onde plantavam roças comunitárias.

Segundo Adelino, cujas informações foram confirmadas por Maria Amália,¹² chefe do setor de assentamento do Incra, até junho de 2001 estariam assentadas duas mil famílias no PA Joana D’arc, que estava sendo preparado

10 Adelino Ramos foi entrevistado em 1/9/2000.

11 Era coordenador da CPT em 1995. Foi entrevistado por mim em 9/6/1998.

12 Funcionária do Incra, SR17, entrevistada em 1/6/1998 e 19/5/1999.

em lotes com cerca de 100 hectares. Ainda de acordo com Adelino, estavam inscritas mais de duas mil famílias que vivem em Vilhena, Santa Luzia, Alta Floresta, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Alvorada do Oeste e Theobroma. Nesse processo, o MCC faz a inscrição dos interessados e encaminha para o Ministério Público, que se encarrega de fazer a triagem das famílias a serem assentadas. O Incra recebe os nomes já selecionados, emite a Licença de Ocupação da terra e, em seguida, é dada a emissão de posse das terras desapropriadas.

O que não falta em Rondônia são famílias precisando de terra para viver. Prova disso foi a mobilização para a ocupação da Santa Elina, quando, em menos de um mês, os mobilizadores já tinham cadastrado mais de duas mil famílias interessadas em ter acesso à terra. Foi muito grande a presença de jovens que se cadastraram, dispostos a lutar por um pedaço de terra. A maioria desses jovens tinha pais assentados, cujas terras são muito pequenas, e como eles também queriam começar suas famílias, engrossaram as listas de espera. Hoje estão em grande número nos acampamentos do MCC ou do MST. A luta tornou-se a saída para que o campesinato se reproduza.

O técnico executor do Incra, em Porto Velho, garantiu que assentaria três mil famílias até 2001. Mas isso não é suficiente para resolver os problemas da questão agrária no estado. Primeiro, porque não atende a totalidade dos que necessitam de terra e de trabalho. Segundo, porque não toca na estrutura do latifúndio, que gera este grande número de desterrados e que os mata quando eles rompem suas cercas. Mas esses movimentos de resistência, certamente, são passos muito importantes no rompimento do “xadrez da terra”.

O conflito na fazenda Santa Elina e o Massacre de Corumbiara tiveram, por algum tempo, impacto nas políticas de assentamento em Rondônia, segundo José Francisco Cândido que afirmou a mim: logo após o massacre o INCRA passou a agir com mais presteza, os juizes tiveram mais cautela na expedição de liminares e a própria polícia passou a ter um comportamento mais adequado no desempenho do seu papel. Mas esta declaração do advogado, residente em Vilhena, é de um ano depois do massacre, ou seja, em 1996. Hoje a violência grasna em Rondônia, inclusive com a matança de camponeses. Corumbiara foi soterrada e recrudesce o latifúndio e os latifundiários mas os desterrados continuam na sua trajetória de luta pela terra

A partir de 1981, começaram a ser criados os Projetos de Assentamento, cujas áreas de parcelas eram menores que as dos projetos anteriores; enquanto no PIC e no PAD os lotes distribuídos a cada família eram de 100 a 250 hectares, nos PAs essa medida varia entre 60 e 11 hectares, ou seja, os lotes não passam de 2,5 alqueires.¹³ Os camponeses reclamam que o Incra não se preocupa em fazer os assentamentos em terras de boa qualidade e bem localizadas. Pelo contrário, as piores terras e os lugares completamente isolados têm sido os escolhidos pelo órgão para criar os PAs, de que é exemplo claro o PA Guarajus. Mas existem alguns assentamentos bem localizados, em terras férteis, irrigadas e bem localizadas. É o caso do Américo Ventura, em Ariquemes, que está a apenas 6 km da BR-364.

Quadro 2. Projetos de Assentamentos (pas) criados em Rondônia de 1981 a 2001

	DE 1981 A JULHO DE 1995	DE AGOSTO DE 1995 A 2001	Total
Número de PAs	28	84	112
Área (em ha.)	726.314,9008		1.505.157,8631
Famílias assentadas	15.699	17.808	33.507

Fonte: Incra – SR 17 (Porto Velho), 2001.

A partir de 1981, a maioria dos assentamentos tem sido feita em áreas desapropriadas, ou seja, áreas que já estavam cadastradas no Incra em nome de fazendeiros. Há casos em que o PA é feito em terra devoluta e abrange terras particulares, como é o caso do PA Guarajus. Quando se fala que houve desapropriação, isso não quer dizer que os proprietários foram expropriados; eles foram, sim, indenizados, e muitas das “benfeitorias”, que em geral se resumem ao desmatamento e à retirada de madeiras nobres, foram super-

¹³ O alqueire de terra em Rondônia é o alqueire paulista, ou seja, de 2,4 ha, enquanto o goiano, o alqueirão, é de 4,8. ha.

valorizadas. Dessa forma, a desapropriação oferece ao proprietário a renda capitalista da terra, expressa nas indenizações. É a terra realizando sua condição de reserva de valor.

No exemplo do PA Guarajus, a área “cedida” pelo fazendeiro Garon Maia era pasto de capim brachiaria. Isso causou transtornos para os assentados, pois os lotes eram muito pequenos e a criação de gado, rentável em grande escala para os fazendeiros, para os assentados seria impraticável. Cerca de 40% dos lotes já tinham parte do solo imprestável para a agricultura por causa da invasão do capim.

No Quadro 2 pode-se ver o aumento significativo de PAs a partir de 1995. Só neste ano foram criados 13 projetos, ou seja, depois do massacre de Corumbiara, muitas áreas que já estavam ocupadas por posseiros foram regularizadas. Afinal, o Incra, sob os olhares da sociedade que cobrava medidas para evitar outras Corumbiaras, teve de agir. Não foi então de um momento para outro que apareceram milhares de famílias de sem-terra. Para que o Incra passasse a agilizar o assentamento dos sem-terra, foi preciso acontecer a tragédia de Corumbiara.

No mês de dezembro de 1995 foram criados cinco PAs para abrigar os sobreviventes da Santa Elina e outras dezenas de famílias que tinham entrado no acampamento de Colorado do Oeste, onde ficaram cerca de cinco meses. Os cinco PAs criados para assentar os que estavam acampados em Colorado do Oeste são: Américo Ventura, Santa Catarina, Rio Branco, Lagoa Nova e Guarajus. Os quatro primeiros foram obtidos em ações de compra e venda, um processo rápido de aquisição das terras. Segundo dados do Incra, esses projetos, que tinham capacidade para assentar 754 famílias, abrigaram efetivamente 750. Nem todas as famílias assentadas, no entanto, permanecem nos lotes.

Depois do massacre, com a criação do MCC, houve uma retomada das ocupações, inclusive sob a coordenação do MST. Foram criados 84 projetos em 6 anos, enquanto que em um período de 14 anos, entre os anos de 1981 e 1994, foram criados apenas 28 projetos de assentamento.

No trabalho de campo, quando visitei todos os PAs citados, nos municípios de Theobroma, Corumbiara e Ariquemes, pude verificar, entre

outras coisas, o seguinte: no PA Américo Ventura foram assentadas 29 famílias que estavam no acampamento de Colorado do Oeste – dentre elas, somente 6 tinham passado pela experiência da Santa Elina. Em 1999, naquele assentamento estavam somente nove daquelas 29, e quatro, das seis da Santa Elina. Proporcionalmente, os que passaram pela Santa Elina abandonaram menos os lotes. Naquele assentamento está A., que foi torturado na Santa Elina e que, apesar de se dizer satisfeito, porque tem sua terra, sua casa “feita de material”, de ter fartura na mesa, queixa-se por estar distante dos familiares e amigos que ficaram em Corumbiara. Ele afirma que só aguentou ficar naquele assentamento por causa dos filhos: “penso no futuro desses piazinhas, é por causa deles que estou hoje neste desterro”.¹⁴

Neste mesmo assentamento, há uma situação completamente diferente da vivida por A. É o caso de Eurandir,¹⁵ que não esteve na Santa Elina, embora o seu nome apareça na lista dos ali acampados. Segundo informações de outros camponeses, ele entrou no acampamento em Colorado do Oeste e tratou logo de aceitar a proposta do Incra de ir para Ariquemes, enquanto as lideranças do acampamento de Colorado lutavam para que todos fossem assentados em Corumbiara mesmo, de preferência em parte da própria Santa Elina; ou, no mínimo, que ficassem próximos uns dos outros. Mais recentemente, Eurandir está se apropriando de mais áreas, pois há cinco lotes em nome de seus familiares no mesmo assentamento.

3.2 PA NOVA VANESSA (PARA OS ASSENTADOS) OU PA GUARAJUS (PARA O INCRA)

Para conhecer as pessoas que estavam na Santa Elina, fui procurá-las nos assentamentos para onde foram encaminhadas no começo de 1996. Estive em todos os PAs para os quais foram aquelas famílias, em Corumbiara, Theobroma e Ariquemes. Pude ver as condições em que se encontram aquelas que ainda estão nos assentamentos, assim como pude também constatar as dificuldades que as famílias assentadas encontram para

14 Entrevistado em 25/5/1999, na residência dele no PA Américo Ventura.

15 Entrevistado em sua residência no PA Américo Ventura, em 26/5/1999.

permanecer na terra. A luta pela conquista da terra não acaba quando se entra nela. Novos obstáculos se impunham àqueles que já tinham passado por um massacre. É um engano pensar que, por terem tido uma experiência tão dolorosa, por estarem “calejadas”, essas pessoas aceitem as dificuldades de forma resignada. Na verdade, muitas delas hoje são muito mais sensíveis ao sofrimento, às injustiças, e lutam com muito mais disposição para manter a terra que lhes foi e é tão cara.

É verdade que muitos abandonaram aquela luta e nem sequer foram para o acampamento de Colorado do Oeste. Depois do que passaram na Santa Elina, é compreensível. É o caso, por exemplo, da família de Vanessa, a menina assassinada no massacre. Os seus pais não foram para o acampamento de Colorado, voltando para sua antiga moradia no patrimônio Guarajus. Maria se queixou de repórteres, jornalistas e outras pessoas que iam até a casa dela para entrevistá-los, especialmente a ela. Ela contou que muitas vezes estas pessoas a levavam até o acampamento de Colorado do Oeste para fotografias, outras vezes mandavam-na debruçar-se sobre a janela da casa “com cara triste”. Nesses momentos, ela se sentiu muito explorada, como um objeto. Tinha de ficar respondendo perguntas e repetindo a história, que a feria cada vez mais, segundo ela própria, agindo “igual a um robô”. Por tudo isso é que Maria, depois de algum tempo, decidiu que não falaria com mais ninguém sobre o assunto, e quando o marido dela morreu assassinado,¹⁶ um ano depois do massacre, ela se isolou completamente, escondendo-se até dos parentes.

Eu sabia do que acontecera com Maria na Santa Elina, das dificuldades que tivera para enterrar dignamente a filha; já lera seus depoimentos e os do marido nos autos; tinha encontrado um dos rapazes que a ajudara quando ela perambulava pela mata com a filha morta nos braços, com Romerito “parecendo um bichinho agarrado nela”. Maria se tornara uma conhecida para mim mesmo antes de eu encontrá-la. Eu já tinha procurado muitas pessoas que a conheciam e conversado sobre o que estava fazendo. Explicava sobre o meu trabalho e as pessoas sempre diziam que seria difícil eu conseguir

16 Um ano depois do massacre, o sr. João Firmino da Silva, pai de Vanessa, morreu assassinado no patrimônio do Alto Guarajus.

falar com ela. Encontrar Maria não foi difícil. Difícil foi convencê-la a falar comigo. Eu sempre procurei respeitar essa decisão dela, mas quanto mais conhecia sua história, mais aumentava o meu desejo de ouvi-la. Só o consegui por intermédio de uma professora, que é amiga da cunhada de Maria, a professora Claudete.

Quando consegui chegar perto dela e a cumprimentei, apertei sua mão, ela sequer me olhou. Ficou de cabeça baixa enquanto eu conversava com as outras pessoas.¹⁷ Mas, no final desse encontro, ela me abraçou chorando muito e disse “que aquela dor e aquelas lágrimas estavam represadas”. Nós duas choramos muito. As lágrimas de Maria eram pela filha e as minhas eram por mim mesma, por me sentir impotente diante daquele sofrimento. Eu não tinha nenhuma palavra para confortar aquela mulher. As palavras são inúteis em certas situações e, nesses momentos, quando elas perdem o significado, às vezes só temos o benefício das lágrimas.

Para encontrar aqueles camponeses, visitei todos os PAs nos quais foram assentados os que estiveram na Santa Elina. Fui também às linhas, aos patrimônios e às cidades da região, para escutá-los. São muito coerentes os seus relatos sobre a experiência de 1995. E suas histórias de vida são muito semelhantes – histórias de migrações. Quando foram deslocados mais uma vez para assentamentos distantes de Corumbiara (em Ariquemes e em Theobroma, no interior do estado), eles se afastaram de seu frágil entorno. Mais uma vez tinham de mudar, depois de já terem ido para a Santa Elina, para a Matriz de Colorado do Oeste, para o acampamento provisório. É um constante recomeçar, em situação muito precária. São migrações forçadas, provocadas pela pobreza e pela miséria, consequências de políticas que privilegiam o latifúndio.

Pude ver também como essas pessoas estão vivendo e quais as consequências do massacre para a transformação do espaço agrário de Rondônia. Essas transformações, de certa forma, estão expressas nos dados do Quadro 2.

17 Estavam presentes, além de Maria e Romerito, Dulce, Claudete e Luiz, esposo de Claudete. O encontro foi na casa de Claudete, no fundo da qual fica a casa de Maria.

No PA Nova Vanessa (ou Guarajus),¹⁸ onde estive três vezes, pude visitar quase todos os lotes e conversar com os assentados, o que me permitiu conhecer mais de perto sua realidade. Retomando o contexto geral já mencionado, a situação, em 1998, era a seguinte: uma parte do assentamento estava localizada na fazenda Guarajus, de propriedade do latifundiário Garon Maia, que autorizou o Inbra a assentar as famílias em suas terras, a serem negociadas posteriormente. Inicialmente foram “cortados” 115 lotes. Alguns deles, porém, eram muito pequenos e de solos inaproveitáveis para qualquer tipo de cultivo. Então, o mesmo Inbra ampliou a área para dentro da fazenda Guarajus e “cortou” mais 30 lotes, para os quais foram deslocadas 20 famílias que já estavam assentadas nos lotes pequenos, e outras 10 famílias não oriundas do acampamento de Colorado do Oeste. Os lotes menores foram aglutinados, formando unidades um pouco maiores, com alguma possibilidade de cultivo. O assentamento abrange, assim, 125 parcelas que variam de 15 a 25 hectares.

O critério de seleção das famílias para o assentamento Nova Vanessa foi o sorteio, mas se procurou atender algumas condições, uma vez que havia muitos trabalhadores que são parentes entre si, como os irmãos Ferreira,¹⁹ os irmãos Pagani e os Pedra, todos provenientes da Santa Elina. O grande número de jovens presentes no confronto reflete-se no assentamento, pois são 15 jovens solteiros e outros 5 que se casaram depois do conflito e hoje são assentados.

O executor do Inbra da UA de Colorado do Oeste,²⁰ que não concorda com a aprovação de financiamento para os solteiros, disse que as pessoas saem dos lotes não pelas dificuldades mas porque não têm “tradição agrícola”; ainda segundo ele, “se o projeto tivesse escola, posto de saúde e estrada, eles sairiam mais depressa, pois a área seria mais valorizada e mais fácil de vender”.

18 Veja fotos 25, 28, 29, 30 e 34 no encarte.

19 Jacir Ferreira (solteiro) e Genacir Ferreira (casado e com dois filhos pequenos). Os Pedra são dois irmãos com suas famílias. Os Pagani são dois irmãos, um solteiro e outro casado.

20 Entrevistado em 18/6/1998 no UA de Colorado do Oeste.

Até 1999 o assentamento estava praticamente isolado. Não existiam estradas no seu interior. A estrada de acesso aos centros urbanos de Corumbiara ou de Cerejeiras era muito precária e na época das chuvas ficava intransitável. Existia um projeto de construção de três estradas dentro do assentamento, mas até aquele momento havia apenas “carreadores” construídos pelos madeireiros e “toreiros”. O assentamento atinge uma longa faixa de preservação, que é a mata que margeia o rio Corumbiara.

O assentamento contava com um posto de saúde desativado, construído pelo Incra, e com uma escola, cujo professor, que lecionava para classes de 1ª a 4ª série, não tinha concluído nem o Ensino Fundamental. As moradias eram muito precárias: as casas eram feitas de madeira e cobertas com tabuinhas obtidas de forma artesanal, ou então de pau-a-pique cobertas com folhas de palmeiras e lonas. O piso é sempre de chão batido.

Para saber alguma notícia do mundo os assentados se valiam de pequenos rádios de pilha e o intercâmbio com o entorno era mediado pelos técnicos do projeto Lumiar/Incra, que chegavam até o assentamento em motos, uma vez por mês. O projeto Lumiar era desenvolvido pelo Incra.

As atividades de sobrevivência dos assentados eram as roças de coivara e a criação de animais para o próprio consumo. Não havia nenhuma estrutura de armazenamento. Os produtos cultivados eram preservados na própria roça. O milho era “quebrado” e deixado ali até o momento do consumo, e o arroz era colhido e amontoado por um período de quatro a seis meses. Quando algum alimento sobrava do consumo, era vendido para atravessadores que compravam os produtos na roça, pagando preços depreciados.

A única ajuda oficial que os assentados conseguiram foi uma quantia de R\$ 840 e algumas cestas de alimentos. Até o ano de 1998, não conseguiram nenhum tipo de financiamento, porque os órgãos oficiais exigiam uma documentação que comprovasse a regularização da terra. Uma vez que aquela área específica ainda era propriedade particular, esse incentivo tornava-se inacessível para seus ocupantes. Ou seja, o Incra assentou famílias em terras privadas.

Uma característica importante no assentamento é a solidariedade. As relações internas que melhor expressam esse sentimento consistem em

trocas de dias de serviço por produto, ou na troca de produtos entre si. A Associação de Moradores funcionava como uma espécie de coordenadora dessas atividades.

Fica claro que os assentamentos são criados para atenuar os conflitos sociais no campo, mas não se inserem em um programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico. O assentamento Nova Vanessa é o exemplo acabado da marginalização que adquire uma nova face, constituindo uma realidade que apenas paulatinamente vai sendo modificada – por meio de luta, trabalho e organização, assumidos principalmente pelos próprios atores sociais.

Em agosto de 1998, das 125 famílias assentadas, apenas 58 residiam nos lotes. Mas todos os lotes do PA estavam “ocupados”, pois neles havia sido “colocado serviço”, isto é, de alguma forma existia atividade, como derrubada da mata ou da capoeira, plantações de milho, café, arroz, feijão e perfuração de poços e arremedos de moradia. Era a presença do “serviço” que garantia a posse.

Embora as condições de vida no assentamento fossem precaríssimas, muitos moradores declaravam: “hoje é melhor que antes da Santa Elina, porque hoje a gente tem a segurança e a liberdade que a terra dá”.

No ano de 2000, todos receberam a documentação da área. Da parte que era terra devoluta foi feita a arrecadação sumária, e a outra foi adquirida do fazendeiro em processo de compra e venda.

Os assentados puderam, então, sentir-se proprietários de seus lotes, realizando o sonho pelo qual tanto lutaram. Mas continuam existindo dificuldades muito grandes, como a falta de estradas, que lhes rouba até mesmo oportunidade de exercer a cidadania por meio do voto. Em 1998, por exemplo, os assentados não puderam votar porque não conseguiram transporte para se deslocar até Corumbiara. Em uma roda de conversa antes de uma audiência pública,²¹ onde estavam moradores do PA Guarajus,

21 Para o dia 9/5/1998, estava marcada uma audiência pública com o superintendente do Incra, o presidente da Comissão de Agricultura da AL, o prefeito, os vereadores e os assentados de todos os PAs do município de Corumbiara. A audiência acabou virando palanque para os políticos que estavam presentes. O superintendente do Incra não compareceu e nem deu satisfação.

alguém fez o seguinte comentário: “eles não quis buscar nós pra votar porque sabia que nós não ia votar pra eles”.

É preciso considerar que aquelas pessoas perderam tudo durante o massacre da Santa Elina e tiveram que recomeçar a vida do nada. As únicas coisas que lhes restaram foram a esperança, a dignidade e a capacidade de luta. Quando assentadas na terra, a luta e as dificuldades continuam a ser enfrentadas cotidianamente. Os assentados de Nova Vanessa passaram por tantas adversidades, que é difícil compreender como resistem, embora seja fácil saber as causas dessa resistência. Convivendo com eles, pude testemunhar que são pessoas que se negam a sucumbir ao massacre cotidiano que tomou conta de suas vidas, negam-se a perder a terra que já custou tantos sofrimentos, negam-se a perder a dignidade, porque para elas a terra e o trabalho são a única possibilidade de vida. Continuam sonhando e lutando por um mundo de paz, de justiça e de fartura.

Capítulo 4 - Corumbiara: o massacre dos camponeses no júri popular

E existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! Meu Deus! Mas que bandeira é esta
Que imprudente na gávea tripudia?!...
Silêncio!... Musa! Chora e chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto.

Auriverde pendão da minha Terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do céu encerra,
E as promessas divinas de esperança...
Tu, que da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!...

Castro Alves

Começo este capítulo citando Dom Tomás Balduino, então presidente da CPT: “O caso Corumbiara é um caso bem típico, porque põe o

conjunto da sociedade organizada, juízes, políticos, Poder Executivo, Poder Legislativo, tudo de um lado só, do lado do latifúndio, contra a organização dos camponeses”.¹

Profundo conhecedor da realidade brasileira, no que diz respeito à violência no campo, Dom Tomás antecipou, com esta declaração, o que seria o júri popular, no qual foram julgados os envolvidos no massacre de Corumbiara. No julgamento, ocorrido em Porto Velho, de 14 de agosto a 6 de setembro de 2000, foi possível comprovar a veracidade de cada palavra proferida pelo então presidente da CPT. Foram condenados os sem-terra Cícero Pereira Leite e Claudemir Gilberto Ramos, mesmo sem provas nos autos, e absolvidos os oficiais que comandaram aquela ação repressiva, na qual homens foram executados sumariamente e crianças, mulheres e velhos foram torturados. Os não oficiais não só saíram livres como foram festejados como heróis, o que torna possível compreender o poder que o latifúndio ainda exerce neste país, particularmente em Rondônia.

O julgamento em Porto Velho foi a continuação do massacre dos camponeses; desta vez, sob os olhares de toda a sociedade, inclusive via internet. O massacre não se deu somente pela condenação dos dois sem-terra, mas também pelos discursos dos promotores e dos advogados dos policiais.

Os acontecimentos da madrugada do dia 9 de agosto de 1995 não foram testemunhados pela imprensa. Sendo assim, na apuração dos fatos prevaleceram as versões dos policiais militares, de fazendeiros, de políticos compactuados com o latifúndio. Os depoimentos dos sem-terra, de suas famílias e de todas as vozes que se levantaram a favor deles, inclusive a do bispo de Guajará-Mirim, Dom Geraldo Verdier, foram desqualificadas, minimizadas ou simplesmente desconsideradas no julgamento.

Na reintegração de posse ou no “despejo” dos posseiros, no dia 9 de agosto de 1995, eles foram sistematicamente torturados. Pela legislação brasileira, o crime de tortura é inafiançável e imprescritível – no entanto, esse crime não foi considerado no processo, assim como não o foi no júri. Nove posseiros foram mortos e os laudos provam que oito deles foram

1 Entrevista realizada em Goiânia, em 4 de abril de 1999.

sumariamente executados. Mas os policiais só foram levados a júri por três mortes, pois o juiz de Colorado do Oeste, na sentença de pronúncia, considerou que não poderia imputar a ninguém a responsabilidade pelas mortes que ocorreram, segundo ele, em “fogo cruzado”. Entretanto, este mesmo juiz mandou a júri os dois sem-terra acusados pela morte dos dois policiais que também morreram no chamado “fogo cruzado”, como se pode comprovar pelos autos.

Para fazer cumprir a liminar de manutenção de posse, a polícia teve o financiamento dos fazendeiros Antenor Duarte do Valle e Hélio Pereira de Moraes (proprietário da Fazenda Santa Elina), que forneceram homens, veículos para o transporte de tropas, alimentação e armas. Foi uma empreitada privada, feita de forma intempestiva, inconsequente e criminoso, que contou com ajuda estatal – um crime cujas vítimas é que acabaram sendo condenadas pelo júri. Cícero Pereira Leite Neto foi preso, e Claudemir só escapou da prisão porque estava foragido.

O que aconteceu naquela madrugada e no início daquela manhã, em Corumbiara, não tem como ser esquecido. Como já foi dito, depois de dominados, os posseiros foram levados para o campo de futebol do PA Adriana, onde ficaram por longas horas, sem comer ou beber água e sofrendo torturas.² Somente com a chegada da imprensa é que os espancamentos foram suspensos. Há declarações de que o prefeito de Corumbiara e o vereador Percílio testemunharam o espancamento do posseiro Sérgio Rodrigues Gomes, virando-lhe as costas. Sérgio foi retirado do grupo e quinze dias depois seu corpo foi encontrado boiando em um rio a 70 km dali. O pai do Sérgio, sr. Raimundo, ao reconhecer o corpo do filho, disse que ele tinha claros sinais de tortura e que fora executado com tiros na cabeça.³

2 Veja foto 1 no encarte.

3 O corpo de Sérgio, 24 anos, nascido em Pato Branco (PR), quando encontrado no rio Tanaru, foi levado para Vilhena e enterrado como indigente. A dona da funerária, disse, em entrevista, que se incomodou com aquilo, pois sabia da lista de desaparecidos da Santa Elina, então chamou o advogado José Francisco Cândido, que tomou providências para avisar o pai de Sérgio. O corpo foi exumado e o sr. Raimundo fez o reconhecimento. No encontro que tivemos em Colorado do Oeste no UA do Incra, em 18/6/1998, ele ficou muito emocionado ao falar sobre o filho e chorou ao descrever a cena de reconhecimento do corpo. Ninguém foi responsabilizado pela morte de Sérgio. Acerca de sua retirada de entre os posseiros que estavam presos no campo de futebol existem provas,

Dois inquéritos foram instaurados para “apurar os fatos”: o IPM, conduzido pelo Coronel João Carlos Sinoti Balbi, e o IPL, conduzido pelo Delegado Raimundo Mendes de Souza Filho. Esses dois inquéritos compõem o processo intitulado “Caso Corumbiara”, já mencionado aqui algumas vezes.

A investigação foi concluída com o indiciamento de 26 pessoas: o fazendeiro Antenor Duarte do Valle e seu capataz José de Paulo Monteiro, quatro sem-terra e vinte PMs, entre eles o comandante da operação, o subcomandante, quatro oficiais e soldados.⁴

Todos os indiciados recorreram e, em 13 de abril de 1998, o juiz de Colorado do Oeste decretou a pronúncia em primeira instância. A principal modificação foi a impronúncia a favor do fazendeiro Antenor Duarte do Valle e de seu capataz José Paulo Monteiro, antes indiciados pela morte e pela ocultação do cadáver de Sérgio, apesar de os autos demonstrarem claramente a autoria do crime:

O fazendeiro Antenor Duarte do Valle, seu gerente José Paulo Monteiro, acompanhado de vários pistoleiros profissionais, fortemente armados, participando da vigilância e espancamento dos posseiros; por volta das 16 horas do mesmo dia, os pistoleiros do fazendeiro Antenor Duarte, comandados por seu gerente, José de Paulo Monteiro, com a ajuda de policiais e mais uma vez com a omissão cúmplice dos comandantes, que a tudo presenciaram, retiraram dentre os mesmos a vítima Sérgio Rodrigues Gomes, colocaram-no em um veículo *Toyota* e deixaram o local, retornando horas depois sem a presença da vítima; dias depois, seu cadáver foi localizado nas águas do rio Tanaru, a aproximadamente 70 km de distância, com três balaços na cabeça a modo de execução sumária. (Caso Corumbiara - Processo Crime, Sentença de Pronúncia, p. 5)

Foram pronunciadas catorze pessoas, em primeira instância. Todos recorreram, e a pronúncia em segunda instância saiu em 10 de dezembro de 1998, confirmando a sentença do juiz de Colorado do Oeste.

não somente “indícios”. Nem mesmo o corpo com sinais de tortura e tiros na cabeça foi considerado como prova suficiente para a justiça. O pai de Sérgio também não foi ouvido pelo júri.

4 Poder judiciário de Rondônia – Vara criminal da comarca de Colorado do Oeste – feito n. 0197.000329-5 (antigo n. 187/96).

A Justiça estava cobrando diretamente a morte dos dois policiais e de mais três homens, dois sem-terra e um não identificado. Pela morte dos outros cinco posseiros, inclusive da pequena Vanessa, que supostamente ocorreu no “fogo cruzado”, ninguém foi responsabilizado, embora o mesmo juiz tenha imputado aos sem-terra Cícero Pereira Leite Neto e Claudemir Gilberto Ramos a responsabilidade pela morte dos dois policiais mortos nas mesmas circunstâncias. Após cinco anos, ocorreu o julgamento, que foi “desaforado” para Porto Velho. Naquela ocasião, o Judiciário brasileiro revelou sua condição de espaço de ação e de defesa das elites latifundiárias.

4.1 JULGAMENTO: PORTO VELHO, 14 DE AGOSTO A 6 DE SETEMBRO DE 2000

O julgamento, que se iniciou em 14 de agosto no Tribunal do Júri de Porto Velho, teve repercussão menor que a esperada. Foi montado, pelo Estado, um grande aparato de segurança, com policiais federais dentro do Tribunal, e fora, grande contingente da Polícia Militar que circulava com manobras ostensivas, principalmente perto do local onde cerca de cem integrantes do MCC faziam uma manifestação permanente e silenciosa. No final, aquele aparato mostrou-se inútil e desnecessário.

Eram catorze réus. As acusações eram as seguintes: um grupo de policiais era acusado pela execução dos sem-terra Ercílio e José Marcondes da Silva e de um homem não identificado denominado H05, que não se sabe se era sem-terra, jagunço ou guaxebe. Nos autos e durante o júri, acabou sendo chamado de “sem-terra”, embora seu corpo tenha sido encontrado distante dos outros dois sem-terra mortos. Enquanto os corpos de Hercílio e José Marcondes da Silva foram “encontrados” nas catanas da figueira, o de H05 fora encontrado no pequeno riacho a mais de 80 metros dela.⁵ Os laudos tanatoscópicos mostram que os três foram executados.

A seguir, a relação dos réus e suas respectivas sentenças:

a) Por estas três execuções, foram acusados:

5 Estive no dia 2/5/1997 no local do acampamento da Santa Elina acompanhada por um assentado do PA Adriana, o “Tira-Gosto”. Consegui chegar até o que restou da imensa figueira. Lá encontrei uma panela de alumínio furada à bala e parte de uma prótese dentária.

- Soldado Aírton Ramos de Moraes (condenado).
Soldado Daniel da Silva Furtado (condenado).
Soldado José Emílio da Silva Evangelista (absolvido).
Soldado Luiz Carlos Fernandes (absolvido).
Soldado Moisés de Oliveira Lima (absolvido).
Soldado Vilson Luiz Pedon (absolvido).
Oficial do 3º BPM Claudenilson Alves (absolvido).
Oficial da COE José Hélio Cysneiro Pachá (absolvido).
Oficial da COE Mauro Ronaldo Flores Correia (absolvido).
Oficial do 3º BPM Vitório Regis Mena Mendes (condenado).
- b) Tentativa de homicídio contra o sem-terra Moacir Camargo:
Soldado João Geraldo Rodrigues (absolvido).
- c) Responsável pela morte e ocultação do cadáver do sem-terra Sérgio Rodrigues Gomes
Comandante da operação Coronel José Ventura Pereira (absolvido).
- d) Acusados da morte do tenente Rubens Fidélis Miranda e do Soldado Ronaldo de Souza, acusados também de cárcere privado, formação de quadrilha, porte ilegal de armas e resistência à autoridade:
Sem-terra Cícero Pereira Leite (condenado).
Sem-terra Claudemir Gilberto Ramos (condenado).

O então Capitão Vitório Regis Mena Mendes, depois promovido a major, foi o único militar que compareceu ao júri vestido de farda de gala, contrariando a ordem da juíza. O capitão esteve envolvido na questão desde o começo; foi até a sede da Santa Elina, andou com o filho do sr. Hélio Pereira de Moraes e usou veículo de Antenor Duarte para fazer “diligências” na área. Mena Mendes agiu ativamente, enquanto o comandante da corporação, o Major Ventura, protelava a execução da liminar. O capitão médico Renato Closs, no depoimento prestado em juízo, afirmou:⁶

Que ouvia comentários no BPM tanto de oficiais como de praças, e também de um amigo, que o Capitão Mena Mendes iria receber um automóvel Monza a título

6 Folha 2155 dos autos.

de gratificação do fazendeiro. Que efetivamente após alguns dias do término da operação, o referido oficial apareceu com um automóvel com essas características.

O Major Ventura, em declaração prestada à Polícia Civil, afirmou o seguinte:⁷

[...] soube através de comentários feitos por policiais militares que o Capitão Mena Mendes teria auferido vantagens em decorrência da operação de despejo, ocorrida na Fazenda Santa Elina, executada pela Polícia Militar, e que, segundo os mesmos, o referido oficial teria recebido um veículo Monza ano 95, e reformado a sua residência e mudado toda a mobília como presente do sr. Antenor Duarte [...].

Em outra passagem do depoimento no IPL do Capitão Médico Renato Closs⁸ aparece a seguinte afirmação:

Que durante os preparativos para a missão o Capitão Mena Mendes conduziu o sr. Antenor Duarte e sua advogada, a PC de comandante do Batalhão, quando o mesmo ainda encontrava-se ausente, e que quando o major chegou, ficou sabendo da conversa com o fazendeiro, houve discussão acalorada acerca de tal pressão; que todas as vezes que o major comentava que a missão estava cancelada temporariamente nas reuniões dos oficiais o mesmo mostrava certa impaciência e contrariedade [...].

O Capitão Vitório Regis Mena Mendes chegou a ser processado por prevaricação em razão das muitas denúncias que foram levantadas, mas o processo foi arquivado por falta de provas.

Os advogados dos sem-terra recorreram, pediram a anulação do júri; os advogados dos policiais também. O Ministério Público recorreu em relação aos que foram absolvidos. Os condenados aguardaram o julgamento dos recursos em liberdade.

A justificativa para a absolvição dos policiais, tanto por parte do Ministério Público⁹ como por parte dos advogados de defesa, era que eles

7 Folha 2133 dos autos.

8 Autos: folhas 3195 a 3202 (com verso)

9 É incrível dizer que o promotor pediu a absolvição dos réus, mas é verdade. Quem atuou dessa forma contraditória, foi o promotor Tarcísio Leite de Matos, que atuou no júri dos oficiais da COE, no dia 21/8/2000.

agiram em legítima defesa e que não existiam provas contra eles nos autos. Alegaram também que os policiais foram emboscados enquanto estavam no cumprimento do dever.

Seguem algumas citações colhidas dos autos, partes de depoimentos no júri e algumas transcrições de jornais que podem contribuir para melhor compreensão desses fatos.

a) Sobre a presença de jagunços no meio das tropas durante a “desocupação” a Fazenda Santa Elina:

Os autos são pródigos no que diz respeito à presença de jagunços no meio dos policiais, circulando livremente, fortemente armados. Os depoimentos dos posseiros comprovam o fato, conforme o depoimento da sem-terra Rosimeire Rosa Gatti, que foi torturada e usada como escudo “por um homem que estava de calça jeans, calçado de botina e usava uma carapuça”. Se de fato o agressor de Rose fosse policial, deveria, em serviço, estar usando farda e calçando coturno.

A seguir estão algumas passagens extraídas do processo judicial que comprovam a presença de jagunços junto com a Polícia Militar:

[...] confirma a existência de nove funcionários do senhor Antenor Duarte na base da PM, armados de seis carabinas e três escopetas [...]. (Depoimento do Sargento Valter de Souza, PM, folha 1448);

[...] perguntado ao declarante se o mesmo notou a presença de elementos armados de espingarda calibre 12 e carabina, respondeu que sim. (Depoimento do Comandante José Ventura Pereira, folha 2133);

O tenente Mena Mendes estava no confronto após os invasores terem sido dominados, quando lá apareceram pessoas armadas e estranhas à corporação. (Depoimento do Sargento Valter de Souza, PM, folha 7153);

Que o sr. Antenor Duarte encontrava-se também na área, tendo se retirado quando chegaram os primeiros policiais militares feridos, transportando-os para fora da base e não retornando mais. (Depoimento do Sargento Valter de Souza, PM, folha 1448 V);

Estava na fazenda no dia do conflito. Viu pessoas estranhas à corporação no local em que os sem-terra estavam agrupados após a situação de conflito dominada. Essas pessoas estavam armadas. (Depoimento do Sargento Valter de Souza, PM, folha 7153);

[...] Que, ao chegar, na base, em um campo de futebol, chamou-lhe a atenção o fato de que havia circulando pelo acampamento um grupo de civis armados com armas longas, sendo que um deles cobria o rosto permanentemente [...]. (Capitão Médico Renato Closs, depoimento no IPM, folha 3197 V).

São muitas as passagens nos autos que atestam claramente uma significativa presença de “pessoas estranhas” e armadas circulando com desenvoltura junto dos policiais, tanto no acampamento dos camponeses quanto no QG da PM.

b) Evidências de que a “operação” foi articulada e financiada pelos fazendeiros Antenor Duarte e Hélio Pereira de Moraes:

Nos autos, encontrei a seguinte passagem:

Afirma que não tinha conhecimento de que os Sargentos Walter e Soares e o soldado PM Cattai estivessem trabalhando como seguranças da Fazenda Santa Elina, pois tais policiais encontravam-se em gozo de férias e que somente veio a tomar conhecimento de tal fato quando os mesmos apareceram no acampamento da Polícia Militar para trazer gêneros alimentícios enviados pelo fazendeiro para as tropas. (Depoimento do Comandante José Ventura Pereira, folha 2133)

O transporte da COE de Porto Velho para Corumbiara foi pago pelo fazendeiro Hélio Pereira de Moraes. Os fazendeiros colocaram veículos, com motoristas, à disposição da PM, e o Capitão Mena Mendes sobrevoou a área em avião de Antenor Duarte. Os três PMs citados pelo comandante estavam armados. Oficialmente, não estavam a serviço da corporação; no entanto, circularam livremente entre as tropas, sem que suas armas fossem periciadas.

c) As tropas invadiram o acampamento com os soldados sem comando:

Depoimentos no júri comprovam que alguns oficiais abandonaram o comando da tropa, fugindo e deixando os soldados desnorreados. No depoimento de um dos réus, Sargento Claudenilson Alves, no dia 29 de agosto, ele revela:

Fariamos a retaguarda do lado oposto ao da COE.

A tropa do Taborda estava alheia, o tenente foi embora e abandonou a tropa.

O grupo do tenente Taborda, Aurélio e Fidélis, estava sem comando e já havia adentrado o acampamento.

Policiais do 3º BPM e da COE usavam capuzes.

A COE tinha coletes, escudos, bombas, e estavam mais bem equipados do que nós.

Completamente descontrolados e sem comando, os policiais, além das torturas a que submetiam as pessoas já dominadas e presas, passaram a executar algumas delas com tiros à queima-roupa, levando-as à morte de maneira cruel e sem possibilidade de se defender. Euclides da Cunha descrevera uma cena semelhante há mais de cem anos:

A luta que viera perdendo dia a dia o caráter militar, degenerou ao cabo, inteiramente. Foram os últimos traços de um formalismo inútil: deliberações de comando, movimentos combinados, distribuições de forças, os mesmos toques de cornetas, e por fim a própria hierarquia já materialmente extinta num exército sem distintivos e sem fardas. (Cunha, 1981, p. 406)

Se cem anos atrás o exército brasileiro perseguiu, torturou e matou trabalhadores e queimou Canudos em nome da Justiça e a serviço dos coronéis do Nordeste, em Corumbiara a Polícia Militar perseguiu, torturou e matou trabalhadores e incendiou o acampamento da Santa Elina em nome da mesma Justiça e sob o comando dos modernos coronéis do Norte. O tempo passou, mas o pacto das elites sobre a terra continua sendo refeito. O governo de FHC foi um exemplo desse pacto.

Os posseiros afirmaram que entre as tropas estavam jagunços, alguns vestidos de fardas. Neste caso, os posseiros não estão sozinhos em seus testemunhos; o próprio Comandante Ventura confirma a presença de elementos armados de carabina e escopeta. O Sargento Valter de Souza também declara tal presença. O então comandante geral da PM de Rondônia, Coronel Wellington de Barros, disse textualmente, em entrevista coletiva no dia 10 de agosto, quando perguntado sobre homens armados esperando pela polícia, se “era coisa dos posseiros”:

Não! Dos posseiros não! Jamais dos posseiros! Os posseiros são vítimas também! Assim como a Polícia Militar também hoje é vítima dessa atuação! São pessoas daí,

que não estavam lá, que articularam, colocaram esses atiradores para poder fazer isso. Infelizmente eu não tenho as provas, não sei quem são eles. Mas se a justiça da terra não descobrir, a justiça divina vai descobrir quem foram os mandantes.

d) Depoimentos comprovam que a morte dos dois policiais também ocorreu sob fogo cruzado:

Durante o Júri, no interrogatório do dia 21 de agosto o réu Major Pachá declarou: “Foram lançadas três granadas de gás lacrimogêneo, já que o aparelho emperrou [...], a partir daí a Polícia Militar começou a receber disparos de tiros”. Esse depoimento aponta “quem começou o ataque”. As palavras do Major Pachá evidenciam que quem atacou primeiro foi a COE com as bombas de gás, e só depois foi que se ouviram tiros. Além disso, segundo os camponeses, os tiros partiram da própria polícia e de jagunços, que estavam na mata ou entre a própria tropa. Alguns trechos do depoimento do Major Pachá, ao referir-se à morte do Soldado Ronaldo, da COE, do grupamento que estava sob o seu comando, servem como indicadores dos fatos:

[...] Eu tinha um revólver 38 e dezessete munições, e todos foram deflagrados. [...] fazer um cerco no acampamento dos posseiros impedindo a entrada e saída dos mesmos [...] O efetivo da COE não foi desmembrado. [...] Não havia rádio. [...] Determinou ao policial Carlos que lançasse granadas de gás lacrimogêneo [...], a partir daí os policiais começaram a ouvir disparos de arma de fogo. [...] O efetivo do interrogando continuou a ser atingido, foi quando houve uma vítima fatal.

Outra grande questão a se colocar é: se a polícia estava ali para fazer cumprir uma liminar de manutenção de posse, por que impedir que os posseiros saíssem? Segundo testemunhas, quem tentava sair era preso ou morto.

As contradições nos depoimentos e nos autos saltam aos olhos. No que diz respeito ao lançamento de bombas de efeito moral, o Major Pachá disse que foram disparadas apenas três, no início da operação, mas no depoimento do Soldado Daniel da Silva Furtado, no dia 14 de agosto, aparece o seguinte:

Ressalta o interrogando que o único foco de resistência era este (no alto da figueira) e que a equipe da COE jogava bombas de gás lacrimogêneo, com o fim

de fazer com que aqueles homens saíssem da trincheira, porém o vento fazia com que o gás voltasse em direção à tropa, causando má sensação.

O Soldado Daniel descreveu o final da “operação”, quando todos os posseiros já estavam presos, e, segundo os autos, Hercílio e José Marcondes da Silva continuavam escondidos na parte mais alta do acampamento, protegidos pelas catanas da enorme figueira. Lá mesmo eles foram executados.

Este depoimento do Soldado Daniel prova, no mínimo, que as bombas de gás foram lançadas no começo e no final da operação. Os posseiros dizem que “eram tantas bombas que o acampamento ficou coberto de fumaça, que a todos sufocava”. Muitos acreditam que, como efeito desses gases, alguns sobreviventes adquiriram conjuntivite crônica.

No seu depoimento, o Major Pachá confirma a ideia do cerco ao acampamento, proposta pelo Comandante Ventura. Se o acampamento foi cercado por todos os lados, houve fogo cruzado entre os próprios policiais. Prova também que não havia comunicação entre os vários destacamentos que atacavam o acampamento, e sugere que a morte do Soldado Ronaldo deu-se em fogo cruzado, assim como a do Tenente Fidélis. Como exemplo, o depoimento do PM Airton Ramos de Moraes, também réu, no dia 14, registra que “durante a troca de tiros o tenente Fidélis foi alvejado, e durante o deslocamento do ponto de invasão até a base da PM, faleceu, em virtude da dificuldade em transportá-lo”.

A primeira sessão do júri durou até a madrugada do dia 17. Os três réus eram os Soldados Airton Ramos de Moraes, Daniel da Silva Furtado e José Emílio da Silva Evangelista. Eles eram acusados das mortes dos camponeses José Marcondes da Silva, Hercílio e do H05. Existem provas de balística positivas das armas que estavam em poder de Daniel e José Emílio. Mas José Emílio afirmou que “não disparou seu revólver, não deu nenhum tiro”, e que o emprestou para o Soldado Silas, já municiado e ainda lhe entregou mais três cartuchos; que o Soldado Silas lhe devolveu a arma descarregada e não lhe devolveu os cartuchos nem fez menção à munição que já estava na arma.

O Soldado José Emílio foi inocentado pelo júri, embora sua arma tenha sido usada para executar sem-terra – a prova está nos autos. Onde está o Soldado Silas? Ele foi para aquela guerra sem armas? Trata-se de mais um “mistério” nesse processo.

No seu depoimento, José Emílio da Silva Evangelista diz: “Cada grupo tinha sua atribuição e competia ao grupo do tenente Fidélis ficar na retaguarda e efetuar a prisão dos posseiros que estivessem se evadindo”.

Ora, mais uma vez cabe perguntar: se eles, os PMs, estavam lá para retirar os posseiros da área, por que deveriam prender quem estivesse saindo do acampamento? Se a PM estava ali para desocupar a área, quem estivesse saindo do acampamento estaria tão somente acatando ordens – então, por que ser preso?

e) Sobre quem começou o tiroteio, a juíza repete o que o soldado disse: “Não sabendo o interrogado dizer quem iniciou o tiroteio”.

f) Sobre a atuação dos promotores durante o júri:

O promotor titular foi Cláudio Wolff Harger, que atuou em todas as sessões, exceto no dia 21 de agosto. Nesse dia, estavam sendo julgados dois oficiais da COE, e o promotor foi Tarcísio Leite de Matos. O promotor Cláudio, na primeira sessão, 14 de agosto, fez um discurso no qual sustentou a acusação contra os três PMs e defendeu os movimentos de luta pela terra. Mas no dia do julgamento dos sem-terra, mudou seu discurso. Em relação ao uso de capuzes pelos policiais, condenou veementemente essa prática, dizendo inclusive que “quem usa capuz são algozes e o Brasil não tem pena de morte”. No entanto, no outro dia, quando os réus eram os sem-terra, ele disse que “eles (os policiais) eram da região e usavam capuzes para se proteger e não serem reconhecidos”.

A atuação do promotor Tarcísio Leite de Matos, na única sessão de que participou, teve repercussão nacional e internacional, causando protestos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Movimento Camponês Corumbiara (MCC). Causou constrangimento ao

próprio Tribunal de Justiça do Estado. A imprensa divulgou amplamente a frase “ou o Brasil acaba com os sem-terra ou os sem-terra acabam com o Brasil”, apenas uma das frases violentas ditas pelo promotor, que usou o plenário para criminalizar e satanizar os sem-terra e, em contrapartida, inocentar e sacralizar os policiais e suas ações. Ele repetia: “têm que matar mesmo... se entrar na minha casa, eu mato... eu mato”.

Apontando para os autos, Tarcísio Leite de Matos afirmou: “Aí dentro só tem [...], é um monte de [...], esse processo. O promotor de Colorado é um bundão, porque não teve coragem de arquivar essa [...] e mandou a júri esses dois inocentes”.

Os dois oficiais que estavam no banco dos réus eram acusados de três homicídios. Dos três mortos, dois foram executados depois de rendidos e com as mãos na cabeça, com mulheres usadas como testemunhas das execuções. No entanto, naquela sessão do júri, em um único momento o mote da acusação foi levantado na preleção da juíza, no momento em que leu a acusação. Daí em diante foram mais de seis horas de acusações contra os sem-terra, suas organizações, instituições e movimentos de apoio. O mesmo promotor Tarcísio Leite fez pressão sobre os jurados, contando a história de um jurado do Rio de Janeiro “que votou contra policiais e teve castigo divino”, e afirmou que se o júri não absolvesse aqueles que estavam ali no banco dos réus, na semana seguinte os sem-terra “iriam invadir suas casas e roubá-los, estuprar suas mulheres e filhas”.

Naquele dia, quem estava no banco dos réus eram os oficiais da COE, para quem o promotor pediu a absolvição, exigindo veementemente a condenação dos sem-terra, que só estariam no banco dos réus no dia 25 de agosto. Durante sua preleção, fez encenações patéticas e gestos obscenos.

O promotor disse ainda que os sem-terra eram tão covardes que o pai da menina morta “abandonou o corpo da filha e fugiu covardemente”. Depoimentos da mãe de Vanessa e dos familiares do pai da menina dão conta de que Maria, a mãe, se perdeu do marido durante o tiroteio e correu para a mata com os filhos, o que contradiz a afirmação do magistrado.

O promotor Tarcísio, que não estava presente na abertura dos trabalhos do júri e nem durante o depoimento dos acusados, dispensou

todas as testemunhas. Só apareceu na hora de sua preleção, não leu o libelo-crime acusatório conforme a praxe e começou logo fazendo acusações aos sem-terra e a todos que de alguma forma apoiam os seus movimentos. O promotor e os advogados, neste dia, chamaram os sem-terra de bandidos, traficantes, estupradores, ladrões, entre outros adjetivos.

O plenário estava lotado de policiais e seus familiares. A cada grito e gesto do Promotor, eles se manifestavam. O advogado Georges Tavares, que atuou na defesa dos sem-terra e estava ao meu lado no plenário, sentiu-se mal e disse que “em sua longa carreira, pensou que já tinha presenciado tudo, mas aquilo ali ultrapassava todos os limites da ética, da tolerância, era a opinião pessoal e conservadora, e isso não era papel de promotor”. Georges Tavares ficou indignado e me disse que se fosse aquele mesmo promotor a atuar no júri dos sem-terra Cícero e Claudemir seria ótimo, porque parecia fácil anular seus argumentos baseados em impressões pessoais, sem apoio e sustentação nos autos.

O promotor Tarcísio usou todo o tempo de sua sustentação para criminalizar os sem-terra, os movimentos populares, a Igreja, a OAB, a CPT, o STR, por meio de afirmações como: “O desaforamento foi um desaforo. Eu não vou defender comunistas. Nossa bandeira é verde-amarela, não é vermelha, não, não é essa porcaria comunista!”. Criticou o libelo e, ao apontar para o processo, disse: “Não estudei essa porcaria, tem [...], muita [...] aqui dentro”. Sobre os laudos, particularmente os que confirmam as execuções sumárias dos camponeses, declarou: “Os laudos são imprestáveis. Laudos não nos interessam”. Ao referir-se a Cícero Pereira Leite, que seria julgado no dia 25, afirmou: “Quem tem que ser [...] na cadeia é esse sem-terra, esse bandido. Não existe prova de quem matou quem”.

Quando o promotor disse tais palavras, Georges Tavares, à minha direita no plenário, repetiu que o promotor estava oferecendo argumentos que, no dia 25, inocentariam também os sem-terra, caso fosse atuar novamente. E Tarcísio Leite continuou a sua intervenção, afirmando: “Eles, assim que chegavam lá, perdiam a identidade [...]”, referindo-se ao costume dos sem-terra de adotarem apelidos.

“Eu nem olhei o depoimento dos PMs”, “eu só estudei os depoimentos dos sem-terra. [...] O Sérgio que eles inventaram” – o Sérgio a quem o promotor se referia como inventado é o sem-terra Sérgio Rodrigues Gomes, vítima fatal do massacre.

E o promotor Tarcísio Leite continuava: “Eu sou contra sem-terra, não gosto de sem-terra”. Ao se referir aos policiais, usava palavras elogiosas. “Eu, como promotor de justiça, não peço a condenação deles, peço a absolvição. Eles, quando cometeram esses atos, estavam no estrito cumprimento da Lei”.

Assim, o Ministério Público funcionou como defesa veemente dos réus policiais, ao imputar toda a responsabilidade aos sem-terra, além de criticar a sessão anterior do júri, em que dois policiais foram condenados a partir de provas de balística. Nessa sessão, os advogados e o promotor criticaram o governo de FHC por “ainda não ter destruído os sem-terra”. Ao se referir à próxima sessão do júri, quando os sem-terra seriam julgados, o promotor Tarcísio afirmou:

Sexta-feira o pau vai cantar aqui neste plenário, [...] Eles vão roubar suas casas se forem absolvidos. [...] Não tem como fugir desses cachorros serem condenados, [...], pode vir prá cá até o Papa, que ninguém vai salvar estes cachorros.

No dia seguinte a essa sessão, a imprensa regional e nacional fez repercutir a atuação do promotor. A revista *Veja* (30/8/2000, p. 43) publicou uma matéria com o título “Insulto à vítima”. Pouco mais que uma nota, a matéria trouxe como ilustração uma foto dos três policiais que foram julgados no dia 14 de agosto, na primeira sessão do júri.

Durante toda a temporada do julgamento, o único momento em que se ouviu a defesa dos sem-terra foi no dia 25 de agosto, quando eles estavam sentados no banco dos réus. Foi brilhante a defesa dos advogados Raul Fonseca, Alexandre Lopes de Oliveira e Georges Tavares. Raul Fonseca afirmou que a Justiça brasileira é tendenciosa e que sempre prejudica os segmentos pobres da sociedade, haja vista as prisões estarem lotadas de negros e pobres – “ou o rico não comete crime ou alguma coisa está errada no Ministério Público”. Alexandre demonstrou que não havia prova nos autos contra os sem-terra.

Georges Tavares, experiente na defesa de presos políticos, fez um discurso no qual resgatou o processo histórico da luta pela terra no Brasil, para explicar a justeza das reivindicações e das lutas dos camponeses. Chegou a comparar Corumbiara a Canudos, comentando que “no limiar do século XXI, pessoas ainda são sumariamente executadas por quem deveria, por princípio, protegê-las”. Afirmou ainda: “Cícero e Claudemir estão no banco dos réus por alimentar um sonho. Não era um sonho individual, era um sonho e a esperança de centenas de famílias que estavam ali na Santa Elina e de outras milhares que estão espalhadas pelo Brasil”.

Apesar da clareza dos argumentos usados pelos advogados dos sem-terra, eles não conseguiram convencer todos os jurados. Cícero e Claudemir foram condenados por quatro votos a três. Dois trechos colhidos na imprensa (um na regional e outro na nacional) ilustram um pouco mais esse momento do julgamento.

Folha de Rondônia, 22/8. A manchete é “Julgamento sem acusação”:

Pela segunda vez, a sentença do julgamento do Caso Corumbiara só foi conhecida de madrugada. Só que ontem não havia previsão de surpresa. Isso, graças à atuação do promotor de justiça, Tarcísio Leite. Numa encenação em que misturou termos chulos com gestos obscenos, usou as três horas de defesa para atacar duramente os sem-terra, disparando torpedos como “ou o Brasil acaba com o sem-terra ou os sem-terra acabam com o Brasil”. O promotor chamou ainda os líderes nacionais do MST de bandidos, defendeu a ação dos policiais em Corumbiara, que estavam cumprindo ordem judicial, e ao final, pediu absolvição do Major José Cysneiro Pachá e do capitão Mauro Ronaldo Flores.

O promotor Rudson Coutinho substituiu Tarcísio Leite de Matos, que foi suspenso depois de sua atuação no júri dos oficiais da COE. Cito algumas das intervenções do promotor Rudson: “A PM tinha armas particulares.” [...] “A PM não ofereceu todas as armas para periciar, senão ficaria sem armas.” [...] “A polícia cometeu todo tipo de barbárie.” [...] “A COE usou mulheres como escudos”.

O jornalista Paulo Peixoto, da *Folha de S. Paulo* (31/8/2000), esteve presente o tempo todo no julgamento, e quando não estava no plenário, estava estudando os autos. Como algumas coisas o intrigaram, foi entrevistar

José Viana Alves, procurador de Justiça do estado de Rondônia, para tirar algumas dúvidas. Transcrevo aqui o final de sua entrevista:

Paulo Peixoto: “Há um grande mistério em relação à participação do fazendeiro Antenor Duarte nesse caso, por que ele não é réu?”

José Viana Alves: “Antenor Duarte tem muita responsabilidade, porque revirou os quartéis de lá, investiu para que o mandado judicial fosse cumprido, colocou avião e carro a serviço da polícia e infiltrou pistoleiros no meio da PM. Mas o juiz entendeu que não havia indício suficiente para o levar a julgamento.”

Paulo Peixoto: “O sr. se sente frustrado ao imaginar que poucos podem ser condenados nesse caso?”

José Viana Alves: “Sim. A Justiça deveria ser mais completa nesse caso. As pessoas que de fato têm responsabilidade deveriam responder. Em uma avaliação final, deveria haver mais gente sendo responsabilizada por isso, muitas se livraram.”

Muitos se livraram porque são os donos do poder (Faoro, 2001) e, nesse caso, trata-se do poder dos donos se impondo. Foram necessários quase cem anos para que a sociedade compreendesse Canudos e entendesse que Antônio Conselheiro era um legítimo defensor dos camponeses, que sua luta era a luta de quem aspira por dignidade e justiça. Muitos anos depois, descobriu-se que a ocupação da área de Canudos, às margens do rio Vaza Barris (BA), assim como a resistência oferecida pelos camponeses, eram legítimas e justas, e que o massacre imposto pelas forças do Estado e do latifúndio foi brutal, cruel e desumano. No limiar do III Milênio, camponeses ainda precisam ocupar terras ociosas, resistir, lutar e até morrer para conseguir plantar. À semelhança de Canudos, camponeses, depois de presos e dominados, foram sumariamente executados. Homens, mulheres e crianças, física e psicologicamente torturados, humilhados, achincalhados e presos, enquanto buscavam a sua única possibilidade de sobrevivência. Cinco anos depois, quando se esperava um mínimo de justiça, o que se viu foi a continuação do massacre sobre os camponeses e todas as suas organizações.

O júri se converteu num autêntico palco de criminalização e satanização dos sem-terra, de sacralização dos policiais e de justificação de suas ações. As torturas foram negadas pelos torturadores, embora os

próprios autos estejam repletos de provas. Mesmo assim, alegaram falta de provas contra os PMs.

Enquanto no plenário se desenrolavam tais acontecimentos, fora, na praça do Fórum, Rosemeire Rosa Gatti ainda chorava e revivia suas trágicas lembranças. Ela confirmava que foi usada como escudo por um homem que usava calça *jeans*, botina, capuz, uma carabina, e que ele a espancava, xingava, dizendo palavrões. Depois, apoiou a arma sobre seu ombro direito e descarregou-a sobre Ercílio, que estava de joelhos e com as mãos na cabeça. Rose viu a cabeça de Ercílio ser explodida: massa encefálica e sangue espalhados pelo chão. Uma pergunta necessária: onde está o fazendeiro que financiou e articulou tudo?

Cícero, homem culto, de discurso articulado, fala fluente, foi condenado por ser um líder natural de seus pares. Claudemir, de 21 anos, filho de Adelino Ramos, assentado no PA Adriana, e na época presidente do STR de Corumbiara, gostava de tirar fotografias. Foi torturado e sofreu tentativa de assassinato enquanto estava no hospital de Vilhena. Depois, em Porto Velho, também foi julgado culpado.

Muitas vezes se ouviu no júri que a pequena Vanessa teria sido morta pelos próprios sem-terra, apesar de constar nos autos que nem mesmo Maria, a mãe, viu quando a menina foi atingida por uma bala que transpassou seu corpo. Maria conta em seu depoimento que, quando o dia já clareava, estava quase surda com tantos tiros e cega com tanto gás; tomou então Vanessa e Romerito, seu outro filho, pela mão, e correu com os dois em direção à mata. Antes de chegar lá, a menina disse: “mãe, tá doendo aqui”. Romerito perguntou: “mãe, a Vanessa vai morrer?” Foi aí que ela percebeu que a filha estava desfalecendo, tomou-a nos braços e continuou até a mata, onde perambulou por várias horas com a filha morta nos braços e com Romerito agarrado em suas vestes. Esta história contada por Maria foi, depois, confirmada pelo jovem que a socorreu.

Entretanto, ouvi muitas vezes afirmarem naquele plenário do júri que a menina havia sido morta pelos posseiros. Ouvi o soldado que compareceu ao júri duas vezes e li o seu depoimento nos autos. Ouvi-o dizer, no dia 16 de agosto, sentado no banco de testemunhas, o seguinte:

O caminhão com 60 homens saiu da base da PM com destino a Colorado do Oeste, mas logo que saiu da base foi abordado por uma mulher, a qual dizia que na noite anterior tinha tomado conhecimento de que a PM ia invadir o acampamento dos posseiros e que ela, juntamente com o marido e a filha, quiseram sair do acampamento, mas foram impedidos por seguranças dos posseiros. A mulher disse que os seguranças lhe disseram: “Aqui entra e ninguém sai, se sair leva bala [...]”. A mulher disse que sua filha e o marido foram baleados durante a noite quando deixaram o acampamento. A mulher não mencionou o horário em que sua filha e seu marido foram baleados... Não sabe dizer qual foi o acesso utilizado por aquela mulher e seus familiares... A mulher levou o depoente e mais dois policiais até o local onde a sua filha estava deitada no solo e o pai da criança estava sentado próximo à filha. A criança e o marido da mulher foram colocados dentro de uma Kombi de um município vizinho, salvo engano, Corumbiara. A criança estava sem vida. Acreditava o depoente que essa criança seja a mencionada nos autos. A mulher disse que a criança foi morta no acampamento.

Ao partirmos do pressuposto que o soldado falava a verdade, pois estava sob juramento, seria impossível que estivesse falando da menina Vanessa. Não existe outro caso de menina morta nos autos. O que consta nos autos e o depoimento do soldado são contraditórios com história a mim contada por Maria, a mãe da Vanessa, e por seus familiares. Inventaram e mataram outra menina e essa ficou sendo a história oficial. Com este livro quero resgatar a verdadeira história daquela sem terrinha.

Confrontei esta passagem do processo com outras versões.

Em primeiro lugar, Maria, mãe de Vanessa, não estava assim calma e controlada, com capacidade de raciocinar, deixar a filha com o marido e ir até a estrada, segundo disse o soldado, a cerca de cem metros, para pedir socorro. Ela estava totalmente transtornada, já tinha problemas emocionais – é o que ela mesma disse e seus familiares confirmaram em entrevistas.

Em segundo lugar, o marido dela, João Firmino da Silva, perdeu-se da família quando foi tentar socorrer feridos. Assim que ela se viu sozinha, descontrolou-se e já estava clareando quando correu com os dois filhos para a mata. O marido, que tinha fugido pela mata e não estava ferido, só apareceu no dia 11 de agosto em Guarajus. Junto com Maria estava Romerito, seu filho de oito anos que em momento algum se separou da mãe e da irmã. Na versão da PM, Romerito nunca existiu. Eu vi e falei com Romerito.

No princípio de nossa conversa, ele disse que quase não se lembrava do episódio; mas depois, quando a mãe começou a chorar e contar que estava “tão louca, tão desesperada” que não se lembrava de quem pegara a menina morta dos seus braços, o menino se levantou, sentou-se no chão aos pés da mãe e começou a confirmar o que ela disse e a dar mais detalhes da fuga alucinada. Um dos rapazes que encontraram, é o que Maria confirma, tomou a menina nos braços e foi com eles até a estrada, perto do meio-dia, voltando em seguida para a mata, pois era fugitivo.

Além disso, a hora citada pelo policial no depoimento era o final da tarde do dia 9 de agosto, pois segundo ele já estava escurecendo. A essa altura, o corpo de alguém que morrera na noite anterior estaria rígido, fato que o policial não comentou. Desse modo, após confrontar os depoimentos, pode-se concluir que a versão do policial é, no mínimo, suspeita.

A informação repetida diversas vezes de que Vanessa foi morta pelos sem-terra faz parte do universo das inversões típicas da ideologia reacionária de criminosos que querem provar que são inocentes. Por essas e outras razões é que assistir ao júri para mim foi um grande desgaste emocional. Parecia que eu assistia a um teatro, com um cenário bem preparado e atores que sabiam muito bem o papel que deviam representar: toda justiça aos policiais e toda condenação aos que ousaram lutar por um pedaço de chão no país do latifúndio.

Os camponeses não estiveram no júri como testemunhas. As testemunhas foram os próprios policiais, o preso Percílio, ex-vereador de Corumbiara, contratante dos pistoleiros que assassinaram o vereador Nelinho, o motorista da Fazenda Santa Elina e o deputado Daniel Pereira.

O cronograma do júri, divulgado anteriormente na internet,¹⁰ citava vários camponeses como testemunhas, entre eles, Maria dos Santos Silva (a mãe de Vanessa), Rose Gatti, Genacir Ferreira e Geruza Guimarães de Souza – mas nenhum desses foi convocado para comparecer ao júri, embora Rosemeire Rosa Gatti estivesse ali na porta do Fórum o tempo todo.

O que caracteriza o júri popular é a presença do corpo de jurados. São sete para cada sessão, mais os suplentes. Neste caso, eram 91 pessoas

10 Disponível em: <www.tj.ro.gov.br/actual/pauta_julgamento.htm>.

no total. No primeiro dia, todos entraram e ficaram no plenário. Foram sorteados sete para atuarem na primeira sessão e mais os suplentes. Os suplentes e os demais foram levados para outra dependência do Fórum, de onde acompanharam o júri por um telão em circuito interno de TV. Na segunda sessão, foi feito novamente o sorteio e os demais convocados foram dispensados, mas a maioria ficou no plenário e assistiu às sessões.

Uma mulher convocada para ser jurada disse-me que estava assistindo para ver e entender o caso, pois não sabia nada sobre o assunto. Essa pessoa e as demais que faziam parte daquele Egrégio Tribunal não tinham conhecimento dos autos e fizeram seu juízo a partir da exposição dos promotores, advogados e testemunhas. Como nenhum posseiro esteve presente naquele banco de testemunhas, para mostrar a sua história, prevaleceu a versão dos policiais. Prevaleceu a hegemonia das forças de repressão, do pacto das elites sobre a terra.

Sobre as torturas impingidas aos posseiros, tudo foi negado pelos torturadores, mas as provas nos autos são abundantes e as provas “vivas” permanecem vivas. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Porto Velho, solicitou ao promotor geral do Estado um tratamento justo para as vítimas do massacre de Corumbiara residentes nos assentamentos Lagoa Nova, Santa Catarina e Rio Branco, no município de Theobroma, no mês de abril de 1998. Em maio de 1998, 34 pessoas desses assentamentos foram examinadas por dois médicos indicados pelo promotor de Jaru, Rudson Coutinho. Eis algumas das sequelas constatadas: olho esquerdo lesionado; mialgias torácicas; conjuntivites crônicas; otite crônica; artrose de coluna; artrose de membro inferior direito; artrose de coluna vertebral; hérnia inguinal direita; hérnia inguinal esquerda; infecção renal crônica; surdez; deformidade estética; dificuldades respiratórias; dificuldades de locomoção.

Segundo os médicos que examinaram os pacientes citados, as lesões são compatíveis com a história de agressão descrita por eles. A maioria dessas pessoas nunca fez tratamento adequado por falta de condições financeiras e de apoio das autoridades. Os médicos recomendaram, para algumas, tratamentos especializados com urgência, mas ficou tudo como

estava antes. Essas informações estão no XXVIII volume do processo intitulado “Caso Corumbiara”.

Também no PA Guarajus (Nova Vanessa), nas cidades de Corumbiara, Cerejeiras e Colorado do Oeste e nas linhas próximas, vivem pessoas com projéteis alojados no corpo, com problemas respiratórios, dificuldades de locomoção, surdez, mialgias, problemas renais e muitas outras sequelas que se assemelham a sinais de tortura.

Em julho de 1998, por decreto-lei, foi criada uma pensão vitalícia para os parentes das vítimas fatais de Corumbiara, mas, apesar de muitas famílias já terem entrado com o processo na Justiça requerendo a pensão, nada foi efetivado. Os órfãos e as viúvas continuam desamparados, ou seja, a lei continua letra morta. Ninguém ainda foi beneficiado por ela. Os potenciais beneficiários desta lei só tomaram conhecimento dela no final de agosto de 1998, quando levei uma cópia e entreguei ao Ziquinho, em Theobroma, e depois ao vereador Geraldo Camilo, de Cerejeiras. Ambos tomaram medidas para levar as pessoas até Porto Velho, onde o advogado Paulo Lara¹¹ entrou com a ação pedindo a pensão. Segundo Paulo Lara, a questão ainda não havia sido resolvida.¹²

Não é preciso sair a campo para procurar provas de tortura. Basta ir aos autos, onde os depoimentos são claros. Quando se conhece os camponeses que lá estiveram é possível deparar com as provas vivas das torturas, expressas nos seus corpos e nas suas lembranças. Messias tem um projétil alojado no pescoço, junto à coluna. Antônio Urias anda arrastando uma perna. Ezequiel tem medo de tudo. Sinval tem conjuntivite crônica. Adilson sente dores quando anda, sente cansaço quando fala ou canta, tosse e tem pesadelos. Clemente ficou surdo. Assis não enxerga com o olho esquerdo. Genaro tem dores torácicas. Manoel tem artrose de coluna cervical. Edson sente dores no peito que o impedem de trabalhar. Outro Edson tem otite crônica. Darli não voltou pra casa... E dona Madalena ainda espera notícias do filho “desaparecido”.

11 Entrevistado pela primeira vez em 2/6/1998, em Porto Velho.

12 Conversei com Paulo Lara por telefone em agosto de 2001. Ele confirmou que os processos foram indeferidos.

Quem vai restaurar a saúde mental e a audição de Rosemeire Gatti? Ela tem a audição do ouvido direito prejudicada por torturas e por seu ombro ter servido de apoio à carabina que foi descarregada sobre o sem-terra Ercílio. Quem está ajudando dona Juventina a criar os filhos de Ercílio? Por que não se procurou reconhecer e identificar o corpo de H05? Seria ele posseiro? Seria ele jagunço ou guaxeba? Ele tinha o rosto intacto e com as técnicas de reconhecimento disponíveis, fica claro que não se queria saber quem era ele.

E quanto aos depoimentos dos posseiros, de policiais e do próprio Comandante Ventura sobre a presença de jagunços circulando livremente no acampamento dos policiais? Existem apenas três provas de balística confirmadas de armas de policiais. Somente as armas recolhidas dos posseiros e parte das armas dos policiais foram periciadas. As armas dos jagunços, as armas particulares dos policiais, as armas da COE e as armas da chamada PM2 não foram periciadas. No entanto, milhares de tiros foram disparados, doze pessoas morreram...

Na verdade, cinco anos depois do massacre na fazenda, continuou o massacre sobre os camponeses no tribunal do júri. O MST e o MCC foram condenados sem estarem nos bancos dos réus. A condenação de Cícero e de Claudemir simboliza a condenação de todos os trabalhadores que lutam contra o latifúndio e contra outras injustiças no nosso país.

A Santa Elina tem 20 mil hectares e os camponeses, naquele julho de 1995, ocuparam apenas cerca de 50 hectares. Em agosto do mesmo ano, foram expulsos, torturados e executados sumariamente por sonhar com a terra e por ter ido à luta para concretizar o seu sonho.

Corumbiara continuou fazendo vítimas. Em dezembro do mesmo ano, o vereador do Partido dos Trabalhadores, Manoel Ribeiro, o Nelinho, foi assassinado em emboscada preparada por pistoleiros contratados pelo vereador Percílio do PMDB. Nelinho, filho de camponeses, era muito respeitado por seu trabalho junto aos movimentos sociais, ao STR e à Igreja. Ele seria o candidato a prefeito de Corumbiara pelo PT; segundo correligionários e até mesmo seus adversários, tinha muita chance de ser eleito.

Para não concluir, pergunto: quantos anos serão necessários para que as pessoas, ao lerem a história do massacre de Corumbiara, constatem que aquela aspiração era legítima, que a resistência dos camponeses era justificável? Conseguirão compreender que a Justiça, no país, especialmente em Rondônia, reflete a realidade dos outros setores da sociedade? Vão perceber que o Brasil ainda é um país onde o latifúndio comanda as várias instâncias do poder? Será que serão necessários cem anos para que Cícero, Claudemir e outros lutadores, camponeses ou não, sejam reconhecidos como inocentes e vítimas do latifúndio, da corrupção e da justiça tendenciosa?

A sociedade brasileira não encontrará a paz enquanto a violência continuar impune. Nem os camponeses se calarão enquanto as elites continuarem intransigentes com relação à posse da terra. Indício disso é que menos de um ano depois, outra Corumbiara aconteceu no governo social democrata (na verdade neoliberal) de FHC: Eldorado dos Carajás.

Algumas considerações a mais

A entrada no III Milênio marca a passagem de cinco séculos desde o “descobrimento” do Brasil. O tempo passou, mas não passaram os massacres contra os trabalhadores, contra os meninos de rua e os meninos do campo. Como se não bastasse o sofrimento impingido a eles pelo salário mínimo, pelas más condições de vida ou pelo desemprego puro e simples, ainda são protagonistas de episódios como os da Candelária, Carandiru, Eldorado dos Carajás, Corumbiara, Favela Naval e tantos outros massacres e execuções.

Os meios de comunicação são pródigos em mostrar toda sorte de violência: mortes, sequestros, estupros, roubos, corrupção, invasão de terras e de prédios. É muito importante o papel da mídia, porém é necessário que se faça a distinção entre as diferentes formas de violência, os violentadores e os violentados. Os meios de comunicação acabam muitas vezes homogeneizando e generalizando o que é muito diferente em gênese, causa e consequências.

O governo, quando é abalado por um episódio violento, anuncia medidas paliativas, tais como aumentar a repressão com mais armamento para a polícia, ampliar os efetivos militares, treinar melhor os policiais, reduzir a idade de responsabilidade criminal etc. Alguns chegam a aventar

a instituição da pena de morte, enquanto aqueles que podem circular em carros blindados e se escondem em fortalezas de muros e alarmes.

Às vezes nos sentimos de alma lavada quando um político poderoso é preso por algumas horas, o que nos dá a sensação de que a Justiça está funcionando. Mas até quando vai se sustentar a situação hoje vivida no país? Quais as perspectivas de mudança? As causas dessa situação não são mostradas pela mídia, mas são do conhecimento da maioria das pessoas e afetam de modo especial os pobres.

O Brasil é o segundo país em concentração de terras, perdendo somente para o Paraguai. E, com relação às desigualdades sociais, o Brasil é campeão absoluto. Em um país onde os ricos ficam mais ricos, quase sempre estão acima da lei, e os pobres ficam cada vez mais pobres, qualquer política de natureza repressiva terá pouca eficácia. Criminalizar meninos de rua e sem-terra não resolve os problemas.

As ações das populações reprimidas e excluídas são classificadas como baderna e subversão da ordem, e os seus protagonistas são tidos como marginais. Mas, toda essa “baderna” promovida por chamados “marginais” tem causas muito mais sérias do que aquelas veiculadas pela mídia. No fundo, entre outros problemas, está a questão agrária não resolvida, que, em seu sentido mais amplo, vai além da própria reforma agrária, a qual, no dizer de José de Souza Martins (1996), seria a solução da questão. A questão agrária diz respeito às terras dos índios, dos posseiros, dos seringueiros, assim como às políticas agrícolas, agrárias e ambientais, que algumas vezes acabam por privilegiar o latifúndio.

Cada conjuntura que o Brasil atravessa tem servido para reforçar a estrutura fundiária extremamente concentrada, o que, cada vez mais, exclui maiores parcelas de trabalhadores do acesso à terra. Os camponeses têm muita clareza disso. De acordo com o relato de um deles,

os fazendeiros querem a gente sem terra pra gente ser empregado deles, ser peão, ser escravo ou quase escravo nas fazendas. Querem a gente trabalhando para eles ficarem cada vez mais ricos, mais poderosos, e nós trabalhando para comprar comida para os filhos. A gente não quer comprar o nosso arroz, o nosso feijão, a gente quer ver a lavoura crescer e os filhos crescer também. A gente quer ir pra

roça, pra nossa roça, ajudado pelos filhos, pela esposa, trabalhando todos juntos e voltando pra casa juntos. E a família trabalhando unida, vivendo unida. Isso é tudo o que a gente quer. Mas primeiro a gente precisa ter a terra... (Quebra-Mola. Ji-Paraná (RO) – 30/9/1997)

A história tem mostrado que os desterrados e desterritorializados têm-se organizado para enfrentar a estrutura secular de dominação e espoliação. Os camponeses têm conseguido romper o cerco e, de certa forma, colocar a questão da terra em evidência, provocando discussão na sociedade. Em certas situações, têm provocado até indignação, o que por si só não resolve os problemas, mas, pelo menos, é uma forma de provar que algo está errado na condução da política brasileira em geral e, em especial, da política agrária.

Os meios de comunicação afirmam que, no governo FHC, a reforma agrária ocorreu, uma vez que foi assentado um número grande de famílias. Mas, segundo Bernardo Mançano Fernandes (2000), os assentamentos não se constituem em reforma agrária, porque, em sua maioria, são criados a partir de ocupações promovidas pelos camponeses, quando o governo é forçado a agir. Das 299.332 famílias assentadas no governo FHC, 256.467 são famílias que já ocupavam terras (*Folha de S. Paulo*, 2/1/2000, Brasil 1-11). Além disso, os assentamentos, apesar de necessários, não alteram o poder dos latifundiários, mantendo-se a estrutura básica dos latifúndios intocada e intocável.

Se o governo FHC promoveu a reforma agrária, por outro lado aumentou as dificuldades dos pequenos produtores e reduziu os empregos no campo; e, o que é mais grave, a repressão aos movimentos dos trabalhadores foi muito mais pronta e ferrenha. Mesmo assim surgem novas formas de reivindicações e protestos nas cidades e no campo, evidenciando a resistência do povo.

São novas frentes de luta e resistência que se abrem, nas quais surge um personagem novo, em todos os sentidos. Trata-se de uma nova geração de trabalhadores – nova geração de sem-terra, sem-teto, sem-emprego – sem-medo. São jovens, alguns ainda meninos, que, na ausência de expectativas, começam a perceber a possibilidade de acesso à terra como alternativa

viável e única esperança. O ex-ministro Raul Jungmann reconheceu que o “surgimento da segunda geração dos sem-terra é o fenômeno social mais importante desde a criação do MST, no começo da década de 1980” (*Veja*, 26 de abril de 2000, p. 39) Esses jovens empunham as bandeiras de luta com muita coragem e determinação, afinal muitos deles já têm o saber recebido da experiência dos pais. O ministro compreendeu isso, assim como compreende que não se trata somente dos meninos do MST, mas de milhões de outros meninos que aspiram à cidadania.

Há uma nova geração de camponeses que se nega a se tornar marginalizados urbanos, a abandonar os familiares e ir embora, como já viram muitos amigos e conhecidos fazerem, nem sempre com bom desfecho. A maioria deles não desiste da luta e está determinada a enfrentar as dificuldades para entrar e permanecer na terra. Esta geração parece mais inconformada com a situação em que se encontra e, conforme a declaração do sr. Raimundo, pai de Sérgio, assassinado em Corumbiara, esse fato deve ao mesmo tempo servir de alerta: “Esses meninos mais novos são teimosos e mais aventureiros. Eu não deixei o Sérgio ir, não. Mas ele estava iludido, ele podia trabalhar comigo no meu sítio no Vitória da União”.

Muitos outros exemplos poderiam ser apresentados, pois o mesmo fenômeno observado em Corumbiara está presente em outras regiões de Rondônia e do Brasil.

Abordamos aqui uma geração para quem o futuro já chegou. O que isso significa em termos de repensar a questão agrária e a reforma agrária no Brasil? Novas e eficazes políticas de acesso à terra precisam ser implementadas urgentemente. O futuro já chegou, e não se pode empurrar esses meninos e meninas para episódios como o da Candelária. É preferível, mais humano, mais econômico e mais cristão desapropriar as “Santas Elinas” do Brasil e assentar esses jovens, possibilitando-lhes condições para se tornarem cidadãos.

A repercussão internacional alcançada pelo massacre de Corumbiara serviu, pelo menos, para desnudar a realidade de luta pela terra no país. O papel da imprensa foi importantíssimo, pois, ao registrar os acontecimentos da véspera do massacre, pôde contribuir para esclarecer, pelo menos

para mim, que os camponeses estavam na Santa Elina organizados e as manifestações que fizeram, como cercar o acampamento com uma barreira humana¹ e gritar palavras de ordem, tudo fazia parte de uma estratégia de resistência.

As imagens registradas pela câmara de Luiz de Carvalho, jornalista da TV Vilhena, e pelas lentes do fotógrafo Elizeu Rafael de Souza² são testemunhas incontestáveis da tragédia.³

O contexto observado em Corumbiara reforça o que afirma Martins (1986b, p. 71):

As lutas dos trabalhadores rurais, no Brasil, tem esbarrado, ao longo da História, com uma dificuldade estrutural sistemática. As conjunturas de abertura política e, portanto, aquelas em que os movimentos populares deveriam resultar numa ampliação da participação democrática e na conquista de um lugar político para os trabalhadores rurais e para as populações indígenas, têm sido, ao contrário, conjunturas de fortalecimento daquilo que ainda hoje, em várias regiões do país, se pode chamar de oligarquias.

Alguns anos depois dessa afirmação, percebemos que os trabalhadores, de certa forma, têm se organizado e apresentado resistência aos novos velhos coronéis, haja vista as conquistas do MST e dos STRs; mas a repressão tem sido muito mais pronta e ferrenha, institucionalizada pela UDR e seus diversos grupos de apoio.

A era FHC é evidência da afirmação de Martins. O primeiro mandato foi marcado por conflitos por todo o país, e a repressão aos conflitos resultou em grandes massacres, tais como o que estou focalizando e o de Eldorado dos Carajás, sem mencionar os massacres urbanos; já o segundo mandato foi implantado com o estigma da corrupção.

Houve um recrudescimento das forças conservadoras, explicitado no processo de aprovação do instituto da reeleição, que reproduziu práticas politiquieras que pareciam enterradas junto com a Ditadura Militar. Se a

1 Veja foto 7 no encarte.

2 Autor da foto da capa deste livro.

3 Veja o documentário no encarte.

Ditadura Militar foi derrotada em 1985, em 1995 instalou-se a ditadura das Medidas Provisórias, dos banqueiros e, sobretudo, dos coronéis, travestidos de ruralistas.

Pensar a geopolítica da Amazônia na atualidade significa discutir a valorização do território. Os modernos empresários, a biopirataria, as ONGs, os movimentos sociais (de indígenas, posseiros, seringueiros etc.) e, concomitantemente, os latifundiários e os grandes empresários internacionais, associados às políticas públicas viabilizadas pelo aparelho estatal, são todos protagonistas de novos interesses na ocupação da Amazônia.

A Amazônia tem sido o lócus onde o modelo nacional se explicita no confronto entre fazendeiros/grileiros e camponeses. Estes últimos, vindos de outras regiões do país, ao serem deslocados pela expansão da propriedade capitalista, resistem, organizam-se e ocupam a terra.

O conflito de Corumbiara, embora possa ser comparado a outros episódios bárbaros da História do Brasil, não deixa de ser algo singular. Não posso aceitar as comparações com outros episódios como forma de banalizar a violência. Se faço algum paralelo, é principalmente para provar que as causas dos conflitos por terra são semelhantes em qualquer parte do país, assim como é semelhante também a reação de quem detém o poder.

Trato de um tempo presente, de um lugar onde ainda ecoam os gemidos dos posseiros, os gritos das crianças, o desespero das mães. Tudo ainda denuncia, acusa e clama por justiça e pela Justiça. Por tudo isso é que escrever sobre Corumbiara corresponde a resgatar um tempo, um espaço e uma dívida que nem toda a sociedade brasileira reconhece e compreende, mas precisa pagar.

O objetivo do massacre, para os latifundiários, era atingir a todos os que se levantam, que se organizam e lutam pela reforma agrária. A investigação oficial no IPM e IPL, depois levada a júri, provou que o objetivo foi alcançado, mas dialeticamente provocou também reações contra o sistema latifundiário, ou pelo menos contra a violência no campo e as suas consequências. Melhor seria se dessem atenção também às causas dessa violência e identificassem os responsáveis. Esta foi a proposta deste livro. Espero ter assinalado alguns caminhos.

Em tempo...

Para finalizar, cabe acrescentar informações apresentadas por João Damásio Vieira, agente da CPT em Colorado do Oeste, em 30/1/2009: “Depois de 14 anos, as famílias que passaram pelo massacre de Corumbiara continuaram lutando para serem assentadas em terras da própria Santa Elina. O processo de desapropriação de parte da Fazenda Santa Elina está na mesa da Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff e depois deverá passar pela sanção do presidente Luís Inácio Lula da Silva”.

Cerca de 220 das famílias que passaram pelo massacre de Corumbiara não foram para o acampamento de Colorado do Oeste, seja por medo ou qualquer outro motivo. No entanto, não desistiram da luta pela terra e se organizaram em busca de serem assentadas em terras da Santa Elina. O processo atual de desapropriação refere-se à parte da Santa Elina onde ocorreu o massacre, em 1995, e representa uma vitória dos camponeses e uma pequena derrota do latifúndio em Rondônia.

Referências

- ALDIGHERI, M. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Loyola, 1993.
- ALVES, C. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, Edições de Ouro, 1974.
- ANDRADE, M. C. de. *Agricultura & capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.
- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BUCCI, E. *O peixe morre pela boca*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Tribunal Internacional*. Julgamento dos Massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara. Comissão de Direitos Humanos, Centro de Documentação e Informação - Coordenação de publicações. Brasília, 1997.
- CASO CORUMBIARA - *Processo crime*. Poder Judiciário de Rondônia, Comarca de Colorado do Oeste: 1995-2000. 30 volumes.
- CHAPELLE, R. *Os índios Cinta-Larga*. São Paulo: Itatiaia /Ed. USP, 1982.
- COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COMISSÃO Pastoral da Terra (CPT). *Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia. 94, 95, 96, 97, 98 e 99.
- CUNHA, E. da. *Os sertões*. Campanha de Canudos. 30. ed. Rio Janeiro: Francisco Alves, 1981.

- CUNHA, S. R. P. *O xadrez da terra* : um estudo sobre a Colonização Dirigida em Rondônia. 1985. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.
- FARIAS, Vital. *Saga da Amazônia*. Cantoria 1: Kuarup, 1985.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- IBGE. *Censo Demográfico 1991 - resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios*. Número 2 – Rondônia (AC). Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991*. Número 2 – Rondônia (AC). Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE. *Dados Preliminares do Censo 2000*. Rio de Janeiro, 2000.
- IANNI, O. *A luta pela terra*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- INCRA. *A contribuição do Incra dentro do processo de ocupação do território de Rondônia*. Coordenadoria Especial do Território de Rondônia. (Mimeo).
- INCRA. *Encontro Técnico - SR-17/RO*. Superintendência Regional de Rondônia. Porto Velho, 29 de agosto de 1996.
- INCRA. *A estrutura fundiária de Rondônia*. 1998. (Mimeo).
- INCRA. *Dossiê (Divisão de Assentamento)*. Superintendência Regional de Rondônia - SR/17. Porto Velho, dezembro de 2000 (mimeo).
- JORNAL *Diário da Amazônia*. Mortos seriam mais de 40 – 10/8/1995.
- JORNAL *Folha de S. Paulo*. Conflito em Rondônia deixa pelo menos 17 mortes – 10/8/1995.
- JORNAL *Folha de S. Paulo*. Lista indica 52 que estavam desaparecidos – 19/8/1995.
- JORNAL *Folha de S. Paulo*. 31/8/2000.
- JORNAL *Folha de S. Paulo*. 2/1/2000.
- MARTINS, J. S. *A reforma agrária e os lites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. (As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político). 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986b.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARTINS, J. S. Revisando a questão agrária. *Boletim do Militante MST*, n. 27, 1996.

- MESQUITA, H. A. de. *A modernização da agricultura: um caso em Catalão (GO)*. 1993. 145f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.
- MESQUITA, H. A. de. Algumas considerações acerca da modernização da agricultura. *Anais...* V Encontro APPSA Centro-Oeste. Goiânia, 1995.
- MODESTO, R. G. *A contribuição do Incra dentro do processo de ocupação do Território de Rondônia*. Incra/CETR. Porto Velho, 1980. (mimeo).
- MOORE Jr, B. *As origens sociais da Ditadura e da Democracia – senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991a.
- OLIVEIRA, A. U. de. *Integrar para (não) entregar*. Políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1991b.
- OLIVEIRA, A. U. de. *A geografia das lutas no campo*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- PERDIGÃO, F. & BASSEGIO, L. *Migrantes amazônicos – Rondônia: a trajetória da ilusão*. São Paulo: Loyola, 1992.
- PLANAFLORO. *Desmatamento nos Setores 09 e 10 da Gleba Corumbiara - 1993 até 1996*. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia PNUD, 1997.
- PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. Para uma melhor distribuição de terra - o desafio da reforma agrária. Città Del Vaticano: Libreria Editrice Vaticano, 1997.
- REVISTA *Veja*. 30/8/2000.
- REVISTA *Veja*, 26/4/2000.
- SALGADO, S. *Entrevista*. Programa Jô Soares, onze e meia. Rede Globo, 5/12/1997. (Reprise).
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SILVA, E. I. da. A região como resultado de múltiplos processos. *Boletim Goiano de Geografia*, Cegraf/UFG, v. 11, n 1. jan./dez. 1991.
- VIEIRA, M. do P. de A. et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

© Helena Angélica de Mesquita, 2011

Direitos reservados para esta edição:
UFG/Catalão

Revisão e editoração eletrônica
Cânone Editoração Ltda

Projeto gráfico da coleção
Alanna Oliva

Foto da capa
Elizeu Rafael de Souza

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)
(Henrique Bezerra de Araújo)

M578l Mesquita, Helena Angélica de.
A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara/
Rondônia / Helena Angélica de Mesquita. – Goiânia : FUNAPE/
DEPECAC/UFG, 2011.

Anexo: DVD com 40 fotos que ilustram a luta pela terra em
Corumbiara e um documentário de 40 minutos, produzido a partir de
imagens (VHS e fotos) do Massacre de Corumbiara.

176 p. – (Coleção Labor; 7)

ISBN: 978-85-8083-013-2

1. Geografia Agrária. 2. Massacre de Corumbiara (Rondônia – Brasil).
3. Campesinato (Rondônia – Brasil). 4. Reforma Agrária - Brasil. I.
Título.

CDU: 911.37 (81)

Projeto gráfico, impressão e acabamento
Campus Samambaia, Caixa Postal 131
CEP: 74001-970 - Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: (62) 3521-1107 - Fax: (62) 3521-1814
editora@cegraf.ufg.br
www.cegraf.ufg.br

